

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

EDUARDO FREIBERGER ZANDAVALI

O Capital: Limite da Produção Capitalista

Florianópolis

2004

EDUARDO FREIBERGER ZANDAVALI

O Capital: Limite da Produção Capitalista

**Esta dissertação de Mestrado foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, mestrado, do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientador: Idaleto Malvezzi Aued**

Florianópolis

2004

EDUARDO FREIBERGER ZANDAVALI

O Capital: Limite da Produção Capitalista

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Economia, área de concentração Transformações do Capitalismo Contemporâneo, e aprovada em sua forma pelo programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina em 26 de julho de 2004.

Prof. Dr. Celso Leonardo Weydmann
Coordenador do Mestrado em Economia

Comissão examinadora

Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha família pelo apoio incondicional que me foi e tem sido dado a meus estudos.

Meus agradecimentos a meu orientador Professor Dr. Idaleto Malvezzi Aued, a quem devo a própria possibilidade de empreender um trabalho com base nos objetivos aqui propostos, isto é, a possibilidade de compreensão cada vez maior das obras de Karl Marx. Aqueles que conhecem o referido autor sabem bem o que isto representa.

Aproveito a oportunidade para agradecer também ao Professor Dr. Nildo Domingos Ouriques pela ajuda prestada que possibilitou meu ingresso no mestrado do PPGE/UFSC. Meus agradecimentos nesse sentido também aos Professores Doutores Hoyêdo Nunes Lins, Renato Ramos Campos e Newton C. A. da Costa Júnior, ao Prof. Dr. Silvio Antônio Ferraz Cário, então coordenador do mestrado, e à Evelise Elpo da Silveira, secretária do referido curso. E a todo corpo docente que participou desse processo e que possibilitou meu ingresso como bolsista, sem o que dificilmente conseguiria prosseguir meus estudos. Por fim, à própria CAPES pelo suporte financeiro que, como se disse, foi fundamental para o prosseguimento de minhas atividades acadêmicas até aqui.

A todos, meu muito obrigado.

RESUMO

A análise pretende aqui tratar do capital e de seus limites a partir de Marx, abrindo com isso caminho para estudo cada vez mais aprofundado da origem e movimento dessa realidade concreta (tanto nas suas formas aparentes como essenciais) compreendida como sistema capitalista ou sociedades modernas, em que a produção é voltada para produção de lucro, sociedades portanto produtoras de lucro. E em que a forma elementar da riqueza é a mercadoria. Veremos como, enquanto produtos do capital, as mercadorias possuem um valor determinado pela soma do capital constante, mais o capital variável mais a mais-valia nelas contida. E o que o segredo da fabricação dessa mais-valia está em se fazer os trabalhadores trabalharem para além do necessário para reprodução do valor adiantado na compra de suas forças de trabalho individuais. Com o que o conjunto dos meios de produção colocados frente aos trabalhadores como capitais podem atuar extraindo trabalho excedente dos mesmos, criando assim mais-valia, capital e as próprias relações de produção capitalistas. Capital é então utilizado na produção de capital, tornando-se pressuposto e resultado da produção, isto é, o processo de sua acumulação. Ao utilizar-se do aumento da produtividade do trabalho social para aumentar a produção de mais-valia e acelerar a acumulação de capital muda a composição de seus elementos, decrescendo a componente variável do capital em relação à constante. Essa mudança leva a um decréscimo na taxa geral de lucro dos capitais, formada através da concorrência entre os mesmos nos vários ramos da produção com base no valor adiantado por cada capital individual. O avanço da produtividade do trabalho social patenteia-se para a produção capitalista numa limitação à expansão do valor-capital, numa barreira a qual o meio imane de a superar é através da destruição de parte do valor-capital existente e restabelecer assim as condições para que o processo global transcorra com lucro. Esta destruição de capitais, no entanto, não destrói a origem das contradições da produção capitalista, sendo assim meio de superar os limites à expansão do capital de modo que os mesmos lhe surjam mais à frente.

Palavras chaves: capital; mais-valia; forças produtivas; taxa de lucro; limites.

ABSTRACT

This analysis intends to deal with the capital and its limits parting from Marx, clearing the way for a deeper study of the origin and movement of this concrete reality (in both its apparent and essential form) understood as capitalism system or modern societies. Societies that the production is turned up to profit production so profit production societies, and also in what elemental richness form is the goods. It will be seen that, when capital products, the goods have a determinate value for the constant capital soma plus both the variable capital and the surplus value. It is observed that the fabrication's secret of this surplus value is to make the workers work more than the necessary to the reproduction of the forward value in the buy of its individual's work force. Therefore the production means group dealing with the workers like capitals, could act extracting exceeding work from themselves, creating surplus value, capital and their own relations of capitalist production. Capital is than used in capital production, and the process of its accumulation is a production result. The capital variable component in relation to its constant is uncreasing when the composition of its elements change, it happens when the social work productivities increase is used to increase the surplus value production and speed the capital accumulation. This change leads to a no increase in the general tax of the capitals profit, formed by the concurrence between them in many production field, used as a base the forward value for each individual capital. The development of the social work patentees for the capitalistic production in a limitation of the expansion of the capital-value, in a barrier in which the possibility in improving is trough the destruction of the capital-value existed and reestablishes the conditions to that the global process occurred with profit. This destruction of capitals, on the contrary, do not destroy the origin of the capitalist production contradictions, moreover this is a way to improve the expansion limits of the capital in a sense that it could happen later.

Key words: capital, surplus value, productivities force, profit tax, limits.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Problemática	8
1.2	Objetivos	15
1.2.1	Objetivo Geral	15
1.2.2	Objetivos Específicos	16
1.3	Metodologia.....	17
2	O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL	22
2.1	Transformação do Dinheiro em Capital	22
2.2	O Segredo da Produção de Mais-Valia	24
2.3	A Concorrência entre Capitais: “capital em geral” e as mercadorias como produto do capital	38
3	A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E REPRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO	44
3.1	O Processo de Acumulação do Capital	44
3.2	O Modo de Produção Capitalista: produção e reprodução da relação capitalista e sua tendência histórica	49
4	TAXA DE LUCRO DO CAPITAL: formação e tendência	68
4.1	Taxa Geral de Lucro e Lucro Médio	68
4.2	A Lei da Taxa de Lucro em sua Natureza	85
4.3	Fatores Contrários à Lei: a lei torna-se tendência à queda	91
5	O CAPITAL: limite da produção capitalista	97
5.1	Conflito entre Expansão da Produção e Criação de Mais-Valia	106
5.2	Excesso de Capital e Excesso de População	122
5.3	Desdobramentos das Contradições e dos Limites da Produção Capitalista	127
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157

1 INTRODUÇÃO

A análise de que aqui se trata é o *capital*. Este por sua vez é comumente conhecido como um dos fatores de produção, sendo mesmo considerado o principal deles, já que trabalho e terra tinha-se anteriormente e o grande desenvolvimento econômico da assim chamada sociedade moderna ocorre juntamente com o processo de formação dos capitais, e mais, aparece como obra mesmo desse processo. A análise aqui há de mostrar não só como o capital produz, mas como ele próprio, o capital, é produzido. Há de se buscar sua determinação, isto é, o que o capital é (o *ser* do capital), sua essência e as formas de manifestação da mesma, a aparência e essência do fenômeno analisado.¹ E o fenômeno analisado, a base *real*, é, fundamental e primordialmente, os indivíduos produzindo sua existência. Trata-se aqui de se analisar o processo da *produção material* da própria vida na sua forma capitalista, dentro de uma perspectiva conceitual acerca do fenômeno, com o que o essencial predomina sobre o acidental.

O desenvolvimento econômico das sociedades modernas foi também, como se disse, um processo de formação de capitais (de sua gênese) até o ponto em que estes se tornaram um elemento econômico fundamental da sociedade, da riqueza das nações, da produção em geral, portanto, no elemento fundamental do processo da produção material da própria vida dos indivíduos e das relações sociais de produção que daí decorrem. Com isso, surge toda uma gama de categorias econômicas (produção, distribuição, valor, preço, salário, lucro – do capital, renda etc.), com determinadas relações entre si; relações estas que passaram a ser objeto de estudo, nasce assim a Economia Política. Entre seus representantes:

¹ “Portanto, é neste metabolismo social, produção da mais-valia, que devemos buscar a origem da sociedade burguesa. Por conseguinte, a sociedade capitalista nasce em qualquer momento e em qualquer lugar onde se produz mais-valia. Como a mais-valia é produzida com capital, aprender o metabolismo da origem da sociedade burguesa é se apropriar do que é o próprio capital” (AUED, 2001, p. 11-12).

Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mill.² Com o que o capital aparece como um elemento formador da própria sociedade moderna.

1.1 Problemática

Na própria definição do capital, no seu conceito, há que estar presente sua determinabilidade histórica, sua delimitação histórica. Delimitado no sentido de que se o conceitue de forma tal que se depreenda em que condições e de que forma uma soma de valores se torna capital, se estabeleça os elementos que o compõem e que fazem dele capital. A conceituação aqui pretende no entanto ir mais além, pretende-se delimitá-lo no sentido de que o seu próprio desenvolvimento cria limites a seu desenvolvimento futuro, barreiras à produção do próprio capital. Limites os quais vão dar um caráter histórico, transitório à produção material nessa forma capitalista. Que fazem desse modo de produção um modo delimitado pelo estágio de avanço das forças produtivas ocorridas dentro do próprio processo de produção capitalista. E como estes limites lhe são imanescentes, o capital, ele mesmo, é que vai se impor como barreira à produção capitalista, ou o capital como limite do próprio capital, enquanto valor-que-se-valoriza.

Por exemplo, uma floresta, é capital? A resposta então seria: depende. Uma floresta (de mata virgem, como as florestas do Oeste Catarinense, que foram a base da economia desta região), em que dela se extrai madeira para venda e na qual utiliza-se, como

² “Está na moda entre os economistas começar por uma parte geral, precisamente a que figura sob o título de ‘Produção’ (veja-se, por exemplo, J. Stuart Mill), onde são tratadas as *condições gerais* de toda produção. [...] Mas isto não é tudo o que, efetivamente, preocupa os economistas nesta parte geral. Trata-se, antes, de representar a produção – veja por exemplo Mill – diferentemente da distribuição, como regida por leis naturais, eternas, independentes da História; e nessa oportunidade insinuam-se dissimuladamente relações *burguesas* como leis naturais, imutáveis, da sociedade *in abstracto*. Esta é a finalidade mais ou menos consciente de todo o procedimento” (MARX, 1978b, p.105-106). Em suma, o lucro (do capital) se transforma no motor da produção, seu *primus motor*, transforma-se no motor do movimento.

base do processo de trabalho, trabalhadores assalariados os quais recebem pela venda da mercadoria que possuíam, a sua própria força de trabalho, um salário dando em troca ao seu empregador o direito de a utilizar, de a consumir, isto é, entregando ao seu empregador uma dada quantidade de trabalho desprendida ao longo de sua jornada de trabalho, quantidade esta que se materializa em dada quantidade de produto, o qual pertence ao seu empregador e do qual há de realizar um lucro com a sua venda, torna-se assim capital. A floresta mesma foi posta sob a determinação de um valor, de um montante determinado de dinheiro necessário à sua compra e transformação em propriedade privada desse comprador. Que a comprou com o objetivo de fazer dela parte de um processo de trabalho que era, ao mesmo tempo, um processo de valorização, que era portanto parte de um valor gasto pelo seu comprador a fim de obter ao final do processo um valor superior ao originariamente adiantado e transformado nos elementos do processo de trabalho. Tratava-se enfim de um processo em que estes elementos foram postos em contato de tal maneira que se obtivesse ao final do processo um sobre-valor, uma mais-valia, transformando por isso o valor adiantado em um valor-que-se-valoriza. Transformando-se o valor adiantado e os elementos do processo produtivo em que se converteu o valor adiantado em capital. Unindo-os em um processo de valorização do capital, transformando-os em formas assumidas pelo mesmo durante este processo.

A floresta é agora capital; e é propriedade privada de seu comprador que fez dela meio de valorização do capital por ele adiantado, tornando-se assim seu agente, capitalista. O qual não está sozinho nesse processo, participou dele também os trabalhadores que venderam sua força de trabalho recebendo por ela um equivalente à sua reprodução e que em troca deram ao capitalista uma dada quantidade de trabalho materializada numa quantidade determinada de produto. A floresta era, em si e para si, um produto da natureza. Ao se analisar sua natureza própria (sua gênese) pode-se descobrir todo seu processo de surgimento e de reprodução sem se descobrir aí o que fez dela capital. É preciso os demais agentes nesse

processo, os quais estabeleceram durante o mesmo determinadas relações sociais entre si. Na relação destes está escondido o conceito de capital, que faz com que a uma coisa se amalgamem características sociais, relações sociais de produção, exteriores à sua própria natureza. Nesse sentido é que Marx afirma que não é da natureza de tais objetos (inanimados ou não) serem capital. E que são relações sociais de produção específicas, que pressupõem determinadas condições históricas, que lhe dão essa determinação de capital. Só na medida em que tais relações sociais de produção estão presentes é que tais objetos (no exemplo, uma floresta) se tornam capital.

Um negro é um negro. Somente em determinadas condições torna-se escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Apenas em determinadas condições ela se torna capital. Arrancada dessas condições, ela é tão pouco capital como o ouro em si e para si é dinheiro, ou o açúcar é o preço do açúcar. [...] O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção (MARX, 1996, v. II, p. 384).

Assim é que ao se delimitar o capital, na sua conceituação, há que se explicitar as condições materiais de produção dos indivíduos e as relações de produção correspondentes que fazem do processo produtivo um processo de produção do capital, que transformam a própria natureza em capital (como propriedade privada de um capitalista). Partindo-se dessas condições materiais pode-se analisar quais os elementos comuns aos capitais, ao “capital em geral”, para aí sim se compreender a unidade formada por estes elementos enquanto capital. É uma conceituação lógica, uma abstração, que capta sua diferença específica frente a outras formas de riqueza e de produção material da vida. São determinações que fazem de determinada soma de valores capital.

Na análise de seu processo de produção descobre-se que o capital valoriza a si mesmo absorvendo trabalho excedente, na forma de mais-valia, dos trabalhadores. Sendo esta a fonte de sua valorização e de sua auto-expansão (portanto, de sua formação como um valor-que-se-valoriza). Fonte de acumulação de capital. Ao se analisar este processo, descobre-se

que o aumento da produtividade social do trabalho torna-se a maior alavanca da acumulação de capital, ao mesmo tempo em que desenvolve o modo de produção especificamente capitalista (de início dando um caráter capitalista à manufatura – cooperação, depois desenvolvendo a maquinaria e grande indústria e, agora, a automação). Mas essa elevação da produtividade social do trabalho *muda a composição de seus elementos*, elevando a participação do capital constante em relação ao capital variável no capital global. Elevação feita com o intuito de aumentar a parte não-paga da jornada de trabalho em relação à parte paga, aumentar assim o trabalho excedente em relação ao necessário (para reproduzir o valor gasto na compra da força de trabalho), que é meio de obtenção de mais-valia, meio de reprodução em escala crescente de seu processo de autovalorização. Mas isto leva à diminuição da força de trabalho empregada por dado capital, da sua fonte portanto de extração de trabalho excedente, de mais-valia para sua autovalorização. Os meios de que se utiliza para acumular capital, para produzir capital com capital tornam-se meios que lhe delimitam a capacidade de autovalorização. Quando o capital se torna a força econômica dominante do processo real de vida social, das sociedades, ele possui (está já subordinada a ele) todos os elementos determinantes para sua constituição como valor-que-se-valoriza, para produção de capital com capital, e que o faz a uma determinada taxa: a taxa de lucro. A própria produtividade do trabalho social se apresenta como produtividade do capital e o desenvolvimento dessa produtividade vai se traduzir em mudança na composição de seus elementos, a qual gera por sua vez um movimento de queda da taxa de lucro. Leva, assim, a uma limitação à expansão do capital e à própria expansão das forças produtivas, constitui-se num limite ao capital e posto por ele mesmo, numa barreira à produção capitalista (à produção material) que nada tem com a produção da riqueza em si; mas tem muito a ver com o fato de os meios de produção serem postos diante dos trabalhadores como meio de lhes extrair trabalho excedente para valorizar valores existentes. Para criar, a partir daí, propriedade

(privada) capitalista. Isto é, limites postos pelas relações de produção sob as quais se move e tem de se mover enquanto capital. São limites imanentes ao capital (entendido, é claro, como relação social de produção, relação histórica de produção), presentes já no seu conceito.

Limites postos por ele mesmo e que fazem parte de sua história, do desenvolvimento da produção capitalista, que fazem do mesmo não um modo absoluto da produção da riqueza e sim um modo histórico, transitório da produção da riqueza e de desenvolvimento das forças produtivas materiais. Além da lógica formal: *dialética*.

Em sua forma mistificada, a dialética foi moda alemã porque ela parecia tornar sublime o existente. Em sua configuração racional, é um incômodo e um horror para a burguesia e para seus porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua desaparecimento inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária (MARX, 1996, v. I, p. 141).³

Assim o capital captado no fluxo de seu movimento pode ser observado quanto às modificações em sua *composição orgânica*, uma mudança quantitativa em seus elementos (que, chegado a determinado ponto, se transforma em diferença qualitativa). Modificação esta que constitui, como se verá, a *natureza* da lei da queda da taxa de lucro.

Limites que não decorrem da natureza das coisas (das máquinas, por exemplo).⁴

Se as máquinas não perdem seu valor de uso por serem utilizadas coletivamente pelos produtores então se compreende porque a limitação ao capital não se encontra na produção da

³ “O pensamento do filósofo é dialético porque reflete (revela) o real que é dialético” (KOJÉVE, 2002, p. 36). “Tudo-o-que-é-verdadeiro, a entidade-verdadeira, o verdadeiro (*das Wahre*), é uma entidade real, ou o próprio Ser, como revelado corretamente e completamente pelo discurso coerente que tem um sentido (Logos). É o que Hegel chama também de conceito [...] O verdadeiro e o conceito são, como diz o próprio Hegel, um *Logish-Reelles*, algo de lógico e real ao mesmo tempo, um conceito realizado ou uma realidade concebida. Ora, o pensamento lógico que se supõe verdadeiro, o conceito que se supõe adequado apenas revelam ou descrevem o Ser tal como ele é ou tal como ele *existe* [...] A estrutura do pensamento é portanto determinada pela estrutura do Ser que ela revela. [...] O pensamento só será dialético se revelar corretamente a dialética do Ser que é e do real que *existe*” (KOJÉVE, 2002, p. 422, grifo do autor).

⁴ “Compreende-se, por isso, a falta de senso do insípido J.-B Say, que quer deduzir a mais-valia (juros, lucro, renda) dos *services productifs* que os meios de produção, terra, instrumentos, couro etc, prestam no processo de trabalho por meio de seus valores de uso” (MARX, 1996, v. I, p. 323). Com base nisso fácil também seria mostrar a “utilidade” ou não dos capitalistas.

riqueza em si e sim nas relações sociais de produção que lhe correspondem. Aí é que se pode, com a introdução e o pleno desenvolvimento da maquinaria e automação, criar desemprego ou bem tempo disponível para a sociedade, depende é claro da relação que os trabalhadores mantêm com ela, ou melhor, *com outros agentes da produção através dela*.

Decorrem, estes limites, da composição orgânica do capital, das relações de produção que são, como veremos, produtos mesmo do próprio processo de sua reprodução; decorrem da natureza do capital, seja em suas formas mais ou menos desenvolvidas. “A natureza do capital permanece a mesma, tanto em suas formas não desenvolvidas quanto nas desenvolvidas” (MARX, 1996, v. I, p. 401). É dessa natureza que iremos tratar aqui, pois que é dela que nasce seu limite, que é por isso imanente.

Esses limites nascem a partir do momento em que o capital, com base em determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas, subsume a força de trabalho, fazendo da exteriorização dessa criação de propriedade alheia, de capital e da relação de produção capitalista. Ao subsumir a força de trabalho torna-se dado para o capital o material sob o qual extrairá trabalho excedente, mais-valia. Inicia assim o processo de seu desenvolvimento (da produção – *material* – capitalista), que mostrará seu caráter contraditório nas crises recorrentes da produção capitalista. Dá início ao desenvolvimento de suas leis e tendências. A própria tomada de consciência desse processo supõe seu desenvolvimento, supõe ter atingido certo grau de maturidade para que se o possa vislumbrar de todo, compreendê-lo sem deixar de ver toda a potencialidade que nele se encerra, bem como as contradições, e suas origens, desse mesmo processo, as quais as crises são sua forma mais aguda de manifestação.⁵

Ao acompanhar o trabalhador, abandonando a esfera ruidosa da circulação, isto é, da concorrência, ao local oculto da produção, Marx simplesmente acompanha-os em seu

⁵ “O movimento, repleto de contradições, da sociedade capitalista faz-se sentir ao burguês prático de modo mais contundente nos vaivéns do ciclo periódico que a indústria moderna percorre e em seu ponto culminante – a crise geral” (MARX, 1996, v. I, p. 141).

processo real de vida social, em seu processo material da produção da própria vida; permitindo-se com isso desvelar a essência e as formas aparentes desse processo, com o que os poderes fantásticos das coisas são desmistificados na medida que se descobre seu cerne real e recôndito. Atendo-se à concorrência e só a ela as formas aparentes permanecerão desprovidas de conteúdo (relações sociais de produção, isto é, humanas), as coisas dotadas de poderes fantásticos (como de, em si e para si, autovalorizarem-se).

Ao despir seu capital da forma de equivalente geral das mercadorias (forma dinheiro) trocando-o pelos elementos do processo de trabalho o capitalista agora só pode valorizar seu capital fazendo dos elementos comprados com seu dinheiro capital, age⁶ nesse sentido fazendo brotar deles mais valor do que possuíam no início. Ver-se-á como o valor do capital constante reaparece ao final do processo (à exceção do valor consumido, pelo desgaste etc., que terá de ser repostado com uma parte do valor criado durante o processo) e que o valor novo originado no processo de trabalho é um valor, materializado em mercadorias, criado pelo desprendimento de energia física e mental, isto é, pelo trabalho conjunto dos trabalhadores. Que repõe não só o capital adiantado na compra de sua força de trabalho como deixa um excedente, objetivado nas mercadorias de que o capitalista é dono, que constitui assim fonte da expansão do capital, fonte de valorização do mesmo. O capitalista partiu deste modo de duas pré-condições: ter acumulado em suas mãos um montante suficiente de dinheiro capaz de pôr os elementos do processo de trabalho e em proporção adequada à sua produção na forma capitalista, isto é, capaz de gerar excedente, mais-valia; e ainda encontrar no mercado indivíduos (livres) dispostos a vender sua força de trabalho. Como ainda hoje se tem tais condições esse mesmo processo desenrola-se frente nossos olhos, é assim um fato. É

⁶ Luta pelo prolongamento da jornada de trabalho e, é claro, contra sua diminuição, luta pelo emprego de crianças (não vendo sentido algum em sua educação) em toda e qualquer condição e tempo de trabalho, luta contra a exportação dos pobres laboriosos, luta contra aumento de salários etc., age, assim, com um capitalista. (veja-se MARX, 1996, capítulos VIII, XIII, XXIV).

também um fato que a produção capitalista produz a própria relação de produção, sem o que esse processo de valorização, como o descrito, ter-se-ia extinguido.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Buscar em Marx a compreensão de como para ele o capital cria limites à própria produção capitalista, portanto, a si mesmo. A compreensão passa pelo entendimento, antes de tudo, do que é capital, pois sendo os limites, diz Marx, imanentes ao capital mostram que uma análise do mesmo não pode prescindir da compreensão desse seu aspecto limitado. E de que estas barreiras são próprias das condições capitalistas de produção, específicas a estas condições, que não são portanto inerentes às condições gerais da produção e, assim, independentes do grau de desenvolvimento alcançado na produção material da própria vida dos indivíduos.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Mostrar que o processo de produção capitalista é processo de produção de mais-valia, e que as mercadorias como produto do capital são portadoras dessa mais-valia originada no processo produtivo.
- b) Com a acumulação de capital toda acumulação torna-se meio de nova acumulação, levando ao aumento da concentração dos capitais bem como no decréscimo da parte variável em relação à constante; com a produção de capital produz-se a própria relação de produção capitalista, em que o trabalho está subsumido ao capital; mostrar que a produção capitalista não só mantém e reproduz a separação entre os produtores e os meios de produção mas também que leva à centralização de capitais, à negação do capital pelo próprio capital, ao mesmo tempo em que a produção se torna tarefa da coletividade.
- c) Mostrar o processo de formação de uma taxa média de lucro nos vários ramos que formam no seu conjunto uma taxa geral de lucro do capital da sociedade, e também a formação dos preços de produção das mercadorias a partir dessa taxa geral de lucro. Tratar da natureza da lei de queda da taxa de lucro e dos fatores contrários à mesma que fazem com que atue como tendência à queda.
- d) Por fim, a análise concentrar-se-á nos desdobramentos das contradições oriundas dessa referida lei, com foco na questão de como o capital vem a ser a barreira efetiva da própria produção capitalista, portanto, na barreira efetiva à sua auto-expansão, a si mesmo enquanto capital, valor-que-se-valoriza.

1.3 Metodologia

A sociedade moderna (burguesa/capitalista), é uma realidade concreta em que a produção material da própria vida assume a forma (específica) de produção capitalista. Em que o capital assim é o elemento determinante da produção material. Ricardo, por exemplo, segundo Marx, parte do conflito entre os interesses entre os agentes do salário, do lucro e da renda da terra, mas o toma (essa contradição) como uma lei natural da sociedade.⁷

O que se tem aqui são homens produzindo sua existência, fazendo sua história,⁸ mas não de qualquer modo e sim de uma maneira determinada e específica, que distingue estes homens de outros períodos históricos da humanidade. Este é o concreto cujas bases materiais são os meios mesmos de que se utilizam estes indivíduos para produzirem sua existência. Portanto, se em um determinado período histórico da humanidade o processo de contínua gênese e reprodução dos indivíduos se processa de um modo específico em que uma parte deles se relaciona com outra parte na condição de trabalhador livre – sem possuir os meios objetivos de realização de seu trabalho (e de sua existência) e sem estar na condição de servo ou escravo, por exemplo – que vende sua força de trabalho, como assalariado, aos possuidores (os capitalistas) dos meios objetivos de empregá-la, de externalizá-la, de objetivá-la nos produtos materiais do processo de trabalho, aí que não só os meios de objetivação da força de trabalho pertencem aos capitalistas mas também o resultado do processo produtivo, a tarefa do pensamento consiste em, partindo-se da forma material de sua (da produção

⁷ “Com isso, a ciência burguesa da economia havia, porém, chegado a seus limites intransponíveis” (MARX, 1996, v. I, p. 135).

⁸ “O Ser do homem, o Ser consciente de si, implica e supõe o desejo. [...] Esse Eu será assim sua própria obra: ele será no (futuro) o que ele se tornou pela negação (no presente) do que ele foi (no passado), sendo essa negação efetuada em vista do que ele se tornará. [...] Esse Eu é um indivíduo (humano), livre (em relação ao real dado) e histórico (em relação a si próprio). [...] Se a realidade humana é uma realidade social, a sociedade só é humana como conjunto de desejos desejando-se mutuamente como desejos. [...] A realidade humana, diferente da realidade animal, só se cria pela ação que satisfaz tais desejos: a história humana é a história dos desejos desejados” (KOJÉVE, 2002, p. 11-13). “A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 1987, p. 102).

material) aparência (a mercadoria), chegar até seu núcleo, sua natureza interna ou ainda seu fundamento para, então, retornar à superfície, porém não mais como mera aparência e sim como concreto pensado – trazendo consigo sua natureza interna, suas leis de movimento. “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria” (MARX, 1996, v. I, p. 165). Aparece, uma aparência que vela sua essência recôndita, porém uma forma necessária de aparência, constitutiva mesma da própria realidade. O uso que Marx faz dessa aparência permite seu não ofuscamento pela mesma, constituindo daí um saber que não a despreza nem a ela permanece preso, que diferencia as formas de manifestação e sua essência. A partir daí a crítica há que ser empreendida sem buscar elementos exteriores ao próprio sistema.⁹ A exposição do processo haveria que revelar suas contradições internas, imanentes. No capítulo XV, livro 3º de *O Capital*, Marx mostra que com o até ali exposto a limitação e a transitoriedade do modo de produção capitalista é demonstrada a partir do prisma burguês, dentro do horizonte da produção capitalista.

Em seu movimento contínuo de produção de capital, em que capital produz capital, descobre-se nele um aspecto negador, transformador de suas condições (materiais) de existência. Com o que se abre a possibilidade de se buscar também os elementos de seu devir, que surge da transformação de suas condições de gênese e reprodução até o ponto em que as supera. Essa ação transformadora, ou a negação, atinge um ponto em que o ser adquire uma

⁹ “Tudo o que está incluído no trabalho mesmo, além de sua qualificação quantitativa, não pode tornar-se visível dentro da rede categorial econômica. Deste modo, o homem, enquanto ser concreto é expulso do contexto argumentativo, não tendo mais um lugar categorial no interior da determinação do capital. Assim, a ciência econômica só pode tratar do homem após tê-lo coisificado” (OLIVEIRA, 1997, p. 146). “À liberdade humana, portanto, enquanto determinação irreduzível a mero quantum, não resta lugar no sistema em que o capital se põe com pretensão plenipotenciária. [...] É precisamente o fato de o capital ser incapaz de inclui-la no processo de sua gênese que a mantém como possível elemento crítico frente à pretensão do capital. Não tematizá-la afirmativamente corresponde à denúncia de um limite objetivo do capital e a indicação de que sua revalorização e reintrodução concreta nas relações sociais constitui-se em ato emancipatório, de efetiva resistência à lógica onímoda do capital” (OLIVEIRA, 1997 p. 149). “No mundo das mercadorias o homem encontra algo semelhante a um espelho onde ele pode presenciar a si próprio relacionando-se como mercadoria” (OLIVEIRA, 1997, p. 155).

nova determinação, constitui-se um outro para além de si, que mesmo trazendo consigo elementos de seu ser anterior estes já não são capazes ou suficientes para sua compreensão, para sua determinação e os elementos que eram até então os determinantes não necessariamente o serão nessa sua nova e superior constituição (é um processo em que modificações quantitativas se transformam, atingido certo ponto, em diferenças qualitativas). Trata-se aqui, portanto, de um novo modo dos indivíduos produzirem sua existência, da fundamentação de um novo processo material da produção social da própria vida. Da mesma forma em que a constituição dos capitais foi um processo de um novo modo de vida para os indivíduos; o novo, à época, era o capital – que supera a ordem feudal existente, o modo que então os indivíduos produziam sua existência e tomavam consciência desse processo (religiosa, especialmente). Supera assim o processo da vida social que até então se moviam aqueles indivíduos.

Essa supressão é dialética. Suprimir dialeticamente quer dizer: suprimir conservando o que foi suprimido. A entidade suprimida dialeticamente é anulada em seu aspecto contingente (e desprovido de sentido) de entidade natural dada (imediata): mas ela é conservada no que tem de essencial (portadora de significação); como é assim mediatizada pela negação, é sublimada ou elevada a um modo de ser mais compreensivo e compreensível que o de sua realidade imediata de puro e simples dado positivo e estático, que não resulta de uma ação criadora, isto é, negadora do dado (KOJÈVE, 2002, p. 20).

O capital, de tão “natural”, seria assim mediatizado, pela negação da realidade dada, estática, pela negação da “naturalidade” da relação entre o trabalho e o capital, entre trabalhador e capitalista, e elevado a uma condição humana, de meio para interação social.¹⁰ Enquanto os trabalhadores (proletários) reconhecerem-se como tais, e só, o capital segue seu curso “natural, universal e eterno”.

¹⁰ “Isto é: o homem real e verdadeiro é o resultado de sua inter-ação com os outros; o seu Eu e a idéia que ele faz de si são mediatizados pelo reconhecimento obtido em função de sua ação. E sua verdadeira autonomia é a que ele mantém na realidade social pelo esforço dessa ação” (KOJÈVE, 2002, p. 20).

Para análise dessa realidade partimos de seus aspectos fundamentais: as bases materiais e as relações sociais de produção a que incorrem os indivíduos no processo de produção material da própria vida. Elas são portanto a base material deste todo vivo, desta realidade concreta. Constituindo-se desse modo no objeto de estudo (objeto da Economia Política).¹¹ Vida material que é produção sob um grau determinado de desenvolvimento social, que tem leis próprias de desenvolvimento e em que as determinações, mesmo que comuns a outras épocas, mantêm relações específicas a esse modo histórico da produção material.¹² E uma lei (tendencial) que se imponha sobre a taxa de lucro há de ter sua importância para uma sociedade em que a produção é produção de lucro, é produção de capital e para o capital.

A formação do proletariado é uma condição histórica que encerra uma história mundial, uma época do processo social de produção. Para estes, a condição de existência é determinada pela contínua venda de sua força de trabalho e por ela haveremos de começar nosso raciocínio. O desenvolvimento da produção capitalista eleva a determinação do valor de troca das mercadorias com base nos seus valores para com base nos preços de produção. O que supõe já a produção da mais-valia e a repartição da mesma entre os capitais com base nos custos de produção, o que supõe por sua vez o próprio proletariado vendendo sua força de trabalho ao capital. Processo o qual se desenrola ainda hoje diante de nossos olhos. Deste modo, um tratamento lógico ao mesmo não está separado da história nem se faz de forma independente a ela. Representa-o em sua base real e na sua configuração racional, e pretende explicitar como o próprio processo engendra um limite dentro do qual tem de se mover, e ainda, como a produção capitalista vai engendrando o limite de sua existência histórica.

¹¹ “O objeto deste estudo é, em primeiro lugar, a *produção material*. Indivíduos produzindo em sociedade, portanto a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida” (MARX, 1978b, p. 103).

¹² “Em resumo: existem determinações comuns a todos os graus de produção, apreendidas pelo pensamento como gerais; mas as chamadas *condições gerais* de toda a produção não são outra coisa senão esses fatores abstratos, os quais não explicam nenhum grau histórico efetivo da produção” (MARX, 1978b, p. 107).

Nessa perspectiva, isto é, na relação entre o pensamento de Marx e o modo concreto em que os indivíduos produzem sua existência ou o capital como concreto pensado, é que se pretende dissertar sobre os limites da produção capitalista e do próprio capital mesmo. Para tanto, trataremos primeiramente do que é o capital, como ele mesmo é produzido. Com base nisso procuraremos analisar os limites do capital, para além dos quais só pode ultrapassá-los, de todo, deixando de ser o que ele é.

2 O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL

2.1 Transformação do Dinheiro em Capital

No processo de constituição dos capitais singulares o dinheiro aparece continuamente como a primeira forma de sua expressão, o qual há de se transformar em capital por meio de determinado processo. A produção e a circulação desenvolvidas de mercadorias são os pressupostos históricos de onde parte o capital.¹³ Nas suas formas econômicas ele aparece em última instância como dinheiro e nessa forma se contrapõe à propriedade fundiária e ao sistema feudal do qual emerge. “No entanto, não se precisa remontar à história da formação do capital para reconhecer o dinheiro como sua primeira forma de aparição. A mesma história se desenrola diariamente ante nossos olhos” (MARX, 1996, v. I, p. 267). Esse é um processo que se repete então continuamente na formação dos capitais: seu contínuo reaparecimento na forma de dinheiro. Na circulação de mercadorias, em sua forma direta, o dinheiro aparece mediando o processo: $M - D - M$. Na formação dos capitais ele aparece iniciando e fechando o ciclo: $D - M - D$. E nesta forma a operação só tem sentido para ele se retornar o dinheiro num valor maior do que o originariamente adiantado, a diferença aparece não na forma mas na quantidade, seu dinheiro adquire no processo um valor maior do que possuía originariamente, assim: $D - M - D'$ (em que $D' = D + \Delta D$). “Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de – mais-valia (*surplus value*). [...] E esse movimento transforma-o em capital” (MARX, 1996, v. I, p. 271).

¹³ “Comércio mundial e mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história da vida do capital” (MARX, 1996, v. I, p. 267).

Mesmo como capital o dinheiro continua a ser dinheiro e como tal apenas realiza o preço da mercadoria que ele compra ou paga. A modificação deve surgir então do valor-de-uso da mercadoria que ele compra e esta deve ter o valor-de-uso singular de ser o seu consumo fonte de valor, “cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica – a capacidade de trabalho ou a força de trabalho” (MARX, 1996, v. I, p. 285). Para se encontrar a força de trabalho nestas condições, como mercadoria, seu possuidor deve estar liberto de sujeições pessoais, dispondo livremente de sua capacidade de trabalho; mas também deve aparecer “liberto” dos meios de subsistência e de objetivação de sua força de trabalho, sem o que no lugar da força de trabalho como mercadoria ofereceria valores de uso em que esta já estaria objetivada. E este processo, da transformação da força de trabalho em mercadoria, é um processo histórico, um produto histórico, tal qual o processo de formação dos capitais também o é¹⁴ e, como nos mostram as experiências passadas, que não decorre de toda e qualquer circulação de mercadorias e de dinheiro, pode-se ter estes sem aqueles (força de trabalho como mercadoria e capital).

Diversamente com o capital. Suas condições históricas de existência de modo algum estão presentes na circulação mercantil e monetária. Ele só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social. (MARX, 1996, v. I, p. 288)

O valor de cada força de trabalho se resolve no valor de uma quantidade *determinada* de meios de subsistência. Como essa quantidade pode variar de país para país ou

¹⁴ “Por que esse trabalhador livre se defronta com ele na esfera da circulação é questão que não interessa ao possuidor de dinheiro, que encontra o mercado de trabalho como uma divisão específica do mercado de mercadorias. E tampouco ela nos interessa por enquanto. Nós nos ateremos ao fato na teoria assim como o possuidor de dinheiro na prática. Uma coisa, no entanto, é clara. A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social” (MARX, 1996, v. I, p. 287).

entre regiões qualquer a determinação do valor da força de trabalho tem um componente histórico e moral. Essa determinação, porém, se dá antes que se dê o processo de sua exteriorização, com o que são dois processos separados no tempo. Esse processo, de consumo da força de trabalho, de sua exteriorização, ocorre no processo de produção.

Abandonemos então, junto com o possuidor de dinheiro e o possuidor da força de trabalho, essa esfera ruidosa, existente na superfície e acessível a todos os olhos, para seguir os dois ao local oculto da produção [...]. Aqui há de se mostrar não só como o capital produz, mas também como ele mesmo é produzido, o capital. O segredo da fabricação de mais-valia há de se finalmente desvendar (MARX, 1996, v. I, p. 293).

2.2 O Segredo da Produção de Mais-Valia

A produção de mercadorias é, ao mesmo tempo, um processo de trabalho e um processo de criação de valores de troca. Na sua forma capitalista o processo de produção (de mercadorias) é unidade de processo de trabalho e de valorização. O processo de trabalho, nos seus elementos simples, envolve a atividade orientada a um fim (o trabalho mesmo) realizada sobre o objeto (preexistente na natureza ou já transformado pela ação do homem) através dos meios de trabalho (complexo de coisas postas entre o trabalhador e o objeto) que ele emprega como condutor de sua atividade sobre o objeto. Os meios de trabalho nos mostram como se faz, muito mais o que se faz. O meio de trabalho utilizado no processo produtivo dá-nos, segundo Marx, precioso medidor do grau de desenvolvimento de uma sociedade. Para Marx, a produção material (da própria vida) é a base “de toda vida social e por isso de toda verdadeira História” (MARX, 1996, v I, p. 299-300). Com a formação de capitais a produção material se torna *produção capitalista* e o capital base da vida social desses indivíduos, de sua história. A partir do momento em que o capital põe-se sobre os próprios pés, em que a produção é

capitalista, o processo de trabalho é agora voltado não só para a produção de valor (valores de troca, produção mercantil simples) e sim fundamentalmente de sobre valor, de mais-valia, de extração de trabalho excedente, meio de valorização do capital.

Ao despendar sua força de trabalho no processo de trabalho o produtor realiza, mediante meio de trabalho, a transformação do objeto, pretendida desde o princípio, pela sua atividade (vital), tendo como resultado um produto (valor-de-uso) no qual se extingue o processo. Quando o meio e o objeto de trabalho são já produtos o trabalho consome produtos para criar produtos. Esse processo de trabalho apresentado em seus elementos simples e abstratos é condição do metabolismo entre o homem e a natureza, condição da vida humana. A natureza do processo, em si mesma, não se altera se o produtor em vez de trabalhar para si o faz para o capitalista, para quem o processo de trabalho é um processo entre coisas que ele comprou, que lhe pertencem, assim como o seu resultado, o produto. No produto está objetivado o trabalho realizado pelo trabalhador, portanto, uma grandeza de valor dada que contém um sobre valor em relação ao valor da força de trabalho, de modo que o processo seja não só de trabalho mas também, ao mesmo tempo, de valorização (do capital), de criação de valor excedente. Transformando-se com isso o dinheiro adiantado em capital, em valor que se valoriza e a produção em *produção capitalista*, em produção de capital. “O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho” (MARX, 1996, v. I, p. 311). Já que o consumo desta, seu valor-de-uso, é criação de valor, de mais-valor do que ela mesma contém, essa criação de mais-valor é o serviço específico que o capital dela espera. O trabalhador encontra, por exemplo, no local da produção os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de 6 horas (que apenas reproduziria o valor gasto da força de trabalho), mas de 12 horas, capaz de reproduzir os valores adiantados e ainda criar um sobre valor. Com a absorção dessas 6 horas de trabalho (sobre-trabalho), no

processo de trabalho, pelas quais não se pagou equivalente algum, e sua objetivação em um produto (sobre-produto), em massa determinada de mercadorias, o capitalista pode agora vendê-las por seus valores e, mesmo assim, obter do processo um lucro (sobre-valor ou mais-valia). “Finalmente a artimanha deu certo. Dinheiro se transformou em capital” (MARX, 1996, v. I, p. 312). O processo de trabalho se torna também processo de valorização, transformando o capital em valor que se valoriza. Mas o faz, porém, não de forma independente e sim ao enfrentar uma classe de indivíduos: o proletariado, ao sugar-lhes trabalho excedente na forma de mais-valia.

É portanto não só um processo de formação de valor mas de valorização que supera o estágio do processo simples de troca de valores, de mercadorias ($M - D - M$), ultrapassa-o atingindo uma nova determinação: a de valor que se valoriza ($D - M - D'$). Para que pudesse ultrapassar o estágio da circulação simples fez-se necessária a constituição do trabalhador livre, vendendo sua força de trabalho como uma mercadoria no mercado, a formação do trabalhador assalariado, sendo esta portanto a base social para produção de capital. Da mesma forma que a formação desse trabalhador livre é, como se disse, um processo histórico assim o é a formação do modo de produção capitalista. Só ao se formar um processo de trabalho que tem por base o trabalho assalariado é que o capital subsume todos os elementos para produzir capital com capital, para se tornar um valor que se valoriza e como tal (como um autômato) se apresentar à consciência dos indivíduos. “Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; [...] é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias” (MARX, 1996, v. I, p. 312). Ao transformar o processo de produção material em unidade do processo de trabalho e do processo de valorização o capital transforma a produção material em produção capitalista. Com isso encontra-se especificamente determinado o caráter global do processo de produção. O caráter histórico

desse processo, que envolve o surgimento de assalariados de um lado e capitalistas de outro, em que as mercadorias são produtos do capital, surgem ao mundo tendo por base a relação de produção capitalista.

O quantum de trabalho socialmente necessário é o quantum necessário (determinado) à valorização do capital, ao seu prolongamento para além da duração necessária para repor o valor do capital variável; esse quantum de trabalho vai se manifestar, por meio das mercadorias, como grandeza de valor e soma de dinheiro adicional (D – M – D’). A absorção de trabalho vivo adicional no interior do processo de produção constitui o processo de autovalorização do trabalho objetivado (dos meios de produção), constitui a sua transformação real em capital. É a transubstanciação do trabalho vivo em capital. Isso não modifica a natureza geral do processo de trabalho ou de produção. Isto é, estes não são por natureza processo de valorização do capital (de valores existentes), produção capitalista. Da mesma forma que não é da natureza de uma vaca ser mercadoria e do ouro, dinheiro; ou ainda, o trabalhador, assalariado.

Este absurdo, o de tomar uma *relação social de produção* determinada, representada em coisas, por propriedade material dessas mesmas coisas, salta à vista mal abrimos o primeiro manual de economia que nos caia nas mãos e logo na primeira página lemos que os elementos do processo de produção, reduzidos à sua forma mais geral, são a terra, o *capital* e o trabalho. [...] No processo capitalista de produção, o processo de trabalho só se apresenta como meio, o processo de valorização ou a produção de mais-valia como fim. Quando o economista se lembra disto, declara que o capital é uma riqueza utilizada para obter “lucro” (MARX, 19-?, p. 64, grifo do autor).¹⁵

¹⁵ Com a fórmula trinitária (capital-juro, terra-renda fundiária, trabalho-salário) configurando a conexão entre as partes componentes do valor da riqueza em geral e as respectivas fontes, “completa-se a mistificação do modo capitalista de produção, a reificação das relações sociais, a confusão direta das condições materiais de produção com a determinação histórico-social dessas condições; é o mundo enfeitado, desumano e invertido, onde os manipansos, o senhor Capital e a senhora Terra, protagonistas sociais e ao mesmo tempo coisas, fazem suas assombrações. O grande mérito da economia clássica é ter dissolvido essa aparência, esse embuste, essa emancipação e ossificação dos diversos elementos sociais da riqueza, essa personificação das coisas e reificação das relações de produção, essa religião do cotidiano [...]. Contudo ... permanecem mais ou menos prisioneiros do mundo falaz que destruíram com sua crítica [...] é também compreensível que a economia vulgar ache, justamente nessa trindade onde desaparece toda conexão causal interna, a base adequada e indestrutível de sua presunçosa superficialidade. Demais, essa fórmula corresponde aos interesses das classes dominantes, pois proclama e erige em dogma a necessidade natural e legitimidade eterna de suas fontes de renda” (MARX, 1991, p. 952-953). Essa religião do cotidiano tem dado, através de seus porta-vozes, sermões diários, procurando explicar o comportamento do mercado, dos juros, do dólar, das bolsas... (note-se o papel crescente e dominante

Seja o trabalho mais simples ou mais complexo, a porção de trabalho com que o trabalhador (seja ele engenheiro ou pedreiro) repõe sua força de trabalho de modo algum se diferencia qualitativamente daquela parcela de trabalho adicional, com que gera mais-valia. E o resultado do processo de trabalho continua a ser propriedade daquele que comprou a sua força de trabalho e adquiriu assim o direito ao consumo da mesma e ao resultado da produção. O valor de sua força de trabalho é determinado no mercado da força de trabalho e está diretamente ligado ao valor dos meios necessários à sua reprodução.

No processo de produção parte do dinheiro adiantado pelo capitalista é empregada na compra de meios de produção (instalações, máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias-primas etc.) e parte é empregada na compra de força de trabalho. O valor antecipado na compra dos meios de produção, os fatores objetivos do processo de trabalho, é não só uma quantidade determinada como invariável, isto é, incapaz de agregar mais valor ao produto do que eles mesmos contêm. O que se consome dos meios de produção é seu valor-de-uso, através do que o trabalho forma produtos. A força de trabalho em ação, fator subjetivo do processo de trabalho, gera um valor original dentro do próprio processo de trabalho, traz ao mundo uma parte de valor do produto que é produzida pelo próprio processo, que até então não existia. Ela não só gera valor como conserva o valor preexistente do capital, é um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, conservar valor ao agregar valor, dom este que embora nada custe ao trabalhador muito rende ao capitalista. Isso salta aos olhos tão logo haja interrupções no processo de trabalho. O valor dos meios de produção, no processo de trabalho, é constantemente conservado enquanto que o valor gasto na compra da força de trabalho é constantemente recriado. À parte antecipada nos meios de produção que não altera sua grandeza de valor no processo de produção denomina-se capital constante (cc). À parte do capital que se converte em força de trabalho que reproduz continuamente os valores

dos economistas nos noticiários nacionais), sendo que tem por base, todas estas explicações, o fato inelutável e científico dessa trindade econômica.

adiantados (e ainda uma mais-valia) denomina-se capital variável (cv). Os fatores objetivos e subjetivos do processo de trabalho aparecem agora como a parte constante e a parte variável do processo de valorização (do capital).

Para se ter em conta o grau de exploração da força de trabalho, isto é, uma medida do tempo da jornada de trabalho em que o trabalhador trabalha para si e do tempo restante da jornada em que trabalha para o capitalista abstraímos do capital adiantado sua parte constante ($cc = 0$), cujo valor apenas reaparece ao final do processo produtivo no produto total, e nos concentramos nos valores criados no processo que antes do mesmo não existiam (real e efetivamente): o capital variável (cv) e a mais-valia (mv). Afinal o trabalhador tem de recriar continuamente com seu trabalho, na sua jornada, o capital antecipado na compra da mercadoria que lhe pertencia: sua força de trabalho. A esta parte da jornada de trabalho Marx chama de trabalho necessário; à parte da jornada que vai além desse trabalho denomina-se trabalho excedente, que o trabalhador cede ao capitalista aumentando o valor do seu capital para além de seu valor original (assim como aumenta o total de trabalho objetivado que ele possui como meios de produção e o produto total do processo de trabalho). Medimos o grau de exploração da força de trabalho pela relação entre o trabalho excedente sobre o trabalho necessário, ou em valores, pela relação entre a mais-valia e o capital variável: mv/cv . A essa relação Marx chama de taxa de mais-valia.

A dificuldade surge em se abstrair as condições objetivas (estáticas, que em si e para si permanecem constantes) das condições subjetivas (vivas, que em si e para si são um fluxo, criação de valor) do processo de produção (que é unidade de processos de trabalho e de valorização). Não é simplesmente por comprar, por adiantar capital na forma de força de trabalho que o capital se valoriza. O capital não tem a tendência de pagar ao trabalhador para que este passe o dia a passear no parque com a família, se assim o faz terá simplesmente despendido renda. Pelo contrário, o contrata com a intenção de pô-lo a trabalhar por um

determinado período de tempo em que o resultado da produção seja, além da reposição do capital adiantado, um excedente de valor, uma mais-valia. É a relação entre este excedente (mv), que é fruto de trabalho excedente realizado no processo de produção e objetivado no produto, e o trabalho necessário à reposição do capital gasto na compra da força de trabalho chamamos de taxa de mais-valia, que nos dá o grau de exploração da força de trabalho pelo capital, independente da massa de meios de produção utilizados no processo produtivo, isto é, da massa de capital constante adiantado.¹⁶ A relação aqui depende de quanto o trabalhador trabalha para reproduzir o capital variável e quanto trabalha para produzir um excedente, uma mais-valia. Trata-se enfim de uma relação (divisão) entre partes da própria jornada de trabalho do trabalhador.

A parte que excede o trabalho necessário, que embora lhe custe trabalho, ao trabalhador não cria valor algum. Porém:

Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (*surplus labor*). Assim como, para a noção do valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente essencial para a noção de mais-valia concebê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado. Apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extorquido do produtor direto, do trabalhador, diferencia as formações sócioeconômicas, por exemplo, a sociedade da escravidão da do trabalho assalariado (MARX, 1996, v. I, p. 332).

Assim em mv/cv (na taxa de mais-valia) temos expressado a mesma relação que em trabalho excedente/trabalho necessário, na primeira na forma de trabalho objetivado, a

¹⁶ É claro que para “que o capital variável funcione, capital constante em proporções adequadas, segundo o caráter técnico determinado do processo de trabalho, tem que ser adiantado. [...] Na medida em que a criação de valor e a mudança de valor são encaradas em si mesmas, isto é, em sua pureza, os meios de produção, essas formas materiais do capital constante, só fornecem a matéria em que a força em fluxo, formadora de valor, se deve fixar. A natureza dessa matéria é por isso indiferente, se algodão ou ferro. Também o valor dessa matéria é indiferente. Ela tem que existir em volume suficiente para absorver o *quantum* de trabalho a ser despendido durante o processo de produção. Dado o volume seu valor pode subir ou baixar ou ele pode não ter valor, como terra e mar, o processo de criação de valor e de mudança de valor não é afetado” (MARX, 1996, v. I, p. 330). “‘Criação de valor’ é conversão de força de trabalho em trabalho. A força de trabalho, por sua vez, é sobretudo matéria natural convertida no organismo humano” (MARX, 1996, v. I, p. 330, grifo do autor).

segunda na forma de trabalho em fluxo. Nessa relação tem-se a medida exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital. A parte do produto que representa a mais-valia, o trabalho excedente objetivado, chama-se de mais-produto e relacionamos sua grandeza com a parte do produto que representa o trabalho necessário. É esse mais-produto que vai dar o grau de riqueza da produção material na forma capitalista.

Supondo-se uma jornada de trabalho de 10 horas, das quais 5 o trabalhador gasta para reproduzir o valor de sua força de trabalho. Se o capitalista logra em aumentar a jornada de trabalho para 12 horas por exemplo, e permanece constante o trabalho necessário em 5 horas, terá conseguido aumentar o trabalho excedente de 5 para 7 horas e, com isso, a massa de mais-valia produzida. Essa mais-valia obtida pelo prolongamento da jornada de trabalho Marx chama de mais-valia absoluta.

A massa de mais-valia produzida em determinado período é também uma grandeza determinada e limitada por determinados fatores. Ela é igual à soma do capital variável adiantado multiplicado pela taxa de mais-valia. Isto, segundo Marx, é uma lei para o modo de produção capitalista. O decréscimo de um fator pode ser compensado pelo acréscimo de outros, uma diminuição no capital variável empregado pode ser compensada pelo aumento proporcional na taxa de mais-valia, ou uma diminuição do número de trabalhadores simultaneamente empregados por um prolongamento proporcional da jornada de trabalho. O que torna a oferta de trabalho, dentro de certos limites, independente da oferta de trabalhadores.¹⁷ Assim, dada a taxa de mais-valia e o valor da força de trabalho quanto maior o capital variável adiantado maior a massa de valor e de mais-valia produzidos. A massa de mais-valia produzida está em relação direta à grandeza dos capitais variáveis adiantados no processo capitalista de produção, isto é, em razão direta dos componentes do capital transformados em força de trabalho viva.

¹⁷ “Essa lei elementar parece ser desconhecida aos senhores da Economia vulgar que, ao contrário de Arquimedes, acreditam ter encontrado, na determinação dos preços de mercado do trabalho pela demanda e pela oferta, o ponto não para levantar o mundo de seu fulcro, mas sim para o paralisar” (MARX, 1996, v. I, p. 419).

Essa lei opõe-se evidentemente a toda a experiência baseada na mera aparência. [...] Para resolver essa contradição aparente necessitam-se ainda de muitos termos intermediários [...]. Embora nunca tenha formulado essa lei, a Economia clássica instintivamente apega-se a ela porque é uma consequência necessária da lei do valor em geral. Procura salvá-la mediante abstração forçada da aparência. [...] A Economia vulgar que “realmente nada tem apreendido” insiste aqui, como em tudo, na aparência, contra a lei que a rege. Em oposição a Espinosa, ela acredita que “a ignorância é uma razão suficiente” (MARX, 1996, v. I, p. 420-421).

Querer que os meios de produção, em si e para si, produzam valor é querer que se estabeleça relação de valor entre coisas. A relação é sim, na sua aparência, de uma coisa que “produz” valor, mas que o faz explorando uma classe de indivíduos, isto é, os meios de produção, propriedade privada do capitalista, sugando trabalho vivo dos trabalhadores. Mas é difícil imaginar que ao se colocar meios de produção lado a lado e deixá-los no escuro por um período surja daí valor, propriedade privada, valor que se valoriza (por geração espontânea?). Assim é que falar de capital como mera coisa (produzindo lucro) é simplesmente uma abstração vazia de sentido, uma relação vazia de conteúdo (social, histórico, humano).¹⁸ A se insistir nisso mais difícil será provar a utilidade dos capitalistas ou mesmo dos *terratenientes*. Aí se vê que o que a propriedade privada dos meios de produção produz é mais-valia para o capitalista, produz assim capital, bem como capitalistas e assalariados. Produz a relação capitalista mesma, relação entre classes de indivíduos, mediada por coisas. O capital se apropria de trabalho alheio, na sua forma aparente de lucro, por enfrentar uma classe de indivíduos, intercambiando com a mesma dinheiro por trabalho vivo.

¹⁸ “Mas, o capital não é coisa, mas determinada relação social de produção, pertencente a uma forma histórica particular da sociedade, e essa relação se configura numa coisa e lhe dá caráter social específico. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. O capital são os meios de produção convertidos em capital, os quais em si não são capital como o ouro ou a prata em si, tampouco são moeda. São os meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos e condições de atividade da força de trabalho os quais se tornam autônomos em oposição à força de trabalho viva e, em virtude dessa oposição, se personificam no capital. O capital são os produtos gerados pelos trabalhadores e convertidos em potências autônomas dominando e comprando os produtores, e mais ainda são as forças sociais e a forma do trabalho com elas conexas, as quais fazem frente aos trabalhadores como se fossem propriedades do produto deles. Temos aí portanto determinada forma social, envolvida numa névoa mística, de um dos fatores de um processo social de produção fabricado pela história.” (MARX, 1991, p. 936)

Não importa aqui o passado do capital, portanto o trabalho vivo por ele absorvido no passado; sua condição de valorização é sempre contínua absorção de mais-trabalho. Há que sempre absorver trabalho vivo para se valorizar. Esse é o processo ao qual está atado, preso, e ao qual, pela simples repetição continuada do processo de produção capitalista, não há de sair, de superar, daí que de salário e lucro ele não passa. Essa é a razão pela qual, para Marx, o modo de produção capitalista se assenta no trabalho assalariado. Pois este é que dá vida ao capital, e que faz de seu possuidor capitalista. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista (cooperação, manufatura, maquinaria e grande indústria, automação...) cada vez mais cresce a quantidade de valor necessária para se tornar capitalista, cresce a quantidade necessária de meios de produção concentrados em poucas mãos, quantidade esta que supera largamente as encontradas nas condições medievais de produção, por exemplo. Como extrator de mais-trabalho a organização capitalista supera as formas anteriores de produção, e oferece também uma chave para a compreensão das mesmas.¹⁹ Assim, cada vez mais se restringem as condições para se tornar capitalista ao mesmo tempo em que cresce seu poder de dominação em todo o globo.

Sob condições de produção dadas o tempo de trabalho necessário do conjunto do processo produtivo é uma grandeza dada, que muda à medida que se transforme a condição de produção mesma, que se mude o grau de desenvolvimento econômico da sociedade. Ao aumentar este diminui o tempo de trabalho necessário, o tempo em que os trabalhadores apenas produzem um equivalente do valor da força de trabalho pago pelo capital. Supondo que se tenha uma jornada de trabalho de 8 horas e com taxa de mais-valia de 60%, portanto, de trabalho necessário de 5 horas e trabalho excedente de 3 horas. Com o desenvolvimento

¹⁹ “A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécimes animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior. A Economia burguesa fornece a chave da Economia da Antiguidade, etc. Porém, não conforme o método dos economistas que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a forma burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, o dízimo, quando se compreende a renda da terra. Mas não se deve identificá-los” (MARX, 1978b, p. 120).

das condições de produção o tempo de trabalho necessário que antes era de 5 horas cai agora para 4 horas com o que, mesmo mantendo-se invariável a jornada de trabalho (8 horas), o trabalho excedente sobe para 4 horas e a taxa de mais-valia é agora de 100%. Aumenta-se o grau de exploração da força de trabalho, mesmo mantendo-se constante a jornada de trabalho, o tempo total de trabalho dos trabalhadores. Isto só é possível exatamente por ter o capital subsumido a si a força de trabalho, por ter transformado as forças produtivas sociais do trabalho em forças produtivas *do capital* e para ele. Aí é que todo aumento das forças produtivas sociais é incorporado nele (como *sua* propriedade) e aparecem mesmo como algo que lhe é imanente.

O aumento da força produtiva do trabalho torna-se fonte de trabalho excedente, de mais-valia, para o capital. Além de apoderar-se do processo de trabalho, e de impor-lhe sua lógica de valorização e de obtenção de mais-valia pelo prolongamento da jornada de trabalho, o capital passa a revolucionar o modo de produção de que se apoderara (historicamente herdada), revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho para, ao aumentar as forças produtivas do trabalho, reduzir o valor da força de trabalho, isto é, o tempo necessário para a reprodução deste valor, aumentando-se com isso o tempo de trabalho excedente e a mais-valia extraída no processo produtivo. O aumento da produtividade do trabalho social ao atingir os setores produtores de bens de consumo dos trabalhadores permite a redução do tempo de trabalho necessário para reprodução do fundo de trabalho de que os mesmos consomem. Ao revolucionar o modo de produção existente desenvolve o próprio: o modo de produção capitalista. Desenvolve com isso um modo de produção que lhe é próprio, que nos mostra, portanto, o que ele próprio, o capital, é. Desse modo de produção desenvolvido sob o regime capitalista de produção é que há de se depreender suas leis, sua

tendência²⁰ histórica, a lógica do sistema, a relação social sob a qual se desenvolve, as bases materiais que lhe correspondem, enfim, seu conceito.

Vimos que produzir mais-valia pelo prolongamento da jornada de trabalho denomina-se de mais-valia absoluta; já a mais-valia que surge em decorrência da redução de tempo de trabalho necessário denomina-se mais-valia relativa. E esta está intimamente ligada à constituição de um modo de produção especificamente capitalista. Por exemplo, vamos supor que as linhas 1 e 2 representem a divisão entre o trabalho necessário e o excedente dentro de uma jornada de trabalho. Em que em 1 ab equivale a 4 horas da jornada de trabalho e bc em outras 4 horas; em 2 temos $ab = 3$ horas e $bc = 5$ horas:

$$1) a \frac{\quad}{cv} \quad b \frac{\quad}{mv} \quad c \quad \text{e} \quad 2) a \frac{\quad}{cv} \quad b \frac{\quad}{mv} \quad c$$

Se tomarmos a distância a e b , que representa o trabalho necessário, como uma constante, então como meio de elevar a mais-valia, de aumentar a distância entre b e c , tem-se o prolongamento absoluto da jornada de trabalho (das atuais 8 horas diárias para 10, 12 etc.), ou seja, o deslocamento de c para a direita (com o que é claro a distância entre a e c tem também de aumentar). Porém, se supomos que a jornada de trabalho é constante (a distância entre a e c agora não varia, fica limitada às 8 horas) resta como meio de elevar a mais-valia seu aumento em relação à proporção em que se divide essa jornada de trabalho em cv e mv , e isto pode ser feito com a redução do tempo de trabalho necessário para reproduzir cv (o valor da força de trabalho), com o que a distância entre a e b fica menor e o espaço deixado pode ser preenchido por trabalho excedente, por mv . Compreende-se a razão pela qual os avanços na produtividade do trabalho, no que depender do capital, não se traduz em redução da jornada de trabalho para a classe trabalhadora. Nota-se também que o aumento da mais-valia

²⁰ Sem se esquecer que as “[...] tendências gerais e necessárias do capital devem ser diferenciadas de suas formas de manifestação” (MARX, 1996, v. I, p. 432).

pelo prolongamento da jornada de trabalho é algo que salta à vista dos trabalhadores, já a produção de mais-valia relativa, decorrente do desenvolvimento da produtividade social do trabalho, nem tanto e permite ao capital absorver tal desenvolvimento, fazer do mesmo meio de sua reprodução, e proclamar o mesmo (através de seus porta-vozes) como propriedade natural sua.

O próprio emprego de um número relativamente grande de trabalhadores efetua uma revolução nas condições objetivas do processo de trabalho. Com a cooperação tem-se um aumento da potência da força produtiva. Trata-se também da criação de uma força produtiva que tem que ser, em si e para si, uma força de massas, isto é, específica da jornada de trabalho combinada e em que, em todas as circunstâncias, é força produtiva social do trabalho, decorrente da própria cooperação.²¹ A escala de cooperação depende, de início, do capital acumulado nas mãos de capitalistas para realizar a compra da força de trabalho, a extensão da cooperação depende do grau dessa concentração. Essa cooperação entre os assalariados é decorrência do próprio processo capitalista de produção, que visa o lucro.²² O capitalista paga o valor de cada força de trabalho independente e não o valor da força combinada das mesmas. O que leva também a que apareça a cooperação como força produtiva do capital, que este possui por natureza, como sua força produtiva imanente. Essa cooperação é a primeira peculiaridade histórica que o capital imprime à produção e que o distingue especificamente. “É a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital” (MARX, 1996, v. I, p. 451). Seu pressuposto é o emprego de um grande número de trabalhadores assalariados e, portanto, a existência de tais indivíduos. De artesão o trabalhador passa a efetuar exclusivamente uma tarefa. Deixando assim de produzir uma

²¹ “Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie” (MARX, 1996, v. I, p. 446).

²² “O capitalista não é capitalista porque ele é dirigente industrial, ele torna-se comandante industrial porque ele é capitalista. O comando supremo na indústria torna-se atributo do capital, como no tempo feudal o comando supremo na guerra e no tribunal era atributo da propriedade fundiária” (MARX, 1996, v. I, p. 448-449).

mercadoria, cada trabalhador parcial não produz uma mercadoria, quem aparece como produtor é o capitalista. Mais que produtor, é o proprietário das mesmas.

Aumenta a divisão do trabalho dentro da manufatura e o resultado é um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos. Com a manufatura capitalista desenvolveu-se também a oficina para produção dos próprios instrumentos de trabalho, que levou à produção de máquinas.²³ Revolucionando-se o próprio meio de trabalho; a máquina surge quando a própria ferramenta é transferida do homem para um mecanismo. E o caráter social do trabalho vai se impondo como uma necessidade técnica proveniente da própria natureza do meio de trabalho. Por se dar na forma capitalista, a introdução da maquinaria é delimitada pela diferença entre o valor da máquina e o valor da força de trabalho substituída por ela; pois o lucro surge não da diminuição do trabalho aplicado, mas do trabalho pago. E o trabalhador vê-se sempre ameaçado de se tornar supérfluo, com o conseqüente desperdício de sua força vital e miséria que a acompanha. Esse é o lado negativo, diz Marx. Porém, para ele: “O desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é, no entanto, o único caminho histórico de sua dissolução e estruturação de uma nova” (MARX, 1996, v. II, p. 116). Com a introdução da maquinaria o trabalhador passa a combater o próprio meio de trabalho. Quando a questão é, fundamentalmente, sua forma social de exploração. A máquina é aqui utilizada para autovalorização do capital, torna-se meio de substituir o trabalhador por meio de produção, concorre com eles e lhes destrói as condições de existência como tal, trabalhador à serviço do capital.²⁴ Os supérfluos assim criados abarrotam o mercado de trabalho e o preço da força de trabalho cai até mesmo abaixo de seu valor. “Ademais, o efeito ‘temporário’ da maquinaria é permanente” (MARX, 1996, v. II, p. 63, grifo do autor). Os trabalhadores dispensados só conseguirão trabalho caso haja novo capital aplicado e não

²³ Que “superam a atividade artesanal como princípio regulador da produção social” (MARX, 1996, v. I, p. 482).

²⁴ “A divisão do trabalho unilateraliza essa força de trabalho em uma habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial. Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se, com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora de circulação” (MARX, 1996, v. II, p. 62).

através do antigo, do qual foram “liberados” pelo uso da maquinaria. Este antagonismo decorre de sua utilização capitalista.

2.3 A Concorrência entre Capitais: “capital em geral” e as mercadorias como produto do capital

Com o capital, o desenvolvimento das forças produtivas constitui-se em meio de elevar o trabalho excedente, a massa de mais-valia extraída no processo produtivo. E isso só se compreende a partir da natureza interna do capital.

O modo como as leis imanentes da produção capitalista aparecem no movimento externo dos capitais, como se impõem como leis coercitivas da concorrência e assim surgem na consciência do capitalista individual como motivos impulsionadores não é para ser apreciado agora,²⁵ mas esclareçamos de antemão: uma análise científica da concorrência só é possível depois de se compreender a natureza interna do capital (MARX, 1996, v. I, p. 433).

Para tanto se pode abstrair as diferenças entre os capitais, isto é, diferenças decorrentes das formas transmutadas da mais-valia de que estes vão se apropriar, até porque a mais-valia a ser repartida entre os capitalistas (nas suas diferentes formas – lucro, juros, renda da terra etc.) não pode ser maior que a mais-valia total criada no processo de produção; daí Marx considerar o produtor capitalista como “representante de todos os participantes no butim” (MARX, 1996, v. II, p. 198). Pois é a relação de produção que faz com que o trabalho excedente da classe trabalhadora seja mais-valia que, como propriedade privada da classe capitalista, é apropriada na forma de lucro (e juros, renda etc.), acumulada como capital,

²⁵ E sim no livro 3º. (MARX, 1991, p. 29-30). Está “fora de nosso plano estudar o movimento real da concorrência, sendo nosso propósito apenas analisar a organização interna do modo capitalista de produção, de acordo com a média ideal, por assim dizer” (MARX, 1991, p. 953).

(reproduzindo-o a si, como meio de produção eficiente, e a relação que lhe deu origem). A mais-valia, a energia que move para frente a produção capitalista, é a contradição entre capital e trabalho posta em movimento.

Na verdade, *o capital em geral*, diferentemente dos capitais particulares, se apresenta (1) *só como uma abstração*; não uma abstração arbitrária, mas uma abstração que capta a *differentia specifica* do capital, em oposição a todas as demais formas de riqueza [...]. Trata-se de determinações que são comuns a cada capital como tal, ou que fazem de cada soma determinada de valores um capital. Nessa abstração, as diferenças são particularidades abstratas que caracterizam toda espécie de capital, como sua afirmação ou negação (por exemplo, capital fixo ou circulante); (2) mas o capital em geral, *diferenciado* dos capitais reais particulares, tem uma existência *real* (MARX, 1953 apud ROSDOLSKY, 2001, p. 53, grifo do autor).²⁶

Essa existência surge à vista quando se considera a relação entre o capital global de uma sociedade e o conjunto de seus trabalhadores assalariados, ou seja, quando consideramos as relações de classe dentro do modo de produção capitalista.

O capital em geral não é mera abstração. Se, por exemplo, considero o capital global de uma nação, em contraposição ao trabalho assalariado total (ou à propriedade da terra), ou se tomo o capital como a base econômica geral de uma classe em oposição à outra, estou considerando-o em geral. Assim como, por exemplo, considero a fisiologia do homem em oposição à do animal (MARX, 1953 apud ROSDOLSKY, 2001, p. 54).

Os economistas modernos, diz Marx, declaram o trabalho próprio como pressuposto da propriedade privada e, assim, da sociedade burguesa. A civilização burguesa se constitui através do trabalho próprio, criando com isso as condições para fazer da igualdade e da liberdade condições universais (e eternas) da existência dos indivíduos. O mérito dos economistas foi de colocar a base da sociedade no trabalho, portanto, no próprio homem,

²⁶ “Na medida em que o capital – não um capital determinado mas o capital em geral – está se formando, é seu *processo de formação o processo de dissolução, o produto de separação* de um modo de produção social que lhe antecedeu. Portanto, *processo histórico* e pertencente a um determinado período histórico. É o período de sua gênese histórica. [Assim é o modo de ser do homem resultado de um processo anterior pelo qual passou a vida orgânica. Somente num determinado ponto se torna homem. Mas uma vez posto, o homem é pressuposto constante da história humana, do mesmo modo que seu constante produto e resultado; é *pressuposição* somente na medida em que seu próprio produto é resultado.] É apenas aqui que o trabalho tem de separar-se das condições de trabalho na sua forma anterior de identidade com elas. Só assim se torna trabalho *livre* e suas condições se transformam, enfrentando-o, em *capital*” (MARX, 1978c, p. 290-291, grifo do autor).

comparando mesmo a sociedade a uma manufatura. E não no Papa ou no príncipe, ou nos “direitos divinos” deste ou daquele.

Na medida em que o capital é todo ele mais-valia capitalizada, não contendo portanto nenhum átomo de trabalho próprio, vê-se em que sentido *O Capital* é, ao mesmo tempo, exposição do processo (da produção capitalista, da produção do próprio capital) e, na medida em que se o expõe, sua crítica (da concepção burguesa). O capital, como pressuposto básico da sociedade burguesa, mostra como, com base na produção de valores de troca, a propriedade privada do produto do próprio trabalho “se identifica com a separação entre trabalho e propriedade. Trabalho será igual a criar propriedade alheia; propriedade será domínio sobre trabalho alheio” (MARX, 1953 apud ROSDOLSKY, 2001, p. 163).

Na circulação mercantil simples, $M - D - M$, trata-se, em última instância, da troca de mercadoria por mercadoria, de um valor de uso por outro. Note-se que ela não embute em si o princípio da auto-renovação, não pode ser impulsionada a partir de si mesma. A repetição desse processo não decorre das condições da circulação em si mesmas e sim de condições exteriores a ela.²⁷ No tempo de circulação não se produz nem mercadoria, nem mais-valia.

Quanto mais aumenta a força produtiva do trabalho mais diminui o valor das mercadorias, e assim o valor da força de trabalho em que essa se expressa, com o que se permite elevar a mais-valia relativa. Daí o impulso imanente e a tendência constante da produção capitalista de aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e,

²⁷ “Considerada em si mesma, a circulação é a *mediação entre extremos opostos*. Mas ela não cria estes extremos. Logo, vista como um todo, é preciso que ela mesma seja mediada, como processo total. *Sua existência imediata é pura aparência. Ela é o fenômeno de um processo que se desenvolve às suas costas*” (MARX, 1953 apud ROSDOLSKY, 2001, p. 524, grifo do autor).

com isso, baratear o próprio trabalhador.²⁸ Não é o valor absoluto da mercadoria o determinante da produção capitalista e sim a mais-valia nela contida a ser realizada na venda.

Mercadoria e dinheiro são uma condição de existência do capital (duas das formas que ele assume), mas o capital não é condição para a circulação de mercadorias (e, assim, de dinheiro) em si mesmo. Daí que determinadas condições sociais se fazem necessárias para que dinheiro se transforme em capital, e isto ocorre a partir do momento em que as mercadorias passam a ser produtos do capital. “Aqui se vê que até as categorias econômicas que existiam já nas épocas pré-capitalistas de produção adquirem, com base no modo capitalista de produção, um caráter histórico especialmente diverso” (MARX, [19-?], p. 142). Por exemplo, o papel do capital usurário e comercial na época pré-capitalista de produção. Com a subsunção do trabalho no capital as mercadorias e o dinheiro adquirem nova determinação, para além da que possuíam até então. Isto implica que os próprios produtores diretos deixaram de ser, eles próprios, condições objetivas do trabalho (a exemplo de servos e escravos) em seu lugar entra o trabalho mesmo adquirido pelo capitalista na compra de sua força de trabalho. Abrem-se assim as condições para o pleno desenvolvimento da produção de mercadorias que se transforma na forma elementar e geral da riqueza. Mas o faz sob a forma capitalista de produção, em que a dinâmica é dada pela troca entre capital e força de trabalho, destruindo as condições de servidão e escravidão, mas destrói também a produção baseada no trabalho próprio, na troca entre produtores independentes.

A mercadoria, produto do capital, tem determinação diferente da mercadoria individual, produzida de forma autônoma, unitária e independente. Na mercadoria como produto do capital o que está nela objetivado é um quantum determinado de trabalho socialmente necessário à reprodução e acumulação do capital. Na mercadoria capitalista encontra-se objetivada uma soma total de trabalho (social/coletivo) para além do necessário à

²⁸ “Economia do trabalho por meio do desenvolvimento da força produtiva do trabalho não objetiva, portanto, na produção capitalista, a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado *quantum* de mercadorias” (MARX, 1996, v. I, p. 436).

reposição do capital constante e do capital variável, parcela da jornada de trabalho que o capitalista se apropria sem dar em contrapartida nenhum equivalente. Cada mercadoria é aqui parte alíquota de um produto total, de um lote.

Já não estamos de maneira nenhuma perante a mercadoria individual autônoma, perante o produto isolado. Como resultado do processo não nos aparecem mercadorias isoladas, mas sim uma *massa de mercadorias* na qual se produziu o valor do capital adiantado + mais-valia – o sobretrabalho usurpado – e cada uma das quais é depositária do valor do *capital* e da mais-valia produzida (MARX, [19-?], p. 146, grifo do autor).²⁹

O preço total aparece como expressão do valor do produto total da produção capitalista. Dividindo-se esse preço total pelo número de unidades produzidas chega-se ao preço unitário das mesmas como parte alíquota do valor gerado pelo capital. Com as variações da produtividade do trabalho muda a quantidade produzida e assim seus preços individuais, com o que o preço total e a proporção entre o trabalho excedente e o necessário (a taxa de mais-valia) podem permanecer a mesma. Se houver um aumento na produtividade do trabalho (aumento nas forças produtivas) então diminui a parcela de mais-valia total de que cada mercadoria traz em si como alíquota do produto total, mesmo com taxa constante de mais-valia, com mesma proporção de trabalho pago e não-pago objetivada em cada mercadoria. De outro lado, mesmo sem variação nos preços das mercadorias pode variar a taxa de mais-valia, reduzindo-se, por exemplo, o tempo necessário à reprodução do capital variável. Capitais da mesma grandeza nem sempre põem em movimento o mesmo quantum de trabalho vivo, portanto, de trabalhadores.

A mercadoria como produto do capital,

²⁹ “Na *determinação dos preços da mercadoria* individual apresenta-se como mera parte ideal do produto total em que se reproduz o capital.” (MARX, [19-?], p. 147) “Nessa qualidade – depositária do valor total do capital + mais-valia, ao contrário da mercadoria que a princípio se apresentava autonomamente perante nós –, enquanto produto do *capital* e, na realidade, enquanto forma modificada do capital que se valorizou a si próprio, a *mercadoria* mostra-se no *volume* e nas *dimensões* da venda que tem que operar-se para que se realizem o valor primitivo do capital e o da mais-valia por ele produzida” (MARX, [19-?], p. 147).

[...] como *componente alíquota do capital*, como portadora do capital que se valorizou, e que contém portanto em si uma parte alíquota da mais-valia gerada pelo capital, deve ser considerada de modo distinto do que havíamos feito ao começar a nossa análise das mercadorias singulares e autônomas (MARX, [19-?], p. 160, grifo do autor).³⁰

Como parte alíquota dos capitais, como produto do capital social, as mercadorias são veículo de seu processo de reprodução e acumulação, forma em que *aparece* o capital ao final do processo de produção. A mais-valia porém só se produz como parte do valor da mercadoria, tal como efetivamente se apresenta num quantum determinado de mercadoria ou sobreproduto. Daí que as crises comerciais representem as contradições do capital, já que é a forma sob a qual reaparece o capital ao final da produção. A produção de mercadorias é premissa, ponto de partida da formação do capital e é também seu produto, a partir do qual converte-a na forma geral do produto. “Este desenvolvimento em círculo da nossa análise segue portanto de muito perto o *desenvolvimento histórico do capital*” (MARX, [19-?], p. 141, grifo do autor). Faz parte de seu desenvolvimento histórico seu processo de acumulação, o qual se analisará no próximo capítulo.

³⁰ “Porém estas mercadorias são agora simultaneamente portadoras de capital: são o capital valorizado, grávido de mais-valia. E a esse respeito a sua circulação, que é agora simultaneamente processo de reprodução do capital, inclui novas determinações que eram alheias à consideração abstrata da circulação mercantil. Por conseguinte, agora temos de considerar a circulação das mercadorias enquanto *processo de circulação do capital*” (MARX, [19-?], p. 169, grifo do autor). E disso trata o livro 2º d’*O Capital*.

3 A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E REPRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO

3.1 O Processo de Acumulação do Capital

Na análise da reprodução simples do capital, seja este originariamente fruto de trabalho próprio ou não, vê-se que o mesmo vai se constituir de mais-valia capitalizada, portanto, sem nada de trabalho próprio. Assim, sob o capital, o trabalho produz propriedade alheia e esta se identifica com comando sobre trabalho alheio. Trabalho que é extraído da classe trabalhadora. Por isso a venda da força de trabalho ao capital está condicionada ao fornecimento de trabalho excedente. Enquanto os meios materiais de produção da própria vida lhes enfrentar como capital, como propriedade privada alheia, sua entrada no sistema estará condicionada à “doação” de certa quantidade de trabalho não-pago ao capital.

Preço crescente do trabalho em decorrência da acumulação do capital significa, de fato, apenas que o tamanho e o peso da cadeia de ouro, que o próprio trabalhador forjou para si, permitem reduzir seu aperto. Nas controvérsias em torno desse objeto, geralmente deixou-se de ver o principal, ou seja, a *differentia specifica* da produção capitalista. Força de trabalho é aí comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. As condições de sua venda, quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua contínua revenda e contínua reprodução ampliada da riqueza como capital. O salário, como se viu, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não-pago por parte do trabalhador (MARX, 1996, v. II, p. 251).

As circunstâncias em que os trabalhadores se mantêm e se reproduzem, circunstâncias do seu processo real da vida social, não modificam o caráter básico da produção capitalista e, assim, a relação que esta lhes impõe. Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital (capitalistas e assalariados) a reprodução ampliada, a acumulação de capital reproduz essa relação em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores de um lado, mais proletários de outro. Reproduz assim em escala crescente a necessidade da força de trabalho de incorporar-se ao processo produtivo como meio para valorização do capital, reproduz a sua própria subordinação ao capital. Seu processo real da vida social é delimitado pelas necessidades de reprodução continuada da relação capital, sua existência pela necessidade de valorizar valores existentes.

No transcurso da acumulação surge sempre um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação. Essa crescente produtividade do trabalho vai se traduzir no decréscimo da massa de trabalho vivo proporcionalmente à massa de meios de produção por ela movimentada, ou ainda, no decréscimo do fator subjetivo do processo de trabalho em comparação com seus fatores objetivos. Esta relação entre a massa de trabalho vivo e a massa de meios de produção ou, em valores, a relação entre o capital constante e o capital variável dá-nos a composição orgânica do capital (COC): cc/cv . Esse desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, expresso numa crescente composição orgânica do capital, pressupõe, além da concentração maciça de meios de produção nas mãos de alguns, cooperação e produção em larga escala. A produção de mercadorias passa a sustentar a produção em larga escala na forma capitalista, sob o modo de produção capitalista. Certa acumulação de capital nas mãos de produtores de mercadorias foi o ponto de partida desse modo de produção. A partir de sua constituição, todos os métodos de elevar a força produtiva são também métodos de se elevar a produção da mais-valia, que é por sua vez o elemento constitutivo da acumulação de capital.

São, por conseguinte, métodos para produzir capital mediante capital ou métodos de sua acumulação acelerada. A contínua retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, fundamento para uma escala ampliada de produção, dos métodos que o acompanham para a elevação da força produtiva do trabalho e produção acelerada de mais-valia. Se, portanto, certo grau de acumulação de capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último ocasiona em reação uma acumulação acelerada do capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista e, com o modo de produção especificamente capitalista, a acumulação de capital. Esses dois fatores econômicos criam, de acordo com a relação conjugada dos impulsos que eles se dão mutuamente, a mudança na composição técnica do capital pela qual a componente variável se torna cada vez menor comparada à constante (MARX, 1996, v. II, p. 256).

Assim, com o modo de produção capitalista constituído, toda acumulação torna-se meio de nova acumulação. Com ela cresce a massa de capitais acumulados e concentrados nas mãos dos capitalistas individuais e, com isso, a própria base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas, capitais estes que representam partes alíquotas do capital global da sociedade. A crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais é limitado, permanecendo o mais constante, pelo grau de crescimento da riqueza social. O conjunto dos capitalistas individuais que atuam em cada esfera específica da produção confrontam-se como produtores de mercadorias independentes e concorrentes entre si. A acumulação aparece como um movimento de concentração crescente dos meios de produção e de comando sobre o trabalho na forma de capitais, que se confrontam entre si. Nesse confronto, alguns capitalistas acabam sendo expropriados de seu capital, isto é, de seus meios de produção e comando sobre trabalho. Aqui já não se trata de concentração simples, na medida em que é concentração de capitais já constituídos, expropriação de capitalistas por capitalistas, transformação de muitos capitalistas menores em poucos maiores. Esse processo, diferente do anterior, não está limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. Já que se trata aqui de acumulação e concentração de capitais já existentes, objetivos, e não de capital

ainda a ser criado no processo produtivo. “É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração” (MARX, 1996, v. II, p. 257).

A luta da concorrência, quando conduzida pelo barateamento das mercadorias, depende da produtividade do trabalho e da escala da produção. Essa aumenta e com ela a massa de meios de produção necessários para produção de acordo com a escala ampliada, cresce com isso cada vez mais a quantidade necessária de capital concentrado em poucas mãos. Os capitais maiores passam a derrotar os menores. Cresce também o mínimo de capital requerido para tornar-se capitalista. Juntamente com o sistema de crédito, a concorrência, com o desenvolvimento da produção capitalista, tornam-se as principais alavancas da centralização do capital. Rompendo novamente as barreiras ao avanço das forças produtivas. Aceleram-se, novamente, as revoluções na composição técnica do capital, aumentando sua parte constante em relação à variável, que se reflete num aumento de sua composição orgânica e numa diminuição relativa da demanda de trabalho. “Ao falar, portanto, do progresso da acumulação social – hoje – , os efeitos da centralização estão implícitos” (MARX, 1996, v. II, p. 259). E, com ela, a tendência de cada vez mais uma massa menor de trabalho pôr em movimento uma massa maior de maquinaria, matérias-primas etc., ou seja, de meios de produção.

Acumulação de capital traz consigo elevação de sua composição orgânica e a tendência de o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrair cada vez menos e menos trabalhadores e de o capital existente, reproduzido periodicamente sob nova composição, repelir mais e mais trabalhadores anteriormente por ele ocupados. A demanda de trabalho cai, proporcionalmente, com o progresso da acumulação de capital, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da produtividade social do trabalho. Cada nova força de trabalho lançada ao mercado vê diminuir a capacidade de absorção da mesma no processo produtivo. Produção progressiva de capital pela classe trabalhadora e o conseqüente processo de acumulação de capital, com o aumento de sua composição técnica e

centralização dos capitais que o acompanha, leva a formação progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva.

Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa. Essa é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista, assim como, de fato, cada modo de produção histórico tem suas leis populacionais particulares, historicamente válidas (MARX, 1996, v. II, p. 262).

Constitui-se um exército industrial de reserva disponível ao capital, proporcionando-lhe às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano pronto para ser explorado. Rompem-se, desse modo, barreiras sociais ao processo de valorização do capital e de desenvolvimento das forças produtivas. A superpopulação relativa é a base sobre a qual a oferta e a procura de mão-de-obra se movimenta, reduzindo seu raio de ação a outra lei: a lei geral da acumulação capitalista. Completa-se com isso o despotismo do capital, seu domínio no processo da produção material dos indivíduos, portanto, do processo real da vida social; completa-se o próprio modo de produção capitalista. Seu processo de superação dos modos de produção anteriores, da antiga ordem social vigente, está, quanto as suas bases materiais, completado. Tão logo o tenha feito ele mesmo passa a ter que se ater às contradições que ele mesmo cria. Está é a forma contraditória em que se movem as relações capitalistas de produção, em que só se tem desenvolvimento da riqueza na sua forma capitalista, em que o desenvolvimento mesmo das forças produtivas conjuga-se com o desenvolvimento das forças repressivas sobre a população trabalhadora e em geral (MARX, 1989, p. 117). Já que o fundamento da riqueza e da propriedade privada capitalista assenta-se, no modo de produção capitalista, na apropriação de trabalho excedente alheio, isto é, da classe proletária, bem como parte já da expropriação da mesma de suas condições materiais de existência. E é nessa forma contraditória que as relações de produção capitalistas não só se movem como tem de se mover, na medida em que não cria outra forma social de

relacionarem-se os indivíduos na produção material da própria vida. A partir de agora a única barreira (intransponível, para ele) que se opõe ao capital é o próprio capital mesmo: o capital torna-se então o limite do próprio capital.

3.2 O Modo de Produção Capitalista: produção e reprodução da relação capitalista e sua tendência histórica

“Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital” (MARX, 1996, v. II, p. 340). Essa transformação requer confronto, de um lado, dos possuidores de dinheiro, meios de produção e de subsistência como valores que se valorizam mediante a compra de força de trabalho livre, por outro lado.

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente.³¹ [...] A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1996, v. II, p. 340).

Com a constituição do modo de produção capitalista o produto do capital passa a ser o próprio capital mesmo, o capital torna-se pressuposto de si mesmo. O produto específico do modo de produção capitalista é a mais-valia que, ao ser apropriada como capital, produz a própria relação-capital (relação de produção) que lhe deu origem. Com o desenvolvimento da

³¹ Que aparece, por exemplo, na forma de concentração de renda, seja em países ricos como os EUA, seja na sua forma obscena como no Brasil. Mais concentrada ainda que a renda é a propriedade, o patrimônio (seja na forma líquida [dinheiro, títulos, ações etc], imóveis, terras etc.) existente, desta concentração provém aquela.

cooperação, maquinaria, da grande indústria etc. o processo de separação do trabalhador dos meios de produção se completa.

As mercadorias, como produtos do capital, representam dessa forma o domínio do produto do trabalho sobre os próprios trabalhadores e o capital se lhes enfrenta como um poder autônomo dotado de poderes e vontade próprios. As funções que o capitalista exerce não são mais do que as funções que o próprio capital lhe confere,³² como personificação do mesmo. Isto o distingue do senhor feudal e do senhor de escravos, onde a sujeição se dá de forma muito mais pessoal e direta.³³ No capital a sujeição é, antes de tudo, econômica – das coisas sobre o homem. Esta sujeição aparece ainda como se fosse resultado de uma propriedade natural do próprio objeto e não consequência de relações sociais entre os homens que, por serem mediado por coisas, aparecem como propriedade do próprio objeto. Assim é quando se nos apresentam o capital como mero objeto, uma coisa, dotado de uma vontade própria e do poder de autovalorizar-se. Assim é quando se representa o operário (ser humano) unicamente como trabalho personificado. Trabalho este que, para o operário, é suplício, esforço; para o capitalista, é valor, riqueza (e meio de acrescê-la). Nesta forma se encerra o capital e seu agente, o capitalista. Relação da qual não pretende sair, ir mais além; se o capital não vai para além de si mesmo, não cria outra relação – de produção da própria vida – que a relação capital, tampouco o faz o capitalista, pois que, enquanto tal, é personificação do capital, da relação capitalista. O processo de trabalho, que custa ao trabalhador o trabalho

³² “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1978d, p. 329). “Eu, pelo contrário, demonstro como a *luta de classes* na França criou circunstâncias e condições que possibilitaram a uma personagem medíocre e grotesca desempenhar um papel de herói” (MARX, 1978d, p. 325). Na *Teoria do Desenvolvimento Econômico* Schumpeter (1988) nos mostra, de forma mui positiva, como o mundo como o conhecemos é resultado do “empresário inovador”.

³³ Por isso é que nas estruturas sociais anteriores a mistificação econômica era menor (MARX, 1991, p. 954). O domínio das condições de produção sobre os produtores, como no caso em que a servidão ou a escravatura constitui a extensa base da produção social (como na Idade Média ou na Antiguidade), está aí implícito nas relações entre senhores e servos, “as quais parecem ser e evidentemente são as molas diretas do processo de produção. Nas comunidades primitivas, onde reina comunismo natural, e mesmo nas antigas comunidades urbanas são as próprias coletividades com suas condições que se apresentam como a base da produção, que tem por fim último reproduzi-las” (MARX, 1991, p. 954).

mesmo, é para o capital só um meio de valorização, de criação de mais-valia, objetivo determinante do processo, portanto, das ações do capitalista.

Na produção material, no verdadeiro processo da vida social – pois é isso o processo de produção – dá-se exatamente a *mesma* relação que se apresenta na *religião*, no terreno ideológico: a conversão do sujeito em objeto e vice-versa. Considerada *historicamente*, esta conversão aparece como o momento de transição que é necessário para impor, pela violência e a expensas da maioria, a criação da riqueza enquanto tal, quer dizer, o desenvolvimento inexorável das forças produtivas do trabalho social, única base material de uma sociedade humana livre.³⁴ É necessário atravessar esta forma antitética, tal como a princípio o homem tem que atribuir uma forma religiosa às suas faculdades intelectuais, como poderes independentes que com ele se defrontam. Trata-se do *processo de alienação* do seu próprio trabalho (MARX, [19-?], p. 56, grifo do autor).

Se a crítica da religião estava, na Alemanha, segundo Marx, no essencial, terminada, a crítica do mundo, de que “a religião é o *aroma* espiritual”, não estava. É em “primeiro lugar *tarefa da filosofia*, que está ao serviço da história, uma vez denunciada a *forma sagrada* da auto-alienação do homem, desmascarar a auto-alienação nas suas *formas não-sagradas*. A crítica do céu transforma-se assim em crítica da terra” (MARX, 1972, p. 46 e 47, grifo do autor). E quando, para Marx, a anatomia da sociedade civil deve ser buscada na Economia Política, isto é, na produção material – verdadeiro processo da vida social –, a crítica dessa passa a ser tarefa da filosofia (considerada historicamente) e esta “encontra no proletariado as suas armas *materiais* como o proletariado encontra na filosofia suas armas *intelectuais*” (MARX, 1972, p. 65, grifo do autor).

O trabalho assalariado torna-se uma forma socialmente necessária do trabalho para a produção capitalista. E por ser o capital quem emprega o trabalho os elementos

³⁴ Que hoje, está presa ao produto de seu próprio trabalho. E mais, para Debord, pela imagem, pelo espetáculo decorrente dessa forma fetichizada e abstrata de produzir e de viver a vida. “Debord explica que o espetáculo é uma forma de sociedade em que a vida real é pobre e fragmentária, e os indivíduos são obrigados a contemplar e a consumir passivamente as imagens de tudo o que lhes falta em sua existência real. [...]. Enquanto a primeira fase do domínio da economia sobre a vida caracterizava-se pela notória degradação do ser em ter, no espetáculo chegou-se ao reinado soberano do aparecer. As relações entre os homens já não são mediadas apenas pelas coisas, como no fetichismo da mercadoria de que Marx falou, mas diretamente pelas imagens. [...] No espetáculo, a economia, de meio que era, transformou-se em fim, a que os homens submetem-se totalmente, e a alienação social alcançou o seu ápice: o espetáculo é uma verdadeira religião terrena e material, em que o homem se crê governado por algo que, na realidade, ele próprio criou” (JAPPE, 1997, p. 5).

materiais do processo de trabalho se apresentam como capital em decorrência de suas características materiais e não de propriedades sociais que com eles se amalgamam. Os meios de produção são, ao mesmo tempo, meios para a realização do trabalho (característica geral, comum às outras épocas) e também meios para a exploração de trabalho alheio (característica específica – na forma de mais-valia – do modo de produção capitalista, característica social). O processo de trabalho converte-se desse modo no instrumento do processo de valorização, de criação de mais-valia; em processo do próprio capital, subsume-se nele. “É isto o que denomino *subsunção formal do trabalho no capital*. É a forma *geral* de qualquer processo capitalista de produção” (MARX, [19-?], p. 87, grifo do autor). É a transformação dos fatores do processo de trabalho em capital; é a transformação do trabalho excedente em mais-valia, de seus realizadores em capital variável e os meios de produção em capital constante; é enfim a constituição da produção capitalista. A princípio essa subsunção pode ocorrer sem que ainda se revolucionem completamente os instrumentos de produção (as forças produtivas, as bases materiais), mas impõe-se, imprime-se a estes já um caráter (social) e uma lógica específicos (que não possuíam antes): de ser capital, direito a trabalho alheio. E a exploração que antes, como no caso da servidão ou escravidão, era escancarada se esconde agora na aparência de uma transação entre livres proprietários de mercadorias. E o trabalhador escravo, por exemplo, que antes era instrumento de produção, deixa aqui de sê-lo, o trabalho agora é que é.

É a constituição de suas leis e tendências, que passam a atuar sobre os fatores do processo de trabalho e, na medida em que os revoluciona por completo, criam um modo de produção especificamente capitalista desenvolvido. O capitalista aqui dirige a produção e zela pela continuidade e intensidade do trabalho, procurando prolongá-lo o mais possível, com o que predomina aqui a mais-valia absoluta como forma de se extrair trabalho excedente dos trabalhadores.

Aparece aqui também uma mistificação inerente à *relação capitalista*: a faculdade que o trabalho possui de conservar o valor apresenta-se como faculdade de autoconservação do capital; a faculdade que possui o trabalho de gerar valor (apresenta-se) como faculdade de autovalorização do capital – e, no conjunto, por definição, o trabalho *objetivado* aparece como se utilizasse o trabalho *vivo* (MARX, 19-?, p. 89, grifo do autor).

Esta é a subsunção formal do trabalho ao capital, segundo Marx. Essa subsunção opera a partir de um processo de trabalho “*preexistente*, anterior a essa subsunção no capital e com uma configuração baseada em diversos processos de produção anteriores e outras condições de produção”, (MARX, 19-?, p. 89, grifo do autor) a exemplo do trabalho artesanal e da agricultura camponesa. Partindo de um desenvolvimento dado da força produtiva pode-se aumentar a mais-valia recorrendo ao prolongamento da jornada de trabalho, recorrendo à mais-valia absoluta. O capital vai se tornando a força dominante no processo da vida social, na produção material. As modificações que se operarem no processo de trabalho, e nas relações entre os agentes da produção, a partir de então, refere-se ao caráter específico do modo de produção capitalista, donde se depreende sua lógica de funcionamento, sua constituição interna, suas leis e tendência histórica. Como o desenvolvimento das forças produtivas como meio de aumentar o trabalho excedente e, assim, a acumulação do capital; a criação do mercado mundial correspondente a esse desenvolvimento das forças produtivas; e a necessidade destas serem operadas coletivamente, isto é, o caráter coletivo da produção material (da própria vida); três fatos que marcam a produção capitalista, segundo Marx (1991, p. 305).

Vê-se como (e porquê) a relação capital vai dando forma determinada ao processo de trabalho e aos meios de produção, vai determinando o processo da produção material, como a relação capital vai determinando a história dos indivíduos. Este processo não ocorre nas suas formas antediluvianas de capital usurário e mercantil. O capital usurário vive em parte da própria atrofia do modo de produção que ele extorque – não o revoluciona, serve sim para concentrar riqueza (na sua forma abstrata) de um lado e para separar o produtor direto

das condições objetivas do trabalho. Da mesma forma o capital mercantil possibilita o aniquilamento de antigas formas da vida social (exemplo, feudal), sem que se tenha de imediato a subsunção formal do trabalho no capital. São formas secundárias deste e de transição a este. Tanto mais quando se observa as modificações realizadas no processo de trabalho devidas ao desenvolvimento de seu caráter especificamente capitalista. A isso Marx chama de “subsunção real do trabalho no capital ou o modo de produção especificamente capitalista” (MARX, [19-?], p. 92). Sobre cuja base desenvolve-se também a relação de produção correspondente, em particular, entre capitalistas e assalariados.

Com a subsunção real do trabalho ao capital e o desenvolvimento de um modo de produção especificamente capitalista cria-se um exército industrial de reserva, sujeito às leis da acumulação capitalista – que é a determinante da produção, de seu dinamismo. Desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho (realizado de forma coletiva), desenvolve-se a aplicação da maquinaria, a aplicação consciente da ciência, da tecnologia, eliminando-se as barreiras, até então existentes, para o desenvolvimento da produção material. Esse desenvolvimento das forças produtivas sociais aparece no entanto como força produtiva do capital, com o que a mistificação da relação capitalista que já ia implícita anteriormente é elevada a uma potência superior. Além disso, “é aqui que o significado histórico da produção capitalista surge pela primeira vez de maneira gritante (de maneira específica), precisamente mercê da transformação do processo imediato da produção e do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho” (MARX, [19-?], p. 87). E é exatamente a contradição entre o significado histórico (desenvolvimento das forças produtivas sociais) da produção capitalista e as relações de produção que lhe correspondem que nos mostra, segundo Marx, que o capital não é uma forma absoluta e sim histórica da produção material de nossas vidas. Mostra-nos, ainda, que a verdadeira barreira da produção capitalista *é o próprio capital*.

A subsunção real do trabalho que decorre da constituição de um modo de produção especificamente capitalista pode ser bem vista na transformação da agricultura camponesa em agricultura capitalista, com produção em grande escala e, assim, para o mercado. Onde se desenvolve a aplicação da agronomia, da cooperação, da utilização de máquinas, enfim, o desenvolvimento e aplicação das forças produtivas sociais do trabalho. Ao assenhorear-se dos vários ramos industriais a produção capitalista segue revolucionando-os e os explorando em escala social, ainda que na forma capitalista, com o que faz surgir a “produção pela produção”, a produção como um fim em si mesma, como uma condição necessária ao capital e à sua valorização.

É uma produção que não está ligada a limitações predeterminadas e predeterminantes das necessidades, (o seu carácter antagónico implica a criação de *barreiras à produção* que ela sem cessar procura superar. Daqui as crises, a superprodução etc.). Este é um dos aspectos que distinguem esta produção do modo de produção precedente; é, se se quiser..., o aspecto positivo; teremos, por outro lado, o aspecto negativo, antitético: produção que se contrapõe aos *produtores*, para a qual os produtores não contam (MARX, [19-?], p. 107, grifo do autor).

A produtividade do trabalho implica máximo de produtos com mínimo de trabalho, e isto é algo que independe da vontade dos capitalistas (e dos trabalhadores). Mas a vontade destes (o lucro) implica em se tentar obter que cada produto contenha o máximo de trabalho não-pago. A produção, assim, não tem por base as necessidades existentes e sim “é a escala de produção – sempre crescente e imposta, por sua vez pelo próprio modo de produção – que determina a massa do produto” (MARX, [19-?], p. 107). A produção é produção para criação de mais-valia, desse modo, só o trabalho que produz mais-valia é, aqui, produtivo. Mas como o processo de trabalho é realizado de forma socialmente combinada só o trabalhador coletivo é capaz de movimentar os meios de produção e, então, materializar essa força de trabalho combinada em um produto total, em uma massa de mercadorias que contém trabalho pago e não-pago, mais-valia, capaz de valorizar o capital, que é quem consome a

força de trabalho combinada até o ponto em que se extraia dela um excedente, tornado-a, assim, produtiva. Subsumida ao capital, este “emprega” o trabalho; e pelo fato que é sob esta forma que se desenvolve as forças produtivas sociais, a aplicação da ciência, da maquinaria, da produção em grande escala etc.

Ao produzir mais-valia o trabalhador (coletivo) reproduz ao mesmo tempo sua própria condição de assalariado e os meios de produção como capital, e seus proprietários como capitalistas. O produto do seu próprio trabalho passa a ser o capital mesmo. “O que era premissa, é agora resultado do processo produtivo” (MARX, [19-?], p. 134). O processo de produção é também processo de reprodução das relações de produção especificamente capitalistas. O trabalho produz as condições de produção enquanto capital, e o capital produz o trabalho enquanto trabalho assalariado. A própria relação capitalista é um produto da produção capitalista.

A compra/venda da força de trabalho como resultado incessante do processo de produção capitalista implica que o operário tenha que readquirir constantemente uma parte do seu próprio produto em troca de seu trabalho vivo. Com isso se esfuma a aparência de mera relação entre *possuidores de mercadorias*. [...] Esta perpetuação da relação entre o capital como comprador e o operário como vendedor do seu trabalho constitui uma *forma de mediação* imanente a esse modo de produção [...] *Encobre*, como mera relação monetária, a transação real e a dependência perpétua que tal mediação da compra/venda renova constantemente (MARX, [19-?], p. 136-137, grifo do autor).³⁵

Com o desenvolvimento das forças produtivas sociais e do mercado mundial correspondente, o capital lança assim as bases materiais “de um processo da vida social conformado de maneira nova e, conseqüentemente, de uma formação social nova” (MARX, [19-?], p. 138).

³⁵ “Esta é uma concepção essencialmente diferente da defendida pelos economistas burgueses, enredados nas idéias capitalistas, os quais vêem sem dúvida como se produz *no interior* da relação capitalista, mas não como se produz esta relação propriamente dita nem como, simultaneamente, se produzem as condições materiais da sua dissolução, o que suprime a sua *justificação histórica* como *forma necessária* do desenvolvimento econômico, da produção da riqueza social.” (MARX, [19-?], p. 138).

A acumulação primitiva de capital é um processo de separação dos meios de produção dos produtores diretos, portanto, da dissolução da propriedade privada baseada no próprio trabalho. Sendo esse processo não a mera transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados, portanto, mera mudança de forma. Com a constituição deste a acumulação passa a ser resultado do próprio modo de produção capitalista, passa a ser acumulação de mais-valia. A acumulação primitiva representa a acumulação que precede o modo de produção capitalista, que não é resultado deste e sim seu ponto de partida, já que é um processo de separação do trabalhador de seus meios de produção, isto é, processo que engendra a classe assalariada, de um lado, e a concentração dos meios de produção nas mãos de uns poucos, de outro.³⁶

Propriedade privada, como antítese da propriedade social, coletiva, existe apenas onde os meios de trabalho e suas condições externas pertencem a pessoas privadas. Porém, conforme estas pessoas privadas sejam trabalhadores ou não-trabalhadores, a propriedade privada assume também caráter diferente. Os infindáveis matizes que a propriedade privada exhibe à primeira vista refletem apenas as situações intermediárias existentes entre estes dois extremos. E o capital por ações e o sistema de crédito (títulos) representam o que há de mais desenvolvido quanto à separação entre trabalho e propriedade privada (propriedade jurídica do capital).

O modo de produzir a vida, em que o trabalhador é proprietário privado do produto de seu trabalho, atinge sua plenitude quando o mesmo é proprietário livre das condições e dos meios de produção. Mas isso pressupõe o parcelamento do solo e dos demais meios de produção, o que exclui a cooperação, uma maior divisão do trabalho e domínio

³⁶ “Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia. [...] Em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinham e mais ainda. [...] Assim se explica que os primeiros acumularam riquezas e os últimos, finalmente, nada tinham para vender senão sua própria pele. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até agora, apesar de todo seu trabalho, nada possui para vender senão a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham parado de trabalhar” (MARX, 1996, v. II, p. 339).

social sobre a Natureza, isto é, exclui o livre desenvolvimento das forças produtivas sociais. Este modo só é compatível com parco desenvolvimento destas últimas. Em certo nível de desenvolvimento, este modo torna-se um casulo, um entrave, a ser rompido e superado. “Tem de ser destruído e é destruído” (MARX, 1996, v. II, p. 380). Sua destruição, com a concentração dos meios de produção nas mãos de poucos de um lado e a conseqüente expropriação de muitos de outro, constitui a pré-história do capital. Sua pré-história porque o capital não é ainda fruto de si mesmo, como o será com o modo de produção que lhe é característico e produto histórico de seu desenvolvimento (da relação capitalista), quando estará produzindo mais-valia, capital e as relações de produção que lhe correspondem, portanto, propriedade privada capitalista, “a qual se baseia na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre” (MARX, 1996, v. II, p. 380). Se, então, muda o caráter da propriedade na medida em que ela é resultado de trabalho próprio ou alheio, muda-se também o caráter do produto, isto é, das mercadorias.

Na medida em que elas se tornam produto do capital, produto da relação de produção capitalista, portanto, da relação (de classes) entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção, estas mercadorias diferenciam-se, desde já, das mercadorias pré-capitalistas. Dessas relações diferenciadas de produção temos diferentes sociedades (em vários aspectos), compare-se, por exemplo, a Inglaterra dos séculos XVII e XIX – qual a origem dessa diferença? Já que, afinal de contas, tanto em 1688 quanto em 1825 (ou 1848) temos mercadorias, trocas, dinheiro e tudo o mais (Estado, comércio exterior etc.).

Na forma mercadoria as relações entre os produtores assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho. O misterioso da forma mercadoria consiste no fato de que ela reflete aos “homens as características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação existente fora deles,

entre objetos” (MARX, 1996, v. I, p. 198). Os trabalhos privados só atuam como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Assim, a troca aparece como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas e não como relações diretamente sociais entre as pessoas e seus trabalhos. Qual é o produto do trabalho da classe trabalhadora que vende sua força de trabalho ao capital? “O produto do processo de produção capitalista não é nem mero *produto* (valor de uso), nem uma mera *mercadoria*, quer dizer, um produto que tem um valor de troca; o seu *produto específico* é a *mais-valia*.” (MARX, [19-?], p. 68, grifo do autor). Específico ao modo de produção capitalista e a relação social de produção que lhe corresponde.

A mercadoria como produto do capital é portadora de mais-valia, de trabalho excedente extraído da classe trabalhadora a ser apropriado como propriedade privada capitalista. É meio, veículo, de uma relação social (de classes) entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção. É meio de concretização das relações capitalistas de produção, de um modo específico dos indivíduos produzirem sua existência e fazerem sua história, portanto, um produto histórico. Lá, onde reina a propriedade privada do trabalhador sobre os meios de produção e, conseqüentemente, sobre os produtos do seu trabalho ele domina não só o processo produtivo bem como sua liberdade está em relação direta com este. Aqui, pelo contrário, o produtor não só não controla o processo produtivo bem como é dominado por este e pelo produto de seu trabalho; quanto maior a produção, ou melhor, quanto maior o mais-produto, maior o trabalho excedente, mais capital é acumulado e mais este lhe aparece como um autômato, dotado de vontade própria e que o domina. Lá, o trabalhador produz como livre proprietário; aqui, produz sua sujeição e condição de dependência do capital (e, na falta dele, da misericórdia – cristã, de preferência – alheia).

Quando a base da produção de mercadorias deixou de ser o trabalho próprio os trabalhadores foram transformados em proletários que enfrentam agora os meios de produção como capital e em que a propriedade privada agora é propriedade privada capitalista, a expropriação dos proprietários ganha novo caráter. “O que está agora para ser expropriado já não é o trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores” (MARX, 1996, v. II, p. 380). Já não se trata mais de acumulação primitiva de capitais, mas da centralização de capitais, não mais de sua pré-história e sim de sua história – do desenvolvimento, a partir de sua constituição, de suas leis imanentes, de sua tendência histórica. Por exemplo, a tendência à queda da taxa de lucro. Lucro que se origina de uma relação de exploração de uma classe (proprietários dos meios de produção) de indivíduos sobre outra (não-proprietários dos meios de produção). A partir daí seu passado já não é mais critério de seu desenvolvimento futuro.

O processo capitalista de produção, reprodução e acumulação é um processo da contínua produção, reprodução e ampliação da separação entre os produtores e os meios de produção, portanto, da separação entre o trabalho e a propriedade, da formação de assalariados e capitalistas. Aqui o ponto de partida é a relação entre assalariados e capitalista e o resultado ou o ponto de chegada é também assalariados e capitalistas. Assim é que, na medida em que não se trata mais da acumulação primitiva de capitais, na medida em que os meios de produção já não são propriedade do trabalhador e sim do capitalista, na medida em que a separação entre o trabalho e os meios objetivos de sua realização já se tem efetivado, a expropriação de que se trata já não é mais a dos produtores diretos (esta já ocorreu e a base agora material dos indivíduos produzirem sua existência está sob a forma de capital e as relações de produção, no lugar das mercantis simples, são agora capitalistas – que superaram as anteriores) e sim de capitalistas: o processo é de centralização de capitais.

Não obstante, o modo de produção não deixa de ser capitalista. Capital é valorização de valores existentes e os limites de sua valorização são dados: pela massa de trabalho empregado, pela divisão desta em trabalho excedente e necessário e desta com o capital global adiantado e a ser valorizado. Esses são os limites dentro dos quais ele se move. Na medida em que essa valorização não ocorre eclodem as crises. Que por sua vez levam a desvalorização do capital existente (do capital constante e variável, isto é, da força de trabalho) até que as proporções adequadas à valorização sejam restabelecidas. E não só a classe trabalhadora como os pequenos capitalistas não saem fortalecidos (valorizados) desse processo, o que ocorre pelo contrário é mais concentração e centralização de capitais, portanto, dos meios de produção (e de subsistência). Nesse sentido, as crises não giram a roda da história para trás, pelo contrário, abrem caminho a seu devir.

Juntamente com esse processo de centralização do capital desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala crescente, a aplicação técnica consciente da ciência, o desenvolvimento de forças produtivas utilizáveis apenas coletivamente, por meio de um trabalho social combinado, a formação do mercado mundial que põe todos os povos em contato (sob a mesma base material) e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Essas forças produtivas sociais imensamente desenvolvidas sob o modo de produção capitalista são forças produtivas que se apresentam, na forma capitalista, como forças produtivas do capital,³⁷ e com o fim único de extrair trabalho excedente como meio de sua (do capital) valorização. Processo este que vai se tornando cada vez mais contraditório quanto mais a massa amplamente desenvolvida dos meios de produção há que enfrentar, na forma de capital (como propriedade privada de uma classe), uma classe trabalhadora cada vez mais exígua em relação ao montante a ser valorizado pelo seu trabalho excedente.

³⁷ “O conceito mesmo de capital implica que, ao aumentar a produtividade do trabalho, diminua a força própria deste, ainda que incrementando a força exterior a ele. [...] Para produzir este efeito, a maquinaria tem que ser capital fixo, e só o é visto que o trabalhador se comporta frente a ela como trabalhador assalariado e uma vez que o indivíduo ativo é, em relação a ela, simplesmente um trabalhador” (MARX, 1985a, v. II, p. 112).

O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Ele é arrebatado. Soa a hora final da propriedade capitalista. Os expropriadores são expropriados (MARX, 1996, v. II, p. 381).

Essa passagem é do livro 1º d' *O capital*, antes de se apresentar a lei da queda tendencial da taxa de lucro, o que ocorrerá no Livro 3º. Trata-se aqui de se ver a limitação do modo de produção capitalista a partir de seu núcleo (essência), de sua constituição genética, de seu *ser*, e como ele traz em si os elementos de sua negação (e superação).³⁸ A queda tendencial da taxa de lucro será uma forma de manifestação desse processo e é a partir deste (processo de sua produção, reprodução, acumulação) que deve ser compreendida. Por isso, para se compreender a queda da taxa de lucro *do capital* há que se compreender antes de tudo o capital mesmo, pelo que ele é: uma relação social de produção de excedente – mais-valia – portanto, de exploração de uma classe sobre outra, e não como mera coisa (dotada de poderes fantásticos: o fetiche – como o de produzir mais-valor, seja na forma de lucro ou juro, de per si). E mais, vendo-o não como meio inequívoco de desenvolvimento das forças produtivas e de produção da riqueza e como relação natural e eterna de produção. Até porque uma máquina não deixará de ser uma máquina (isto é, não perderá seu caráter útil) se for utilizada pelos produtores associados como instrumento para produção (consciente) de suas vidas.

Da análise do processo de produção e acumulação capitalista depreende-se não só como ele se constitui, mas também como é um processo simultâneo de desenvolvimento de

³⁸ “Assim as coisas, contando com a produtividade material já existente e adquirida sob a forma de capital fixo, com as conquistas da ciência, o auge da população, etc., em uma palavra, com as imensas riquezas e as condições de sua reprodução, de que depende o mais alto desenvolvimento do indivíduo social e que o capital foi criando no curso de sua história, vemos que ao chegar a certo ponto de sua produtividade o capital mesmo se encarrega, em vez de postulá-la, de suprimir sua autovalorização. A partir de certo ponto, o desenvolvimento das forças produtivas se converte em uma barreira para o capital e o regime capitalista; portanto, em uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Ao chegar a este ponto, o capital, ou seja, o trabalho assalariado, ocupa com respeito ao desenvolvimento da riqueza social e das forças produtivas a mesma posição que [em sua época] o regime gremial, a servidão e a escravidão, com o que necessariamente tem de ser afastado como um limite. É abatida assim a última forma de avassalamento que adota a atividade do homem, a de trabalho assalariado, de uma parte, e o capital, de outra, e isso como resultado mesmo do modo de produção capitalista” (MARX, 1985a, v. II, p. 152-153).

sua negação, de seus limites enquanto valor que se valoriza. Para Marx, os elementos de sua negação estão já presentes na sua constituição, daí consistir tarefa do pensamento apreender sua constituição mesma, para aí sim se procurar captar seu vir a ser (do capital e das relações de produção que lhe deram origem), sua constituição futura. Tanto Marx quanto Engels procuraram abster-se de “prescrever receitas (comteanas?) para a cozinha do futuro” (MARX, 1996, v. I, p. 137-138). Mas o que para eles era certo é: “que a atual sociedade não é um cristal sólido, mas um organismo capaz de mudar e que está em constante processo de mudança” (MARX, 1996, v. I, p. 132) e que à “medida que tal crítica representa, além disso, uma classe, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes – o proletariado” (MARX, 1996, v. I, p. 137). Isto porque para eles a modificação tinha de ir à raiz do problema, ser nesse sentido radical, profunda, atingir à essência do fenômeno e não sua aparência. Não se tratava, desse modo, de descobrir novas fontes, novos caminhos para o lucro ou nova vida para o capital. E sim, novas fontes, nova vida, novos caminhos, para a humanidade, para a produção consciente de sua vida. Uma nova forma de nos relacionarmos na produção material de nossas vidas, base de toda vida social.

O sistema de apropriação capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, baseada no trabalho próprio. Mas a produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural,³⁹ sua própria negação. É a negação da negação. Esta não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre o fundamento do conquistado na era capitalista: a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho (MARX, 1996, v. II, p. 381).

O conquistado na era capitalista, essas forças produtivas sociais, são as bases materiais para uma ordem social superior, da *produção material* da própria vida sob nova ordem. São essas bases materiais que se deve manter no processo de superação do modo de

³⁹ Por esta Marx será julgado, bem ou mal, de um jeito ou de outro, o tempo dirá.

produção capitalista. Fazer dela parte da história futura da humanidade. Ser, a bem da verdade, como já dito, seu fundamento material, sem o qual ela, a ordem superior, não só não vem como tampouco a humanidade a colocaria como questão. Daí que a humanidade só se propõe as questões que pode resolver, pois que só aparecem onde às condições materiais de sua solução já existem ou, ainda, são captadas no processo de seu devir; o que será deixado para trás são as relações capitalistas de produção que, como última forma antagônica do processo social de produção, encerrariam a pré-história da humanidade (MARX, 1978b, p. 130).

Mas se o processo de expropriação dos produtores diretos ou da massa do povo por poucos usurpadores é um processo longo e penoso, muito menor, diz Marx, há de ser a expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo, isto é, a transformação da propriedade capitalista (fundada já numa organização social da produção) em propriedade social. Até porque, no primeiro caso, tratava-se da transformação dos meios de produção em capital e então do trabalho excedente, realizado pela classe trabalhadora, em propriedade privada capitalista. Destarte, não se pode querer à classe trabalhadora que ela conquiste, transforme, a propriedade privada capitalista em propriedade social pelo seu trabalho, como se a ela coubesse, pelo seu trabalho, “comprar de volta” o que ela deu de graça, ou ainda, o que lhe foi extraído no processo de trabalho e mediante seu trabalho.⁴⁰ A condição de superação do modo de produção capitalista, para Marx, é a superação/abolição das relações de produção capitalistas e sua expressão jurídica, isto é, a propriedade privada dos meios de produção, das forças produtivas sociais. Quando, sob uma organização social da produção e o desenvolvimento de um sistema automático de máquinas, se transforma a propriedade capitalista em propriedade social transforma-se o caráter do trabalho: de um caráter de

⁴⁰ Nesse sentido é que em “uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais até então aquelas tinham se movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social” (MARX, 1978b, p. 135-136).

contradição e penúria em tempo disponível para toda a sociedade. É nesse sentido que se pretende afirmar que o trabalho, de per si, não liberta. Ele cria, na medida em que se materializa em um sistema automático de máquinas, em colossais forças produtivas sociais, que, não obstante sua potência, demandam cada vez menos trabalho da massa do povo para serem postas em movimento, as condições para tanto – mas há que se enfrentar as relações de produção e de propriedade em que até então se têm movido. Assim é que os expropriadores *têm de ser expropriados*.

O homem que não experimentou a angústia da morte não sabe que o mundo natural dado lhe é hostil, que tende a matá-lo, a aniquilá-lo, que é essencialmente inapto a satisfazê-lo realmente. Esse homem permanece, pois, solidário com o mundo dado. Poderá, no máximo, querer reformá-lo, isto é, mudar-lhe os detalhes, fazer transformações específicas sem modificar-lhe o caráter essencial. Esse homem agirá como reformista hábil, até como conformista, mas nunca como verdadeiro revolucionário. Ora, o mundo dado onde ele vive pertence ao senhor (humano ou divino), e nesse mundo ele é necessariamente escravo. Não é a reforma, mas a supressão dialética, ou revolucionária, do mundo que o pode libertar, e – por consequência – satisfazê-lo. Ora, essa transformação revolucionária do mundo pressupõe a negação, a não-aceitação do mundo dado, em seu conjunto. [...] Só o escravo pode transformar o mundo que o forma e o fixa na sujeição, e criar um mundo formado por ele, onde será livre. E o escravo só consegue isso pelo trabalho forçado e angustiado, feito a serviço do senhor. De fato, apenas esse trabalho não o liberta. Mas ao transformar o mundo por esse trabalho, o escravo transforma a si e cria, assim, as novas condições objetivas que lhe permitem retomar a luta libertadora pelo reconhecimento que, anteriormente, ele recusou por medo da morte. Por isso, no final, todo trabalho servil realiza não a vontade do senhor, mas a – inconsciente, no início – do escravo, que – afinal – consegue vencer naquilo em que o senhor – necessariamente – fracassa. Portanto, a consciência inicialmente dependente, que serve e é servil, é que realiza e revela no fim de contas o ideal da consciência-de-si autônoma, e que é assim a sua verdade (KOJÈVE, 2002, p. 31).

Assim é que a criação de um sistema automático de máquinas ou o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho cria as novas condições objetivas que permitem retomar a luta libertadora pelo reconhecimento (de sua condição humana, livre) que, anteriormente (exemplo, no processo de acumulação primitiva que forma capital de um lado e proletários de outro), ele (o trabalhador) recusou por medo da morte. O capitalista,

como agente do capital, não tem outro projeto que o de fazer seu capital dar lucro, não reconhecendo assim ao trabalhador senão nessa condição; o capitalista não pretende ir além dessa relação.

A realidade é que o capital se vale das máquinas somente e com a única finalidade de que o trabalhador consagre ao capital uma parte maior de seu tempo [...] o capital – sem consciência alguma disso – reduz ao mínimo o trabalho humano e o esforço do homem. Coisa que [chegado o dia] beneficiará ao trabalho emancipado e fará possível [da mesma forma] sua emancipação (MARX, 1985a, v. II, p. 111).

Observe-se que o sujeito nessa passagem de Marx é o capital, isso é fruto da autonomia do poder deste frente aos indivíduos, exatamente por encarnar a força coletiva dos mesmos (alienação), por isso o processo segue sem o controle individual de ninguém e acima da cabeça de todos. E isso, hoje, é também um fato, embora o proletariado não parece trazer mais grandes expectativas de emancipação como apregoado por Marx e Engels, *O Capital*, por sua vez, continua valorizando-se e elevando a potências maiores as forças produtivas. A China, e seu proletariado, com seus atuais 200 milhões de desempregados,⁴¹ talvez represente um elemento capaz de direcionar de forma mais clara e decisiva o fim dessa história.

Ao libertar o escravo da natureza, o trabalho também o liberta de si próprio, de sua natureza de escravo: liberta-o do senhor. [...] O futuro e a História não pertencem portanto ao senhor guerreiro, que ou morre ou se mantém indefinidamente identificado consigo, mas pertencem ao escravo trabalhador. [...] Se a angústia da morte encarnada para o escravo na pessoa do senhor guerreiro é a condição *sine qua non* do progresso histórico, é somente o trabalho do escravo que realiza e perfaz esse progresso (KOJÈVE, 2002, p. 26).

Destarte, se a angústia de morte, isto é, da dependência do trabalhador de arrumar emprego para sobreviver encarnada no capital (isto é, em uma coisa, nos meios de produção, nas máquinas etc., daí a alienação e o poder místico do capital) ou na pessoa do capitalista seu agente é condição *sine qua non* do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho,

⁴¹ “Capitalismo produziu 200 milhões de desempregados na China” (THE NEW YORK TIMES, 2004, Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/ult574u4056.jhtm>> Acesso em: 29 maio 2004).

é somente a materialização, a objetivação do trabalho da classe trabalhadora que realiza e perfaz o progresso histórico. Daí ser a missão histórica do modo de produção capitalista o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, já que isso cria exatamente uma natureza social: ser social (livre). Perfaz, constrói a estrada de sua emancipação.

Lembrando-se que o processo histórico de separação dos trabalhadores de seus meios de produção (a acumulação primitiva de capital, pré-história do mesmo, processo de sua gênese histórica) não foi lá muito idílico, ou ainda, pelo “trabalho próprio”. É de se duvidar, portanto, que apenas pelo trabalho próprio de cada um, do conjunto da sociedade, apenas pela mera continuação do processo capitalista de produção (união de processo de trabalho e de valorização), a propriedade privada capitalista dilua-se em propriedade social. Quando as guildas eram formas proeminentes⁴² elas estabeleceram relações de propriedade, por leis, a elas correspondentes. Com o desenvolvimento das forças produtivas (cooperação, manufatura, maquinaria e grande indústria etc.), sob o modo de produção capitalista, estas relações de propriedade tornaram-se um entrave a ser abolido. Foram abolidas, e com elas as leis e os aparados jurídicos/estatais (de coerção) que davam sustentação a estas relações de propriedade.

⁴² Por exemplo, nos Países Baixos nos séculos XVI-XVII. Um exemplo atual das guildas são as ordens dos advogados, bem como os conselhos regionais/nacionais de dentistas e profissionais liberais em geral que se reúnem, entre outros, para decidir preço, para determinar o número de ações que um advogado pode ter em cada estado da federação etc. Mostra que o capital é sim um avanço histórico, tanto mais se comparado à parvoíce própria desse modo de ser desses ditos liberais. O que mostra também como é preciso a união das condições materiais com as relações de produção correspondentes para pôr fim a essa estultice, a esse mísero modo de produzir (que dirá de pensar a si e a sociedade em que se vive – e no Brasil, são esses os assim chamados “formadores de opinião”), classe média que, como recentemente disse Fernando Henrique Cardoso, “costuma pensar a si mesma como se fosse a democracia” (CARDOSO, 2004, Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/cult/entrevista.htm>> Acesso em: 30 maio 2004).

4 TAXA DE LUCRO DO CAPITAL: formação e tendência

4.1 Taxa Geral de Lucro e Lucro Médio

Na produção capitalista, o aumento das forças produtivas do trabalho social se apresenta como desenvolvimento das forças produtivas do capital. Os elementos do processo de produção (meios de produção e a força de trabalho) encontram-se subsumidos ao capital. Com o que o valor dos meios de produção torna-se capital constante e o valor da força de trabalho capital variável. A massa de trabalho objetivada em meios de produção cresce proporcionalmente mais que a massa aplicada em trabalho vivo, esta põe em movimento uma massa cada vez maior de meios de produção, portanto, de capital. Aumento da produtividade do trabalho expressa-se, na forma capitalista, em aumento da composição orgânica do capital (COC), isto é, em decréscimo proporcional do capital variável em relação ao capital constante. Esta é a composição do capital segundo o valor e reflete sua composição técnica, isto é, o número de trabalhadores necessários para pôr em movimento certa quantidade de meios de produção. Número inversamente proporcional ao desenvolvimento da produtividade do trabalho.

O capital só abandona a forma dinheiro com o intuito de fazê-lo retornar a essa forma acrescido de um *surplus value*, de um valor maior que o originariamente adiantado. O que determina sua ação é possibilidade de lucro. Sem lucro a produção estanca e os meios de produção e a força de trabalho podem ficar em alqueive até que as condições necessárias ao restabelecimento do lucro surjam novamente. O lucro por sua vez é calculado em função da totalidade do capital adiantado, independente da composição orgânica do capital individual,

para montantes iguais de capital adiantado o taxa de valorização, a taxa de lucro, deve ser a mesma. Essa equalização das taxas de lucro entre os diferentes ramos faz-se por meio da concorrência entre os capitais individuais. Não obstante, a concorrência equaliza, divide, a massa de lucro entre os capitais, contudo não cria essa massa, essa tem por origem o processo de produção capitalista. Um capital adiantado na seguinte proporção $80cc + 20cv$ e sendo a taxa de mais-valia de 100%, produz um valor excedente de 20; enquanto que um capital, sob mesma taxa de mais-valia, mas que se divide em $40cc + 60cv$ produz um valor excedente de 60.⁴³ A quantidade de mais-valia produzida, dada a taxa de mais-valia, depende da quantidade de capital variável adiantado, quanto maior esse maior a mais-valia produzida. Enquanto produtos do capital, o valor das mercadorias se mede pelo valor do capital constante nela contido, mais o valor do capital variável nela reproduzido, mais o acréscimo desse capital variável, a mais-valia produzida. Supondo-se que as mercadorias se vendem por seus valores, temos que a taxa de lucro do primeiro capital é de 20% e a do segundo de 60%. Porém, mesmo com composição orgânica diferente desses capitais, seus preços de custo são os mesmos, já que o adiantamento (o capital efetivamente adiantado) é o mesmo, isto é, 100 unidades monetárias (u.m.). “Essa igualdade dos custos constitui a base da concorrência entre os capitais investidos, e a partir daí se forma o lucro médio” (MARX, 1991, p. 174).

Tabela 1 – Formação da Taxa Média de Lucro

Capital	Preço de custo	CC	CV	MV	Valor	Taxa de lucro
I	100	80	20	20	120	20
II	100	60	40	40	140	40
III	100	40	60	60	160	60
Total	300	180	120	120	420	120
Média	100	60	40	40	140	40

⁴³ “Porções iguais do capital global nos diferentes ramos da produção constituem fontes desiguais da mais-valia, e a única fonte de mais-valia é o trabalho vivo” (MARX, 1991, p. 169).

Supondo-se três capitais com a configuração como a mostrada acima, a taxa de lucro dos três, considerados individualmente, diverge conforme a quantidade de capital variável aplicada por cada um (supomos aqui a mesma taxa de mais-valia, 100%). Imaginando-se que o capital III é aplicado na mineração de ouro, com o que o próprio produto é usado para pagamento tanto da mão-de-obra como do capital constante gasto na produção, isto é, na extração do ouro. Vê-se aí que o capitalista mesmo comprando e vendendo as mercadorias por seus valores (que se patenteia pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção) obtém, ao final do processo, um sobre-produto, que aqui é já, ao mesmo tempo, um sobre-valor, uma mais-valia, pois o produto se encontra na forma de equivalente geral das mercadorias, dinheiro. Antecipou um montante na compra de meios de produção e força de trabalho, pagou o preço de reprodução dos dois, pô-los a funcionar em um processo produtivo de tal modo que obtivesse, além da reposição do valor antecipado do capital constante e do capital variável, um valor adicional, o qual visava desde o princípio, que era na verdade o mote determinante de todo o processo: um sobre-valor, uma mais-valia, sobre os valores adiantados no processo produtivo, de que o capital se apropria como detentor do resultado da produção. Os meios de trabalho foram postos como meio de extração de trabalho excedente dos trabalhadores, foram postos como capital produzindo a si mesmo, como capital produzindo o próprio capital.

Com a entrada dos capitais I e II em cena, por exemplo, instala-se uma concorrência entre os três *capitais* (entre possuidores de capitais, na forma de M, D e meios de produção/trabalho, aqui, a exemplo, a propriedade da própria mina),⁴⁴ que terá por base a igualdade dos preços de custo, de capital adiantado ou dos capitais investidos. Tem-se de início um investimento total de 300 e, ao final do processo de produção, um produto total de, em termos de valores, 420 que se encontra nas mãos dos detentores dos capitais. “O valor da

⁴⁴ Já não é uma concorrência entre trabalhadores, produtores, que detém o produto de seu trabalho. O capital já é a negação disso, é a separação do produtor e o produto de seu trabalho.

mercadoria é determinado pela totalidade do trabalho, pretérito e vivo, que absorve” (MARX, 1991, p. 299). A mercadoria, que é produto da produção capitalista, divide seu valor em capital constante, capital variável e mais-valia; ao capital importa este último, importa fazer crescer este em relação aos demais. Para que se produza a quantidade que foi produzida de ouro por esses capitais gastar-se-ia em termos de valores, de trabalho socialmente necessário, 420, isto é, para que se reproduza tal quantidade de ouro, nas condições materiais postas por estes capitais (dada a COC e as condições de trabalho de cada um), a sociedade despendeu, por meio destes capitais, em termos de valores, 420. Esses 420, que se tornam invisíveis quanto só se tem em vista os custos de produção, aparecem porém como *limite* para a sociedade em seu conjunto, e assim, um limite para apropriação desses valores para as classes de indivíduos dentro da sociedade. Vamos supor que os 300 representem 300 Kg de ouro adiantados, que foram transformados, trocados, por capital constante e capital variável (meios de produção e compra de força de trabalho, trabalho pretérito e trabalho vivo) e os 420 também representem 420 Kg de ouro extraídos no processo. Teríamos assim um produto excedente de 120, e esses 120 dão o limite de excedente de que a sociedade pode dispor, de que ela há criado no processo produtivo. Esses 120 de produto excedente por sua vez pertencem, são propriedade privada dos detentores das condições da produção, daqueles que os adiantaram na forma de capital em busca de um lucro. Para a sociedade, esses 120 representam o trabalho excedente que a mesma pode dispor para utilizá-lo seja na criação de novos meios de produção, no desenvolvimento de novas forças produtivas, ou em artigos de luxo etc. A decisão caberá aos detentores do capital da sociedade, os assim chamados investidores. Assim é que as condições materiais da reprodução da sociedade encontram-se em suas mãos, como sua propriedade privada. Tanto o capital constate quanto o capital variável gasto custou à sociedade um tempo socialmente necessário à sua produção. A relação entre este tempo e o tempo de trabalho excedente extraído no processo produtivo dá a medida

do tempo de que a sociedade cria para si e de que pode utilizar para além da mera reprodução das suas condições materiais atuais.

Na concorrência entre os capitais se decidirá quanto desse total irá para cada um.⁴⁵

Se for o caso de não se ter ainda uma taxa média de lucro nesse ramo a média que vai se impor, tendencialmente, ao longo do tempo é dada pela média mesma dos capitais aí investidos, que será nesse caso igual à taxa de lucro do capital II que reflete essa média.

O desenvolvimento da produção capitalista traz por sua vez o surgimento de novos ramos de produção, o clássico: bens de capital, produção de meios de produção. Com o que dá início, materialmente, ao desenvolvimento de sua tarefa histórica. O que se procurará fazer aqui é mostrar a especificidade que assume, para Marx, essa tarefa enquanto capital, enquanto se tratar da produção capitalista, da produção do lucro.

O capital cada vez mais se patenteia força social: tem o capitalista por agente e não se relaciona mais com o que pode criar o trabalho de cada indivíduo; mas, patenteia-se força social alienada, autônoma, que enfrenta a sociedade como coisa e como poder do capitalista por meio dessa coisa. A contradição entre a força social geral que o capital encarna e o poder privado dos diferentes capitalistas sobre essas condições sociais torna-se cada vez mais aguda e acarreta que se dissolva essa relação, e a dissolução implica que os meios de produção se tornem sociais, coletivos e gerais. Essa transformação está ligada ao desenvolvimento das forças produtivas na produção capitalista e à maneira como se efetua esse desenvolvimento (MARX, 1991, p. 303).

Tanto o capitalista industrial como o capitalista comercial são detentores de capital, nas formas de mercadoria e dinheiro. Mesmo os meios de produção são comprados e vendidos, isto é, são também mercadorias. Estes trazem o caráter eminentemente social do modo de produção capitalista, só através da cooperação posta pela concentração de capital é que tais meios podem ser produzidos. O desenvolvimento da produção capitalista ocorre exatamente porque se alia às condições materiais requeridas (isto é, a um certo estágio de desenvolvimento das forças produtivas) a concentração de capitais suficiente para pôr em

⁴⁵ Abstraindo-se de maiores perturbações do processo ou que esse total seja apropriado por outros agentes fora desse ramo específico (no comércio, no transporte etc.).

funcionamento esses meios de produção, e com lucro. Processo em que o capital torna-se a força econômica dominante da sociedade, dá assim a dinâmica da mesma.

O desenvolvimento da produção capitalista, isto é, ao atingir o momento em que o capital é produto de si mesmo, representa o desenvolvimento de uma totalidade ligada por fios invisíveis, dentro da qual os proprietários, desde os proprietários de terra até os capitalistas financeiros passando pelos industriais, fazem parte de um todo e mesmo processo: extração de trabalho excedente, de mais-valia dos produtores diretos que se encontram em pólo oposto àqueles. Essa totalidade representa um modo dos indivíduos produzirem sua existência, em que eles contraem determinadas relações sociais na produção da mesma, alheias à sua vontade, tanto mais que o capital, como coisa, lhes aparece dotado de poderes e vontade próprios.⁴⁶ Dentro dessa totalidade a riqueza aparece como uma imensa coleção de mercadorias, as quais são vendidas esperando-se disto obter um lucro. Na disputa, na concorrência entre os proprietários dessas mercadorias é que se reparte esse sobre-valor que as mercadorias trazem consigo, estabelecendo-se assim um lucro médio nos diversos ramos da produção. Com o desenvolvimento da produção capitalista esta se estende para os diferentes ramos de produção, criando ainda outros novos ramos, formando-se taxas médias por todos essas ramos que formam, no conjunto, a taxa geral de lucro.

Os preços que obtemos, acrescentando as médias das diferentes taxas de lucro dos diferentes ramos aos preços de custo dos diferentes ramos são os *preços de produção*. Requerem a existência de taxa geral de lucro, e esta por sua vez supõe que as taxas de lucro consideradas de per si em cada ramo particular de produção já estejam reduzidas a outras tantas médias. Essas taxas particulares de lucro são em cada ramo de produção = m/C , e devem

⁴⁶ Daí que os homens fazem sua história, mas não como querem. E por estarem sujeitos a relações sociais de produção (da própria vida) alheias a sua vontade é que ocorre neste caso o mesmo processo que ocorre na religião, a inversão do sujeito e do objeto, trata-se aqui do “*processo de alienação* do seu próprio trabalho” (MARX, [19-?], p. 56, grifo do autor). “Para evitar possíveis erros de entendimento, ainda uma palavra. Não pinto, de modo algum, as figuras do capitalista e do proprietário fundiário com cores róseas. Mas aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, *portadoras* de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas” (MARX, 1996, v. I, p. 131-132, grifo do autor).

ser inferidas, como fizemos na parte primeira, do valor da mercadoria. Sem essa inferência esvazia-se de sentido e conteúdo a noção da taxa geral de lucro e por conseguinte a de preço de produção da mercadoria. O preço de produção da mercadoria é portanto igual ao preço de custo mais o lucro que percentualmente se lhe acrescenta correspondente à taxa geral de lucro, ou igual ao preço de custo mais o lucro médio (MARX, 1991, p. 179, grifo do autor).

Com a concorrência de todos os capitais surge uma taxa geral de lucro, que cabe a cada soma de capital adiantada. “O lucro que, de acordo com essa taxa geral, corresponde a capital de grandeza dada, qualquer que seja sua composição orgânica, chama-se de lucro médio” (MARX, 1991, p. 179). Esse lucro médio não só traz em si como em verdade decorre mesmo da composição orgânica média dos capitais e da taxa de exploração do trabalho (mv/cv), isto é, da massa de trabalho movimentada, da divisão desta em trabalho pago e não-pago e da massa de meios de produção (de capital) adiantados a serem valorizados.

Taxa geral de lucro vai se formando como tendência dominante pela média das diferentes taxas de lucro. O capital social se divide em diversos ramos, porém, alguns ramos possuem parte alíquota do capital social aplicada maior que os demais, aumentando o peso proporcional da sua taxa média na formação da taxa geral de lucro.

Assim a taxa geral de lucro é determinada por dois fatores:

- 1) pela composição orgânica dos capitais nos diferentes ramos, portanto pelas diferentes taxas de lucro dos vários ramos;
- 2) pela repartição do capital total da sociedade nesses diferentes ramos, portanto pela magnitude relativa do capital aplicado em cada ramo particular e, por isso, a uma taxa particular de lucro; vale dizer, pela proporção de cotas do capital total da sociedade, absorvidas pelos ramos particulares de produção (MARX, 1991, p. 185).

Em nosso exemplo anterior a composição média dos capitais I, II, e III era = 60cc + 40cv, com taxa de mais-valia de 100%, o lucro médio será de 40%. Supondo-se além desse mais quatro outros ramos da produção com as seguintes composições médias:

Tabela 2 – Formação dos Preços de Produção

Capital	Preço de custo	CC	CV	MV	Valor	Taxa de lucro	Preço de Produção
I	100	60	40	40	140	40	118
II	100	80	20	20	120	20	118
III	100	85	15	15	115	15	118
IV	100	90	10	10	110	10	118
V	100	95	5	5	105	5	118
Total	500	410	90	90	590	-	590
Média	100	82	18	18	118	18	118

A composição orgânica média dos capitais da sociedade seria = $82cc + 12cv$, com taxa de mais-valia de 100%. Teríamos posta a tendência de que cada 100 u.m. de capital renda em média 18 u.m. de lucro, com o que a taxa geral de lucro do capital da sociedade seria de 18%. Assim, seja qual for o preço de custo k das mercadorias será o preço de produção igual a $= k + 18\%$, ou $= k + 18k/100$. Nos ramos com capitais, como I e II, com composição orgânica (CO) inferior à composição média o valor das mercadorias é maior que seus preços de produção.⁴⁷ Nos ramos com CO superior o valor das mercadorias é inferior a seus preços de produção. Tem-se aí o processo pelo qual os capitais com composição orgânica inferior à média participa da reprodução dos capitais com composição orgânica superior à média.

Os preços de produção de um capital podem tornar-se preços de custo de outros; de qualquer modo, o preço de custo de cada um é menor que seu preço de produção, daí o lucro. Preço de custo é um dado para o capitalista. O preço de custo de uma mercadoria refere-se “à quantidade do trabalho pago nela contido, o valor à totalidade do trabalho nela contido, pago e não-pago; o preço de produção, à soma do trabalho pago, acrescida de determinada quantidade de trabalho não-pago, segundo cada ramo de produção e

⁴⁷ $CO = (82 - x) + (18 + x)$, $mv = 18 + x$, $valor = k + 18 + x$, e preço de produção (pp) = $k + 18$, ou $= k + mv - x$.

independente dele” (MARX, 1991, p. 188).⁴⁸ Tomando-se o processo em seu conjunto vê-se que para o capital social seu preço de custo é menor que seu preço de produção ou que o valor das mercadorias. Por isso é que o produto excedente aparece ao final do processo em suas (dos capitalistas), e não em outras, mãos. Provido daí sua constante, renovada e cada vez maior capacidade de investimento (e de direito à riqueza). Daí que não só os meios de produção de que dispunham no início do processo lhe pertencem, mas também os criados e os há serem criados na continuação do processo, com o que tais meios reproduzem-se sempre como capital e, assim, a relação de produção que lhe deu origem.

A taxa geral de lucro pode variar, sem que se altere o valor das mercadorias, pela variação do grau de exploração do trabalho; ou, com este constante, pela mudança do valor das mercadorias e, assim, na composição orgânica dos capitais. No exemplo anterior caso a CO média dos capitais caia para $72cc/18cv$, em virtude de uma desvalorização do capital constante por exemplo, a taxa geral de lucro (l') iria para 20% ($l' = mv/(cc + cv)$), no exemplo: $18/(72 + 18) = 0,2$ ou 20%, com taxa de mais-valia = 100%. Uma desvalorização de 13, 89% no cc elevaria, neste caso, a taxa geral de lucro em 2%.

Uma vez que, para o cálculo da taxa de lucro, se relaciona a mais-valia com o capital global, como se fosse a medida dela, a mais-valia aparece como derivada de todo o capital, uniformemente de todas as suas partes, de modo que desaparece, com a idéia do lucro, a diferença orgânica entre capital constante e capital variável. Por isso, na figura transmutada de lucro, a mais-valia encobre sua origem, perde seu caráter, torna-se irreconhecível (MARX, 1991, p. 179).

E mais ainda, a mais-valia produzida pelo capital em cada ramo da produção só por casualidade vai coincidir com o lucro advindo e contido no preço de venda da mercadoria. A mais-valia específica a cada ramo de produção vai se juntar à mais-valia global e a ser repartida pelo conjunto dos capitais como lucro médio. Isso leva a encobrir a conexão entre a mais-valia, e o processo de sua criação, produzida por cada capital e a taxa geral de lucro. O

⁴⁸ $pp = k + l$, sendo l (o lucro) = kl' e l' a taxa geral de lucro, então: $pp = k + kl'$.

que se vê é que uma dada soma de dinheiro é capaz de render, na forma de capital aplicado, um lucro médio, de valorizar-se a essa taxa média, daí se declarar que o produto que cabe ao capital é o lucro. Ou o juro, em que se atingiu já a sua forma mais mistificada, fetichizada; isso porque se rompe todos os nexos com o processo real de vida social, com a produção social; é manifestação já da separação, na sua forma mais elevada, entre propriedade e trabalho. O capital transforma-se em mero título de propriedade (tal qual as terras que “produziam” corvéia e dízimo) com direito a rendimento (e, para isso, precisa da sociedade, não de uma forma ideal ou fantástica – em que as coisas produzem juro, mas da sociedade existente, em seu processo material de sua produção e reprodução, em seu processo real de vida social).

Até que ponto esse lucro⁴⁹ se deve à exploração global do trabalho por todo o capital, isto é, por todos os confrades capitalistas, é uma conexão para ele submergida em total mistério, tanto mais quanto os teóricos da burguesia, os economistas políticos, até hoje não a desvendaram. Poupança de trabalho – não só do trabalho necessário para fabricar determinado produto, mas também do número dos trabalhadores ocupados – e aplicação maior de trabalho morto (capital constante) revela-se operação absolutamente certa do ponto de vista econômico e parece *a priori* não influenciar de maneira nenhuma a taxa geral de lucro e o lucro médio. Como poderia então o trabalho vivo ser fonte exclusiva do lucro, se o decréscimo da quantidade de trabalho necessária para a produção parece não prejudicar o lucro, revelando-se antes, em certas circunstâncias, fonte direta de aumento do lucro, pelo menos para o capitalista individual? (MARX, 1991, p. 193)

Ao mudar a produtividade do trabalho a variação do tempo de trabalho requerido para a produção das mercadorias (variação no valor delas) evidencia-se agora repartição diversa do salário por mais ou menos mercadorias. Mas não só o capital variável se reparte em mais mercadorias com o avanço da produtividade, o mesmo se dá com a mais-valia. Se um capital adiantado de 100 u.m., com $CO = 80cc + 20cv$ e taxa de mais-valia de 100%, produz um lote de 100 mercadorias e se a CO desse capital reflete a CO média do ramo, com o que, sua taxa de lucro (que no caso é de 20%), é igual à taxa média de lucro, teríamos um preço de

⁴⁹ Médio.

custo unitário de 1,00 (sendo: $0,80cc + 0,20cv$) u.m. e um preço de produção, que neste caso é igual ao valor da mercadoria, de 1,20 ($0,80cc + 0,20cv + 0,20mv$) u.m. Supondo-se um desenvolvimento da produtividade do trabalho com o que o mesmo capital adiantado produz agora um total de 120 mercadorias e que esse aumento da produtividade do trabalho deu-se sem alterar a composição orgânica do capital, permanecendo assim igual a $80cc + 20cv$. O preço de custo de cada mercadoria agora cai para 0,834 u.m. (sendo: $0,667cc + 0,167cv$) e o preço de produção cai para 1,00 u.m. (sendo $0,667cc + 0,167cv + 0,167mv$ ⁵⁰). Com o que, não só a cota do trabalho pago mudou com a variação na produtividade mas também a cota do trabalho não-pago contida em cada mercadoria. Permaneceu o mesmo no entanto o lucro contido no lote de mercadorias. Note-se também que como o aumento na produtividade não se fez presente em mudanças na composição orgânica do capital não teve efeitos sobre a taxa de lucro desse capital, ficando a mesma constante em 20%.

O que o capitalista e o economista político vêem é que a cota do trabalho pago por unidade de mercadoria muda com a produtividade do trabalho e assim varia o valor de cada unidade. O capitalista não percebe que o mesmo se dá com o trabalho não-pago contido em cada unidade, principalmente porque o lucro médio só casualmente se determina de fato pelo trabalho não-pago absorvido pelo respectivo ramo. Só dessa forma grosseira e opaca transparece então o fato de ser o valor das mercadorias determinado pelo trabalho nelas contido (MARX, 1991, p. 195).

A soma dos preços de produção de todos os capitais é igual à soma dos valores. Capitais que tenham composição orgânica próxima à média da CO do capital da sociedade possuem preços de produção próximos aos valores das mercadorias e seu lucro se aproxima da mais-valia por ele produzida. O capital da sociedade reparte-se entre os diferentes ramos da produção. Seus preços de produção, como formas modificadas do valor, tendem a distribuir a mais-valia na proporção da quantidade de capital aplicada em cada ramo e não de acordo com a mais-valia produzida em cada ramo particular. Formando a tendência de que “a magnitudes

⁵⁰ As diferenças devem-se aos arredondamentos.

iguais de capital, qualquer que seja a composição orgânica, correspondem cotas iguais da totalidade da mais-valia produzida por todo o capital da sociedade” (MARX, 1991, p. 197). E com isso estão dadas as condições para que na aparência o lucro brote de todo o capital, estão dadas as condições que vão dar origem às ilusões oriundas da concorrência e compreende-se também esse fenômeno (essa ilusão gerada na aparência, na superfície) como necessário.

Enquanto capitais, reais e efetivos, são meio *material* de extração de trabalho excedente, “capital em geral”. A forma de apropriação desse excedente se dá pelo nivelamento, pela concorrência, da taxa geral de lucro. Uma vez constituído um lucro médio e, assim, uma taxa geral de lucro, a reprodução dos capitais se dá já sob a determinação de tal taxa geral de lucro, que cada capital pode fazê-la variar mudando a sua composição orgânica e a sua taxa de mais-valia, tendo como dado a composição orgânica do capital da sociedade, a taxa média de mais-valia do mesmo e a magnitude do capital particular, à parte alíquota que o mesmo representa do capital social. Essa taxa geral de lucro representa a taxa geral de que se apropria o capital de mais-valia, se valoriza e se reproduz. Assim, um dado capital existente que vai obtendo uma taxa geral de lucro chegará, em um dado período de tempo, à condição de ser todo ele constituído por esse lucro acumulado durante este período, não sobrando mais nenhum átomo de sua composição e origem anterior,⁵¹ é todo ele agora constituído pelo lucro

⁵¹ Tenha-se acumulado originalmente seja pelo trabalho próprio, saque, comércio, juros ou mesmo já pela produção de mais-valia, de trabalho alheio. “A ilusão, gerada pela forma monetária, desaparece tão logo sejam consideradas a classe capitalista e a classe trabalhadora em vez do capitalista individual e do trabalhador individual. A classe capitalista dá constantemente à classe trabalhadora, sob forma monetária, títulos sobre parte do produto produzido por esta e apropriado por aquela. [...] O capital variável, portanto, é apenas uma forma histórica particular em que aparece o fundo dos meios de subsistência ou o fundo de trabalho, de que o trabalhador necessita para sua própria manutenção e reprodução e que em todos os sistemas de produção social ele mesmo sempre tem de produzir e reproduzir. [...] Mas essa forma de aparição do fundo de trabalho em nada altera o fato de que o capitalista adianta ao trabalhador seu próprio trabalho objetivado. [...] E do mesmo modo, quando o capitalista consumiu o equivalente de seu capital adiantado, o valor desse capital representa apenas a soma global da mais-valia de que se apropriou gratuitamente” (MARX, 1996, v. II, p. 201-203). A continuidade da produção capitalista transforma “após um período mais ou menos longo todo o capital em capital acumulado ou mais-valia capitalizada” (MARX, 1996, v. II, p. 203). Por isso a necessidade de o capital enfrentar ao trabalhador livre para sua reprodução como capital, com o que ele não só parte dessas condições como as reproduz constantemente. E a riqueza (material) da nação é constantemente reproduzida sob a forma de capital, “em meios de valorização e de satisfação para o capitalista. Por outro lado, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou – fonte pessoal de riqueza, mas despojado de todos os meios, para tornar essa riqueza realidade

obtido neste período, lucro este decorrente de condições específicas ao mesmo. Lucro este que é cota parte da mais-valia global extraída durante este período, extraída assim dos trabalhadores atuantes neste período e em determinadas condições de produção material, da produção capitalista, isto é, com uso de uma determinada força produtiva material, que se reflete em uma determinada composição orgânica dos capitais.

O que cabe aos capitalistas é a totalidade do trabalho não-pago realizado, configurada, como o trabalho pago, morto e vivo, na massa total de mercadorias e dinheiro.

A questão propriamente difícil é esta: como se opera essa uniformização dos lucros na taxa geral de lucro, uma vez que evidentemente é resultado, e não pode ser ponto de partida? [...] A circunstância de capitais, que mobilizam quantidade desigual de trabalho vivo, produzirem montante desigual de mais-valia, requer, pelo menos até certo ponto, que seja o mesmo o grau de exploração de trabalho ou a taxa de mais-valia, ou que se compensem por causas reais ou imaginárias (convencionais) as diferenças aí existentes. [...] Como simplificação teórica, admitimos taxa geral de mais-valia, que expressa uma tendência como todas as leis econômicas [...] A dificuldade toda provém de as mercadorias se trocarem não como *mercadorias* simplesmente, mas como *produtos de capitais* que exigem, na proporção da respectiva magnitude, ou para magnitude igual, participação igual na totalidade de mais-valia. E deve satisfazer essa exigência o preço global das mercadorias produzidas por determinado capital em dado tempo (MARX, 1991, p. 198-199, grifo do autor).

A troca de mercadorias por seus valores exatos ou aproximados supõe condições de produção bem mais atrasadas que a troca das mesmas pelos preços de produção, que exige determinado nível de desenvolvimento do modo de produção capitalista, dos capitais em geral. Os valores pressupõem teórica e historicamente os preços de produção. “Isto é válido em condições *em que os meios de produção pertencem ao trabalhador*” (MARX, 1991, p. 201, grifo do autor).

Em suma, a lei do valor de Marx tem validade geral, isto é, a validade própria das leis econômicas, durante o período todo da produção mercantil simples por conseguinte até o tempo em que ela se modifica por introduzir-se a forma capitalista de produção. [...] Assim, a lei do valor de Marx tem validade econômica geral durante um período que vai dos primórdios da

para si” (MARX, 1996, v. II, p. 203). Ele entra no processo de um modo em que seu trabalho já está alienado dele, pertence ao capitalista e assim o produto, que o enfrenta continuamente na forma de capital.

troca que transforma os produtos em mercadorias até o século XV de nossa era (ENGELS, 1991, p. 1028).

Com o capital industrial, e o nivelamento da taxa de lucro operada pela concorrência entre os capitais industriais, com a formação de um lucro médio entre eles, forma-se o preço de produção. A taxa de lucro se forma em alguns ramos através do capital comercial/mercantil antes de se ter o desenvolvimento do modo de produção capitalista (antes de se ter capitalistas e assalariados e o trabalho excedente desses na forma de mais-valia). Constituem-se por isso em formas anteriores a este e de transição a este, formas antediluvianas do capital, no dizer de Marx. Nos ramos em que já estava estabelecida uma taxa de lucro comercial o surgimento aí de um capital industrial permite a este se utilizar o expediente de baixar os preços e eliminar os concorrentes (produtores) de então e aí no lugar de pequenos produtores dispersos o capital comercial passa a se relacionar com um capitalista, detentor de dinheiro e mercadoria, capital enfim, tal qual ele. “Assim, grosso modo efetua-se, para o intercâmbio todo, a conversão dos valores em preços de produção. Essa conversão se opera portanto segundo leis objetivas, sem depender portanto da consciência ou da intenção dos participantes” (ENGELS, 1991, p. 1036).

Para uma mercadoria em especial, porém, a determinação do seu valor de troca permanece ligada a condições como as vigentes na determinação dos preços das mercadorias pela lei do valor: a força de trabalho (para ela, a lei do valor vale). Seu preço não é um preço de produção, não traz em si um lucro a ser realizado na venda, pois não tem materializado nela um capital a ser valorizado. Suprime-se a determinação do valor das mercadorias pela lei do valor, na medida em que elas deixam de ser fruto do trabalho próprio e se tornam produtos do capital, e guarda-se essa determinação para uma mercadoria especial: a força de trabalho (para dela fazer lucro). Daí sai, ao mesmo tempo, a fonte e a limitação à valorização do capital, à produção capitalista; faz com que o valor agregado pela força de trabalho vá se

tornando uma base miserável frente o desenvolvimento das forças produtivas e, assim, ao valor do capital global adiantado.⁵²

O conceito de capital implica que, para aumentar a produtividade do trabalho (para criar um sistema de máquinas, por exemplo) diminua o valor da força de trabalho em relação aos valores existentes como capital, isto é, ela sai desvalorizada, explorada, desse processo. E aí se vê que não é objetivo da produção capitalista produzir máquinas e sim lucro.

Valor é o centro em torno do qual gravitam os preços. O valor de mercado é o valor médio das mercadorias produzidas num ramo. Se aumentar ou diminuir o trabalho exigido para sua fabricação sobe ou diminui os preços de produção. “Uma vez que o valor global das mercadorias regula a mais-valia global, e esta, o nível do lucro médio e por consequência a taxa geral de lucro, como lei geral e tendência que domina as flutuações, então inferimos que a lei do valor rege os preços de produção” (MARX, 1991, p. 204). É a concorrência dos capitais nos diferentes ramos que dá origem ao preço de produção que

⁵² “A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado ou, dito de outro modo, a determinação do trabalho social enquanto forma da antítese do capital e do trabalho assalariado, constitui o último desenvolvimento da relação de valor e do sistema de produção baseado nele. Sua premissa é e não pode deixar de ser o volume de tempo de trabalho direto ... como fator decisivo da produção da riqueza. Porém à medida que se desenvolve a grande indústria, a criação da riqueza real depende menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho invertido que da potência dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho e cuja poderosa efetividade não guarda por sua vez relação alguma com o tempo de trabalho direto que há custado sua produção, e sim depende muito mais do estado geral e do progresso da tecnologia ou da aplicação desta ciência à produção. [...] Nesta transformação, o que aparece como o grande pilar fundamental da produção e da riqueza não é já o trabalho direto que o homem mesmo executa, nem o tempo durante o qual trabalha, e sim a apropriação de sua força produtiva geral, sua capacidade para compreender a natureza e dominá-la mediante sua existência como corpo social, em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. O roubo de tempo de trabalho alheio, em que descansa a riqueza atual, se revela como um fundamento miserável, ao lado deste outro, criado e desenvolvido pela grande indústria, tão pronto o trabalho em forma direta deixe de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixará e terá que deixar necessariamente de ser sua medida e com ele, o valor de troca [a medida] do valor de uso. O sobre-trabalho da massa deixará de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, ao mesmo que a ausência de trabalho de poucos deixará de ser condição para o desenvolvimento das potências gerais da cabeça do homem. Com isso virá por terra a produção baseada no valor de troca e o processo direto da produção material se despojará de sua forma e contradições miseráveis. [...] De uma parte, o capital põe em marcha todas as forças da ciência e da natureza, estimula a cooperação e o intercambio social para fazer a criação de riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho; porém, de outra parte, trata de medir em tempo de trabalho as imensas forças sociais assim criadas, condenando-as com isso a manter-se dentro dos limites necessários para manter como valor o valor já criado. As forças produtivas e as relações sociais – dois aspectos distintos do desenvolvimento do indivíduo social – não são nem significam para o capital outra coisa que simples meios para que possa manter-se sobre seu estreito fundamento. Trata-se, em realidade, das condições materiais que farão saltar os fundamentos do capital” (MARX, 1985a, v. II, p. 113-115). A barreira, as contradições e os limites do capital, portanto, permanecem enquanto os meios de produção (da própria vida) permanecerem o que são na produção capitalista: meio de extrair trabalho excedente dos trabalhadores para autovalorização do capital, para valorização de valores existentes.

uniformiza neles as taxas de lucro, o que pressupõe o desenvolvimento do modo de produção capitalista,⁵³ pois sem este não há capitais produzindo e, então, concorrendo entre si.

Oferta e procura regulam o preço de mercado, ou antes, os desvios destes em relação ao valor de mercado. Este por sua vez rege a relação entre a oferta e a procura ou constitui o centro em torno do qual as flutuações da oferta e da procura fazem girar os preços de mercado. “E assim evidencia-se mais uma vez que nada absolutamente se pode explicar com a relação entre a oferta e a procura, antes de se conhecer a base sobre que opera essa relação” (MARX, 1991, p. 205). Se a base for a produção capitalista então a taxa de geral lucro é determinada pelos fatores enumerados anteriormente.

Considerando-se a totalidade das mercadorias de um ramo particular como uma única mercadoria e a soma dos preços como seu preço único vê-se que o que se disse da mercadoria isolada aplica-se agora literalmente à totalidade das mercadorias de determinado ramo de produção. “Essa totalidade contém o trabalho social necessário para produzi-la, e o valor dela = valor de mercado; assim, melhor se efetua ou se define a correspondência entre o valor individual da mercadoria e o valor social” (MARX, 1991, p. 206). Para a sociedade satisfazer suas necessidades tem ela de destinar parcela de sua capacidade de produção com esse fim. Os responsáveis pela sua produção têm de receber um equivalente em trabalho social configurado nos artigos que satisfazem suas necessidades. Que as disparidades entre oferta e procura levem a divergência entre os preços de mercado e os valores de mercado não é a questão chave. “A verdadeira dificuldade reside na conceituação do que devemos entender por coincidência da procura com a oferta” (MARX, 1991, p. 213). Quando estas forças coincidem cessam de atuar e a resultante há que ser explicada por algo além delas, outras causas além dessas forças em questão. Aí surge: porque o valor de mercado se exprime nessa e não noutra soma de dinheiro. As divergências entre oferta e procura sucedem-se ao longo do

⁵³ O que leva ao espraio da propriedade privada capitalista, em que o trabalho agora se identifica com propriedade alheia e esta com direito a trabalho alheio.

tempo e a coincidência delas só se expressa em média de oscilações ocorridas. Os desvios em relação à média compensam-se mutuamente e o que permanece é o motor do movimento: o modo de produção capitalista, com as relações de produção e base material correspondentes.

A procura é criada pela renda, pela renda global da sociedade que se divide com base na estrutura de classes da sociedade. Para o capital, trata-se de vender as mercadorias proporcionando-lhe ao menos o lucro médio, isto é, vendê-las aos preços de produção. “Assim, o capital é uma *força social* que se torna consciente e de que participa cada capitalista na proporção de sua cota no capital global da sociedade” (MARX, 1991, p. 220, grifo do autor). O interesse específico do capital e, desse modo, da produção capitalista, não é o valor de uso da mercadoria que se produz; seu interesse está na produção de lucro, mais-valia, portanto, na apropriação de trabalho não-pago, encerrado no produto do trabalho. Ao se lançar os capitais de um ramo a outro (dos com menores taxas de lucro aos com maiores), estes determinam uma relação entre oferta e procura levando-se a impor a tendência de que o lucro médio se equalize nesses diferentes ramos, transformando-se assim os valores em preços de produção.

O capital consegue essa equiparação na medida em que as condições do país considerado se adaptam ao modo capitalista de produção. Com o progresso da produção capitalista desenvolvem-se suas condições; ela submete a seu caráter específico e às suas leis imanentes o conjunto das condições sociais dentro das quais se realiza o processo de produção (MARX, 1991, p. 221).

Cada capitalista individual participa da exploração da totalidade da classe trabalhadora pela totalidade do capital; e o grau dessa exploração é que nos vai dar a taxa média de lucro calculada sobre todo o capital.

Compreende-se também porque os mesmos economistas que se opõem à determinação do valor das mercadorias pelo tempo de trabalho, pela quantidade de trabalho nela contido, consideram sempre os preços de produção os centros em torno dos quais oscilam os preços de mercado. Sustentam esse ponto de vista porque o preço de produção é uma forma do valor-mercadoria já deste alheada e evidentemente destituída de conteúdo,

tal como aparece na concorrência e passa a existir na consciência do capitalista vulgar e por conseguinte na do economista vulgar (MARX, 1991, p. 223-224).⁵⁴

O preço de produção de uma mercadoria muda: pela mudança na taxa geral de lucro; ou porque muda o valor da mercadoria. Se houver variação no preço de produção de uma mercadoria específica por causa de variação na taxa geral de lucro, sem que o valor dessa mercadoria específica tenha variado, tem de haver modificação no valor de outras mercadorias. Por isso, todas as variações nos preços de produção das mercadorias submetem-se, em última instância, a modificação no valor.

4.2 A Lei da Taxa de Lucro em sua Natureza

É uma lei do modo de produção capitalista, decorrente de seu processo de acumulação, o progressivo aumento do capital constante em relação ao variável, isto é, a ascensão progressiva da composição orgânica do capital social. Esse aumento, com dado grau de exploração da força de trabalho, “deve necessariamente ter por conseqüência *queda gradual na taxa geral de lucro*” (MARX, 1991, p. 242, grifo do autor). Aumento da composição orgânica ($CO = \text{capital constante/capital variável}$) que é apenas outro modo (na sua forma capitalista) de se expressar o desenvolvimento progressivo da produtividade social do trabalho. Esse aumento é tratado no livro primeiro d’*O Capital: o processo de produção do capital*, na análise de seu processo de acumulação (MARX, 1996, v. II, capítulo XXIII). Após analisar-se o processo de circulação do capital, tendo-se portanto por ponto de partida já

⁵⁴ “Divergindo o lucro embolsado da mais-valia que extraíram, *parece-lhes* antes que os meios de compensação não servem para igualar a participação na mais-valia global, mas *criam o próprio lucro*, derivando este simplesmente do acréscimo, por qualquer que seja o motivo, ao preço de custo das mercadorias” (MARX, 1991, p. 237, grifo do autor).

o processo global da produção capitalista na sua totalidade (unidade dos processos de produção imediata e circulação), pode-se analisar então as formas concretas (tal como eles são ou tal como eles existem) em que se enfrentam os capitais e impõe a si mesmos suas leis imanentes. Caminha-se desse modo em direção à forma em que irrompem os capitais na superfície da sociedade. Por isso também é que, diz Marx, para se compreender a forma de manifestação, é preciso antes compreender o que se manifesta nela.⁵⁵ Para se compreender o limite do capital (que se manifesta na forma de queda da taxa de lucro) é preciso antes compreender o capital mesmo⁵⁶ e, daí, a *mudança em seus elementos* (isto é, na sua $CO = cc/cv$) decorrente do aumento da produtividade social do trabalho. “A tendência gradual, para cair, da taxa geral de lucro é portanto apenas *expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do progresso da produtividade do trabalho” (MARX, 1991, p. 243, grifo do autor). É da essência mesma do modo de produção capitalista, portanto, do capital, que o seu desenvolvimento exprima-se em uma composição orgânica ascendente e que a “taxa média geral de mais-valia tenha de exprimir-se em taxa geral cadente de lucro” (MARX, 1991, p. 243). A parte não-paga do trabalho vivo, materializada em mais-valia, decresce continuamente em relação ao montante do capital aplicado. Relação que constitui propriamente a taxa de lucro, que vai assim caindo.

Como trabalho excedente, configurado em sobre-produto, não cai do céu para que alguém possa viver sem trabalhar (ou acima das condições que seu trabalho permite) deve apropriar-se de trabalho alheio. As formas de fazê-lo não podem prescindir de maneira alguma da existência desse trabalho excedente a ser apropriado. Assim é que Marx apresenta a lei da queda da taxa de lucro propositadamente antes de tratar da divisão do lucro em

⁵⁵ “O economista burguês cujo cérebro limitado não é capaz de distinguir a forma de manifestação do que nela se manifesta, fecha os olhos ao fato de que até hoje o fundo de trabalho aparece apenas excepcionalmente sobre o globo terrestre na forma de capital” (MARX, 1996, v. II, p. 201-202).

⁵⁶ Sua constituição genética ou “natureza interna” (MARX, 1996, v. I, p. 433), o “capital em geral” como abstração real (MARX, 1953 apud ROSDOLSKY, 2001, p. 53). Expondo-se a gênese do real do abstrato para o concreto (OLIVEIRA, 1997, p. 170).

diferentes categorias: lucro industrial e comercial, juros, renda fundiária etc.; isto é, antes de apresentar a divisão da mais-valia entre os diferentes proprietários, dos que dispõe assim de direito sobre trabalho alheio. Produção capitalista cuja força determinante é a valorização do capital, sem o que a produção deixa de fazer-lhe sentido. Valorização que depende do grau de exploração da força de trabalho, da massa de trabalho aplicada no processo produtivo e do capital global adiantado no processo, isto é, a taxa de lucro (mv/C). Daí que a lei, em si e para si, seja independente da divisão do lucro em categorias diversas de pessoas, em diferentes categorias econômicas, já que o lucro:

[...] de que ora falamos é apenas outro nome para a própria mais-valia, considerada em relação a todo o capital e não em relação ao capital variável donde deriva. A queda da taxa de lucro expressa portanto a proporção decrescente da própria mais-valia com o capital global adiantado, e por isso não depende da distribuição, qualquer que ela seja, da mais-valia entre diversas categorias (MARX, 1991, p. 244-245).

O decréscimo é relativo, da relação entre a massa de mais-valia e a massa de capital, em termos de valores mais-valia (mv) e capital global ($C = cc + cv$), e não absoluto; é decréscimo relativo da parte variável do capital em relação à parte constante. O trabalhador não lida, no processo de trabalho, com o valor, mas com o valor de uso dos meios de produção. A lei da acumulação capitalista gera massa de trabalho em grau crescente e em conformidade com as necessidades de sua valorização. Ao mesmo tempo gera concentração e centralização de capital e a ser posto em movimento por um número relativamente cada vez mais reduzido de trabalhadores.

Com o desenvolvimento da produtividade social do trabalho uma massa cada vez mais elevada de meios de produção (de capital) tem de ser posta para extrair determinada quantidade de trabalho excedente da força de trabalho. Esta é uma consequência necessária do desenvolvimento da produtividade social do trabalho dentro do modo capitalista de produção e sob o invólucro da relação social de produção capitalista.

Assim, na mesma proporção em que se desenvolve a produção capitalista, acentua-se a possibilidade de um excesso relativo da população trabalhadora, não por *decrecer*, mas por crescer a força produtiva do trabalho social, por conseguinte não por surgir desproporção essencial entre o trabalho e os meios de subsistência ou meios de produzi-los, mas por ocorrer desequilíbrio, oriundo da exploração capitalista do trabalho, entre o aumento progressivo do capital e o decréscimo relativo da necessidade que tem de população crescente (MARX, 1991, p. 254, grifo do autor).

Na sua forma capitalista, o desenvolvimento progressivo da produtividade social do trabalho se configura em uma tendência progressiva à diminuição da taxa de lucro do capital. Do lucro que lhe cabe por direito, como se sabe; do lucro que, se não surge da concorrência, em si e para si, ou do nada (*ex nihilo*), deve surgir das sociedades em que o capital é o poder econômico. Sociedades portanto em que a produção é limitada não pelas necessidades sociais dos produtores e sim pelo lucro. Este, por sua vez, já que não é outra coisa que a mais-valia transmutada, é limitado pela massa de trabalhadores empregados e pelo grau de exploração dos mesmos. Mas o lucro é calculado em relação à massa do capital global posto em movimento e como este cresce mais que a massa do capital variável posta em movimento por este capital global tem-se uma massa crescente de lucro e uma taxa decrescente de lucro.

Com o aumento do quantum de meios de produção, isto é, da massa de capital necessário para ocupar uma mesma força de trabalho produtivamente, isto é, de forma que seja processo de produção capitalista, aumenta o montante necessário para funcionar como capital, o que reforça seu processo de concentração e centralização e leva a uma diminuição progressiva da capacidade de absorção (de forma produtiva, isto é, lucrativa) de força de trabalho pelo capital. O que leva a uma superpopulação de trabalhadores que vai adquirindo caráter de permanência.

As causas (os meios por ele empregado) da acumulação de capital (sua auto-afirmação, sua constituição enquanto *ser*, enquanto potência econômica dominante) são as

mesmas causas que levam a uma tendência de queda na taxa de lucro (uma barreira ao capital, portanto, um limite imposto ao capital e por ele mesmo, sua delimitação, sua autonegação).

“A massa de lucro correspondente a cada mercadoria diminuirá com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, apesar de crescer a taxa de mais-valia” (MARX, 1991, p. 259). Cada mercadoria passa a conter menos trabalho do que antes; desse trabalho, parte cada vez maior é de trabalho morto e cada vez menor de trabalho vivo, reflexo do aumento da composição orgânica dos capitais na mercadoria individual. De seu preço, parte crescente representa reposição de capital constante gasto na sua produção, parte decrescente representa reposição do capital variável gasto na sua produção. Decréscimo este que é absoluto para cada unidade de capital e também para cada mercadoria individual, que é parte alíquota do capital reproduzido. “Entretanto, a taxa de lucro se apresentaria diversa do que é na realidade, se calculada em relação aos elementos do preço de cada mercadoria singularmente considerada” (MARX, 1991, p. 259). Isto só é o caso quando se calcula a taxa de lucro de um capital global num período de tempo que coincide com o período de rotação desse capital global. Sua rotação ocorre não quando a soma dos preços das mercadorias realizadas atinge a soma do capital global e sim quando a soma de seus preços de custo se iguala ao capital global utilizado, aí se tem uma rotação do capital.⁵⁷ A mercadoria singular (e seu preço etc.) deve ser analisada, na produção capitalista, antes de tudo e principalmente como produto de uma soma de todo um capital adiantado e que a produziu, da qual ela compõe parte alíquota e, assim, também um meio (como parcela de um todo) de sua reprodução ampliada, isto é, com lucro.

Com o aumento da produtividade do trabalho cresce a massa de mercadorias a ser realizada na venda ao mesmo tempo em que diminui a quantidade de trabalho, pago ou não, que se encerra em cada uma dessas mercadorias. Cai assim a massa de mais-trabalho, mais-

⁵⁷ Em nosso exemplo anterior (tabela 2), o preço de custo é igual ao capital investido, portanto, temos aí um período de rotação (dos capitais I a V).

valia, ainda, a massa de lucro, contida em cada mercadoria. A massa total de lucro cai, dado o grau de exploração do trabalho, ao se diminuir o número de trabalhadores empregados. Ela também pode permanecer a mesma e se distribuir, como se viu anteriormente, em uma totalidade diferenciada de mercadorias, isto “em nada altera a distribuição, entre trabalhadores e capitalistas, do montante do valor criado pelo trabalho de novo adicionado” (MARX, 1991, p. 262). Em ambos os casos a massa de capital aplicada é a mesma e sendo o lucro obtido o mesmo é o que basta à produção capitalista e ao seu agente, o capitalista. Por isso é que somente a queda no preço da mercadoria é um dado insuficiente para que se manifeste conclusão sobre a taxa de lucro e seu movimento.

Fenômeno decorrente da natureza do modo capitalista de produção: aumentando a produtividade do trabalho, diminui o preço de cada mercadoria ou de dada quantidade de mercadoria, multiplica-se o número das mercadorias, reduzem-se a massa de lucro por mercadoria isolada e a taxa de lucro relativa à totalidade das mercadorias, mas aumenta a massa de lucro correspondente à totalidade das mercadorias. Na superfície, este fenômeno mostra apenas: queda da massa de lucro por cada mercadoria, queda de seu preço, aumento da massa de lucro correspondente à totalidade aumentada das mercadorias que produz todo o capital da sociedade ou ainda o capitalista isolado.⁵⁸ Aventa-se então que o capitalista, por ser esta sua livre e espontânea vontade, reduz o lucro por unidade, mas se compensa pelo maior número de mercadorias que produz. Essa idéia repousa sobre a concepção do lucro como decorrência da venda (*profit upon alienation*), a qual por sua vez tem sua origem no prisma do capital mercantil (MARX, 1991, p. 263-264).

Imagina-se que se fixa o preço da mercadoria individual e por multiplicação determina-se o preço do produto global, quando o processo é inverso. A queda dos preços das mercadorias e o aumento da massa de lucro, decorrentes do aumento da massa de mercadorias, é apenas outra forma em que se apresenta a lei da taxa decrescente de lucro com simultâneo acréscimo da massa de lucro.

⁵⁸ Surgindo daí a necessidade de se fazer distinção entre esse fenômeno do desenvolvimento da produtividade do trabalho dentro da produção capitalista (isto é, como decorrência da natureza interna do capital) das suas formas de manifestação (queda do preço e da massa de lucro da mercadoria individual e aumento da massa de lucro total da totalidade das mercadorias) a fim de se evitar *às ilusões oriundas da concorrência* (MARX, 1991, capítulo L).

4.3 Fatores Contrários à Lei: a lei torna-se tendência à queda

A análise anterior tratava da lei da queda geral da taxa de lucro em sua pureza, tratava-se da natureza da lei. O lucro, como se viu, é forma (aparência) transmutada da mais-valia (essência do fenômeno). Ambos decorrentes de uma e mesma totalidade: o processo de produção material capitalista e as relações de produção correspondentes. E a natureza humana vai, nesse processo, se fazendo social.⁵⁹ O capital põe em contato social os trabalhadores e a ele pertence o produto global do trabalho produtivo, a ele pertence o excedente desse processo, isto é, a mais-valia, apropriada como lucro. Daí ser o capital uma força social, aparece como algo imanente a ele (à coisa, e não ao ser humano) a nova potência que decorre da fusão de muitas forças individuais numa força global, social. E ser também a negação da propriedade privada baseada no próprio trabalho; e mais, com o desenvolvimento da acumulação capitalista, passa a negar a si mesmo (concentração e centralização de capitais), é a negação da negação.

Acumulação de capital representa produção de capital mediante capital. Vimos como no transcurso da acumulação surge sempre um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação e que tal desenvolvimento leva a crescente composição orgânica do capital (social). Depois de apresentada a formação da taxa geral de lucro, viu-se que tal desenvolvimento se expressa numa taxa cadente de lucro (uma limitação à expansão do capital, à sua autovalorização), sendo portanto esta apenas a outra faceta do desenvolvimento das forças produtivas sob

⁵⁹ “Abstraindo da nova potência de forças que decorre da fusão de muitas forças numa força global, o mero contato social provoca, na maioria dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais (*animal spirits*) que elevam a capacidade individual de rendimento das pessoas, de forma que 1 dúzia de pessoas juntas, numa jornada simultânea de 144 horas, proporciona um produto global muito maior do que 12 trabalhadores isolados, cada um dos quais trabalha 12 horas, ou do que 1 trabalhador que trabalhe 12 dias consecutivos. Isso resulta do fato de que o homem é, por natureza, se não um animal político, como acha Aristóteles, em todo caso um animal social” (MARX, 1996, v. I, p. 443).

invólucro capitalista. Deste modo, acumulação de capital e taxa cadente de lucro são resultado de um todo e mesmo processo: do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Dois aspectos de um mesmo fenômeno. O conceito de capital, acumulação (afirmação, autoformação), queda da taxa de lucro (negação, autolimitação), está assim determinado, delimitado e, com ele, seu caráter histórico e transitório.

Essa lei da queda da taxa de lucro tem seus efeitos contra-arrestados por fatores que lhe dão o caráter de tendência à baixa. São movimentos que agem em sentido contrário à lei sem, no entanto, suprimir-lhe a direção posta pelo próprio motor do movimento, a produção capitalista. Estorvam, anulam temporariamente o efeito da lei geral, mas tão logo deixem de atuar esses movimentos contrários ou tão logo se tornem insuficientes para conter os efeitos da lei geral esta se faz sentir e segue assim atuando. Os fatores enumerados por Marx que contra-arrestam os efeitos da lei geral são:

Primeiro: aumento do grau de exploração do trabalho. Em nosso exemplo anterior (tabela 2) tínhamos CO média dos capitais = $82cc + 18cv$, com taxa de mais-valia de 100% e, assim, taxa geral de lucro de 18% ($mv/C = 18/(82+18) = 0,18$ ou 18%). Se subir a CO média para $88cc + 12cv$, mantendo-se a taxa de mais-valia em 100%, a taxa geral de lucro cairia para 12%. Agora, se aumentar a taxa de mais-valia, portanto, a exploração do trabalho, para 150% a taxa de lucro voltaria a ser de 18% como antes do aumento da CO média dos capitais e da conseqüente diminuição relativa do capital variável em relação ao constante.

Essa elevação da taxa de mais-valia pode se dar mediante redução do tempo de trabalho necessário e aumento do tempo de trabalho excedente. Assim, supondo-se uma jornada de trabalho de 10 horas, quando a taxa de mais-valia era de 100% o trabalho necessário e o excedente eram de 5 horas cada; agora com taxa de mais-valia de 150% e mantendo-se constante a jornada de trabalho o trabalho excedente sobe para 6 horas e o necessário cai para 4 horas. Esse modo de compensar a queda da taxa de lucro percebe-se não

reverte a diminuição da massa total de trabalho comandada por dado capital, por isso não derroga a lei, e sim detém, retarda sua ação. Mas atua contra a queda provocada por essa diminuição elevando a massa de mais-valia produzida por dado capital variável. Essa elevação pode-se obter através de aumento na intensidade, na produtividade do trabalho que por sua vez abre caminho para redução do número de trabalhadores empregados por dado capital. “Assim, as mesmas causas que permitem elevar-se o grau de exploração do trabalho, impedem que se explore com o mesmo capital global a mesma quantidade anterior de trabalho” (MARX, 1991, p. 267). Tinham-se antes, por exemplo, 18 trabalhadores trabalhando 10 horas por dia, o que dá uma jornada conjunta de trabalho de 180 horas e uma massa de trabalho correspondente; agora com 12 trabalhadores trabalhando as mesmas 10 horas diárias dá uma jornada total de 120 horas. O que muda é a divisão dessas jornadas em trabalho pago e não-pago, em capital variável e mais-valia; no primeiro caso era de 90 e 90 respectivamente, no segundo 48 e 72 respectivamente. A quantidade de trabalho explorada cai, no exemplo, de 180 horas para 120 horas.

Essa elevação ocorre portanto utilizando-se de circunstâncias que por sua vez concorrem para diminuir a força de trabalho aplicada por dado capital e assim a massa de mais-valia produzida. “Há aí tendências opostas que simultaneamente atuam no sentido de elevar a taxa de mais-valia e de baixar a massa de mais-valia e por conseguinte a taxa de lucro, correspondentes a dado capital” (MARX, 1991, p. 267).⁶⁰ Do ponto de vista de todo o capital variável da sociedade, a mais-valia produzida é igual ao lucro produzido. A massa de mais-valia é igual à taxa de mais-valia multiplicada pelo número de trabalhadores, ela pode permanecer a mesma ou aumentar mesmo que se diminua um destes fatores porquanto se o compense com o devido aumento no outro fator. Dada a magnitude do valor capital a taxa de lucro não pode aumentar ou diminuir sem que aumente ou diminua a massa de mais-valia, daí

⁶⁰ “Ambas, a elevação da taxa de mais-valia e a queda da taxa de lucro são apenas formas particulares em que se expressa, em termos capitalistas, a produtividade crescente do trabalho” (MARX, 1991, p. 275).

que esta represente o limite da valorização do capital que vai se expressar em uma determinada taxa de lucro e não em qualquer outra.

Segundo: redução dos salários. Fator este que, embora seja um importante fator a deter a queda, para Marx “nada tem com a análise geral do capital, tratada nessa obra” (MARX, 1991, p. 270). Tem a ver, por exemplo, com a relação entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas do dito capitalismo, veja-se Marini (2000). Onde se vê, entre outros, como a superexploração da força de trabalho em economias subdesenvolvidas ou da periferia torna-se meio de baratear o capital variável das economias desenvolvidas ou do centro e assim em meio de aumentar a acumulação (a riqueza) desses países. Reforçando-se o caráter de dependência dessas economias periféricas (dando vida longa às *casas grandes e senzalas*). Apenas um aspecto do raciocínio de Marini foi levantado aqui, feito apenas na tentativa de ilustrar ou melhor compreender o ponto em questão. Isto é, não faz jus de modo algum à riqueza e à complexidade da obra, tampouco às suas possibilidades explicativas e de análise do caráter do subdesenvolvimento das economias periféricas

Como se viu, para Marx melhores ou piores condições de trabalho dadas pelo capital apenas afrouxam ou reforçam a cadeia de ouro que o trabalhador forja para si mesmo, não se devendo esquecer a *differentia specifica* da produção capitalista, em que força de trabalho é comprada e vendida com fins à valorização do capital, e não para satisfazer as necessidades pessoais do capitalista, muito menos dos próprios trabalhadores.

Terceiro: baixa no preço ou no valor dos elementos do capital. Seu valor cresce em proporção menor que seu volume material, do volume dos meios de produção postos em movimento pela mesma quantidade de força de trabalho. Também age no sentido de desvalorizar capitais existentes com o que pode vir a reduzir a massa de capital que proporciona lucro, com o que age nos dois sentidos.

Quarto: formação de uma superpopulação relativa. Um excesso de trabalhadores em relação às necessidades do capital, permite o desenvolvimento de ramos de produção que se ocupem de empregar esse excedente populacional, utilizando-se aí (na indústria do luxo, por exemplo) muito mais trabalho vivo do que nos ramos desenvolvidos da produção capitalista. Retarda também a substituição do trabalho manual pelo mecânico, portanto, o próprio desenvolvimento das forças produtivas, dado o barateamento dos trabalhadores desocupados. Trata-se enfim do que se pode compreender por um atraso.

Quinto: comércio exterior. Permite também baratear os elementos do capital constante (meios de produção) e do capital variável (meios de subsistência) possibilitando aumento na taxa de lucro. Atua nesse sentido ao permitir maior escala de produção, porém isso acelera ao mesmo tempo a acumulação e, com ela, o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente diminuição do capital variável em relação ao constante, e impelindo a produção capitalista na busca de novos mercados; novamente, temos um fator que atua nos dois sentidos. Na venda de produtos ao exterior pode-se obter maior taxa de lucro vendendo-se trabalho de peso específico superior ao trabalho de países mais atrasados, pois embora nem todo o trabalho de nível superior materializado na mercadoria capitalista seja pago como de nível superior, como tal é vendido.⁶¹

Sexto: aumento do capital em ações. Com o progresso do modo de produção capitalista parte do capital é empregada como capital “produtor” de juros, como capital em ações que rendem dividendos, sendo então contabilizados à parte da taxa geral de lucro, não entrando no nivelamento da taxa geral de lucro.

⁶¹ Processo que faz parte da *dialética da dependência* de Marini (2000), que abarca também o ponto anterior. No caso, as economias periféricas, para comprar produtos de nível superior das economias centrais, lançam mão da superexploração. Assim, como a possibilidade de lucro surge com a exportação de bens primários contendo superexploração da força de trabalho permite-se que nem toda superexploração materializada nas mercadorias das economias periféricas se traduza em preços reduzidos (ou seja, beneficie somente as economias centrais e seu processo de acumulação) e sim em possibilidades de ganhos para os exploradores dessa mão-de-obra nesses países periféricos, o que leva inclusive a fomentar as compras de bens de luxo desses senhores bem como a tendência de reforçar esse ciclo para manter suas condições materiais de vida. Processo muito similar à época da escravidão, em que não fazia sentido (econômico, ou seja, para as economias exportadoras) fomentar o mercado interno para consumo dos escravos.

Se entrassem, fariam esta cair muito mais. Do ponto de vista teórico, podemos incluí-las no cálculo e obter uma taxa de lucro menor que aquela que parece existir e realmente determina os capitalistas, pois é justamente naqueles empreendimentos que o capital constante é maior em relação ao variável (MARX, 1991, p. 276).

Os efeitos da variação na taxa de juros determinada pelo Federal Reserve (FED) ilustram o ponto em si e seu alcance (assim como as discussões em torno da taxa de juros determinada pelo Banco Central do Brasil). Uma elevação, quiçá, de 5 pontos percentuais pode estancar o crescimento da economia norte-americana (e, assim, do mundo), isto é, pode pôr fim à acumulação, sinal de que a taxa geral de lucro dessa economia pode ser menor do que parece e que os verdadeiros proprietários das companhias nem sempre são os constantes nos respectivos contratos sociais das mesmas, pelo menos nem sempre são eles que se apropriam efetivamente do lucro obtido por estas companhias. Assim, o sistema (capitalista) de direito à riqueza passa por vários caminhos, dentro dos quais assume diversas formas (lucro industrial, comercial, juros, dividendos, renda, aluguéis etc.).

5 O CAPITAL: limite da produção capitalista

O lucro, capitalizado ao longo do tempo, reproduz o capital social em escala ampliada (acumulação), fonte portanto de sua reprodução enquanto valor que se valoriza. O valor que representa a soma desse lucro obtido pelo conjunto dos capitais é portanto um sobre-valor, um valor a mais, além dos valores existentes até então.

Viu-se que esse sobre-valor se origina no processo de trabalho, que é trabalho excedente materializado nas mercadorias que, como produtos do capital, serão vendidas e o resultado da venda, os valores obtidos, postos em relação aos valores adiantados, dão a taxa de lucro. Que formam no conjunto uma taxa geral de lucro a partir do que o processo se desenvolve sob a determinação dessa taxa geral, sob estas condições de produção e circulação, formando assim uma unidade. Em que os valores não *aparecem* mais e sim os preços de produção que, não obstante, não são criação *ex nihilo* e sim decorrem do processo de formação da taxa geral de lucro, como exposto no capítulo anterior. Em que os capitais agora se apropriam, na média e no seu conjunto, de um lucro tal que, calculado em relação ao montante de cada capital, oscila em torno dessa taxa geral. Não correspondendo mais diretamente a mais-valia criada no processo produtivo por cada capital com sua taxa de lucro e sim indiretamente, isto é, para o conjunto dos capitais (para a classe capitalista), para a formação da taxa geral de lucro *dos capitais*.

A soma da mais-valia obtida pelo conjunto dos capitais, a mais-valia global, representa o *limite* de sua auto-expansão, de sua taxa de valorização, de sua taxa geral de lucro. Assim é que se compreende porque a taxa geral de lucro é de 18%, por exemplo, e não de 180%. Ao se compreender a sua formação, como taxa de lucro dos capitais, viu-se que estes, compreendidos no fluxo de seu movimento, com o desenvolvimento da produção

capitalista e da produtividade social do trabalho que a mesma implica apresenta tendência de cada vez mais capital constante ser empregado para mover a mesma quantidade de capital variável, que leva à taxa decrescente de lucro.

O processo, portanto, da *auto-reprodução* do conjunto dos capitais (do capital social) é um processo que envolve, para além da classe dos detentores destes capitais, necessariamente uma outra classe de indivíduos, a trabalhadora.⁶² Esta é uma condição *sine qua non* para a auto-reprodução ampliada dos capitais, dos valores existentes; é “o material cuja exploração imprime ao capital sua natureza de capital” (MARX, 1991, p. 285). Estas duas classes formam assim, na unidade dos processos de produção e circulação (no processo global da produção capitalista), um todo.⁶³ Na relação (concorrência) entre capitais (*inter species*) o que se tem é formação da taxa média de lucro e o processo de concentração e centralização de capitais (negação da negação). E este novo capital, surgido da fusão de outros capitais, da expropriação de capital pelo próprio capital, tem também de reproduzir-se e a fonte, como anteriormente, continua a ser a parcela da mais-valia global de que se apropria na forma de lucro.

Volvemos a nosso exemplo anterior. Suponha-se que os exemplos de I a V representem o conjunto dos diferentes ramos do processo global da produção capitalista, portanto, o capital social de uma sociedade.

⁶² “De início, Wakefield descobriu nas colônias que a propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção ainda não faz de uma pessoa um capitalista se falta o complemento, o trabalhador assalariado, a outra pessoa, que é obrigada a vender a si mesma voluntariamente. Ele descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas intermediada por coisas” (MARX, 1996, v. II, p. 384).

⁶³ “As relações de produção de qualquer sociedade constituem um todo” (MARX, 1989, p. 107). Uma realidade concreta, mas uma realidade que é um produto histórico. Daí a necessidade, para a ciência (sob risco, caso contrário, de apologia), de se analisar a gênese dessa realidade, e não justificar a existência dessa realidade concreta pela própria existência, o é porque é, existe porque existe.

Tabela 3 – Taxa Geral de Lucro dos Capitais

Capital	Preço de custo	CC	CV	MV	Valor	Preço de Produção	
						Taxa de lucro	(ou de Venda)
I	100	60	40	40	140	40	118
II	100	80	20	20	120	20	118
III	100	85	15	15	115	15	118
IV	100	90	10	10	110	10	118
V	100	95	5	5	105	5	118
Total	500	410	90	90	590	-	590
Média	100	82	18	18	118	18	118

O processo se desenrola assim sob taxa geral de lucro de 18%. Cada capital individual reproduz-se sob esta taxa de valorização e assim o capital social. Todos os elementos do processo global foram postos, juntados, tendo em vista a valorização dos valores existentes, a valorização do capital social. A classe trabalhadora ou dos produtores diretos, como capital variável, participa do processo sob condições que lhe são, no todo, alheias. Não as determina, sendo antes determinado (a soma global de seu valor e o consumo da mercadoria dada em troca desse valor, isto é, a duração e intensidade da jornada de trabalho) por estas condições globais do processo de produção capitalista.⁶⁴ O motor do processo global da produção é a obtenção de lucro, que no exemplo se refletirá numa taxa geral de lucro de 18%. A concorrência entre estes capitais vai manifestar a imanência dos mesmos no sentido de serem eles todos cota parte do capital social que irá disputar o esbulho a que têm direito como capital. O que a concorrência faz é repartir esse excedente criado com base na

⁶⁴ O sistema de crédito, as Sociedades Anônimas, a bolsa etc. elevam a potências mais elevadas o processo global da produção capitalista, que continua assim a ser produção de lucro (para o capital e à revelia dos produtores). E as condições, e os limites, da reprodução permanecem sujeitas às contradições do processo. Ao se elevar o processo global a uma nova potência eleva-se ao mesmo tempo as contradições do mesmo a uma nova potência. Assim é que os limites são superados na condição de serem postos mais adiante em escala ainda maior, e assim por diante.

magnitude dos capitais adiantados. Por isso é que a concorrência não cria as leis imanentes a esses capitais, aplica-as.

E sob estas condições o *limite* de sua valorização aparece na taxa geral de lucro, no exemplo igual a 18%. Limite esse que nasce das condições *capitalistas* da produção: do capital adiantado, sua composição orgânica e a taxa de exploração do capital variável. Com base nessas condições, dado o montante de capital adiantado e dada a taxa de mais-valia (o grau de exploração do trabalho, a proporção em que se divide este em trabalho pago e não-pago) a criação de mais-valia “só tem por limite a população trabalhadora e, se esta for dada, o grau de exploração do trabalho” (MARX, 1991, p. 280).

Após extrair trabalho excedente, materializado nas mercadorias, o processo de valorização do capital cumpre assim uma fase desse processo (o processo de produção da mais-valia – capital produtivo) faltando-lhe agora completá-lo com a realização desse excedente com a venda das mercadorias que, como produtos do capital, fazem parte do processo de circulação do capital, onde vão assumir as formas de capital-mercadoria e capital monetário. E elas só podem funcionar como capital na medida em que já trazem pronto do processo de produção esse caráter, antes que comece sua circulação. Assim, o capital que no transcurso de seu ciclo de autovalorização, de seu ciclo global, vai assumindo sucessivamente estas diferentes formas “é o *capital industrial* – industrial, aqui, no sentido de que abarca todo ramo da produção conduzido de modo capitalista” (MARX, 1985b, p. 41, grifo do autor).

O capital industrial é o único modo de existência do capital em que não só a apropriação de mais-valia, ou, respectivamente, mais-produto, mas, ao mesmo tempo, também sua criação é função do capital. Condiciona, por isso, o caráter capitalista de produção; sua existência implica a contradição entre capitalistas e trabalhadores assalariados. Na medida em que se apodera da produção social, a técnica e a organização social do processo de trabalho são revolucionadas e com elas o tipo econômico-histórico da sociedade. As outras espécies de capital, que apareceram antes dele em meio a condições sociais de produção pretéritas ou decadentes, não só lhe são subordinadas e modificadas, de acordo com ele, no mecanismo de suas funções, mas só se movimentam ainda com base nele e, por isso, vivem e morrem, sustentam-se e caem (MARX, 1985b, p. 43).

Algo diferente, na escala, por exemplo, da circulação de mercadorias fruto do trabalho próprio. Neste caso o capital comercial enfrenta pequenos proprietários de mercadorias e o lucro da venda amealha-o a maior parte. Com o surgimento do capital industrial ele enfrenta um capitalista tal como ele, possuidor de dinheiro e mercadoria, ambos, como parte alíquota do capital social, reproduzem-se sob a taxa geral de lucro.

No caso de a venda das mercadorias ocorrer abaixo desses preços de produção, terá sido explorado o trabalhador, porém essa exploração não se materializará, em seu todo, em resultado para a classe capitalista, podendo se comprometer toda ou parcialmente a realização da mais-valia e redundar em prejuízo e destruição de capitais. As condições de exploração imediata e de realização dessa exploração não são as mesmas, diferindo uma da outra no tempo e no espaço e ainda em sua natureza. A exploração tem por limite a criação de mais-valia, portanto a própria força produtiva da sociedade empregada com este fim. A realização por sua vez está condicionada pela proporcionalidade entre os diferentes ramos e o poder de consumo da sociedade, o qual, aqui, não está condicionado pela capacidade absoluta de produção ou de consumo, e sim pelas relações antagônicas de distribuição, que fazem da restrição ao consumo da grande massa meio e fonte de acumulação de capital (como propriedade privada).

É a lei da produção capitalista, imposta pelas revoluções constantes nos próprios métodos de produção e pela depreciação conseqüente do capital em funcionamento, pela luta geral da concorrência e pela necessidade de melhorar a produção e de ampliar sua escala, para a empresa simplesmente conservar-se, não perecer (MARX, 1991, p. 281).

Cada capital individual é impelido, pela concorrência e luta pela sobrevivência, a funcionar de acordo com o que impõe as leis da produção capitalista. Cada capital individual é parte de um processo que, na sua totalidade, no seu conjunto, domina-o, determina-lhe a tendência e as condições de existência. A ampliação constante do mercado torna-se uma necessidade, com isso as conexões daí advindas assumem cada vez mais a conformação de

força natural independente dos produtores e que os domina.⁶⁵ As barreiras que lhe surjam a essa expansão dos mercados têm de ser superadas, o que leva à formação de um mercado mundial correspondente às necessidades de valorização do capital. Os rios pelo quais correm as águas da riqueza capitalista (mercadorias) não são os mesmos que o de ontem, nem que os de amanhã, permanecem em constante mutação.

Nos ramos em que a composição orgânica é mais elevada parte maior do produto anual do trabalho é apropriada pelos capitalistas na forma de capital (para reposição do capital constante consumido) e parte menor na forma de lucro o que implica concentração de capital. Dada as condições de produção torna-se necessário o emprego do capital em massa para sua reprodução. Como não coincide diretamente a mais-valia produzida por cada capital ao lucro por este obtido, esta concentração de capital, sua aplicação em massa (onde impera a alta CO), leva a que se tenha transferência de valores dos capitais menores, menos concentrados (onde, em geral, a COC é menor e, portanto, maior aplicação em cv, maior a mais-valia produzida), para os capitais maiores, repondo-lhes seja o capital consumido, seja o lucro que, como se viu, é agora apropriado com base no montante investido, aplicado. Os capitais menores entram assim na reprodução dos maiores, fazem parte da reprodução simples e ampliada destes; trata-se em suma da reprodução do capital social. Daí a importância de se conhecer a conexão entre os valores e os preços de produção para se compreender o processo de reprodução, as bases do mesmo, do capital social; bem como as contradições e os limites a que está envolto.

⁶⁵ Uma discussão sobre se ver o mercado, no capitalismo, como oportunidade ou imperativo pode ser encontrado em Wood (2001). Discussão não só quanto à naturalidade do mercado e suas forças, mas também da própria origem do capitalismo: “É minha intenção, acima de tudo, questionar a colocação do capitalismo como algo natural e destacar suas maneiras particulares de representar uma forma social historicamente específica, bem como uma ruptura com formas anteriores” (WOOD, 2001, p. 17). “O impulso expansionista do capitalismo, que hoje atingiu o ponto de uma universalidade virtual, não é conseqüência de sua conformidade à natureza humana ou de alguma lei transistórica, mas produto de suas próprias leis internas de movimento, historicamente específicas. E essas leis de movimento precisaram de vastas transformações e sublevações sociais para ser acionadas. Precisaram de uma transformação do metabolismo humano com a natureza, no suprimento das necessidades básicas da vida” (WOOD, 2001, p. 125).

Taxa cadente de lucro com massa crescente de lucro originada pelo aumento da composição orgânica dos capitais leva à maior concentração e centralização de capitais. À expropriação dos pequenos capitalistas pelos grandes. Representa essa descapitalização pelo processo de centralização de capitais existentes a nova forma (de mais elevada potência) de expropriação dos produtores (pois, para os pequenos capitalistas, seu trabalho ainda conta) e as condições de trabalho (dissociação que constitui o próprio conceito de capital), processo inaugurado com a acumulação primitiva e reproduzido com a acumulação e concentração de capital. “Esse processo não tardaria em levar à catástrofe a produção capitalista, se, além dessa força centrípeta, não estivessem atuando tendências contrárias, de efeito descentralizador” (MARX, 1991, p. 283).

O lucro aqui representa a mais-valia global (m), é o lucro do capital social (C), que vai se dividir em diversas categorias, como lucro industrial (II), juro (j) e renda fundiária (r).⁶⁶ A mais-valia global cresce com o desenvolvimento da produção capitalista. Mas a relação dela com o capital global (m/C) decresce, já que o capital global cresce mais rápido que a mais-valia global. As categorias (que na aparência tem completa autonomia entre si, mas na essência essa autonomia tem limites, que são exatamente os limites à expansão capitalista, isto é, m/C) em que se divide a mais-valia global podem aumentar ou diminuir entre si, *dentro destes limites*, e sem com isso alterar a magnitude de m ou a de m/C. Representa apenas uma “repartição diversa de m entre esses diferentes itens” (MARX, 1991, p. 279).

Com a baixa da taxa geral de lucro, decorrente do aumento da composição orgânica média do capital social devido, principalmente, ao desenvolvimento da produtividade social do trabalho, forma-se o *espectro* da crise. “Um espectro ronda a Europa” (MARX; ENGELS, 1987, p. 101). O espectro no caso era o comunismo, mas este era nada

⁶⁶ $mv/C = l/C = (II + j + r) / C = II/C + j/C + r/C.$

mais do que o pólo oposto do espectro a que nos referimos acima, ambos nascem das mesmas circunstâncias (as contradições da produção [material na forma] capitalista) e são fenômenos que se completam, embora se encontrem em pólos opostos. Um, o comunismo, na opinião dos autores, era a superação positiva das contradições que originaram o espectro; o outro, seja a destruição de capitais ou o sistema de crédito e as Sociedades Anônimas, superam apenas negativamente as contradições do sistema, assim sendo o espectro continua a fazer sua ronda, e agora ao redor do globo. Esse espectro pode não só não se manifestar de imediato como, digamos, circula pelo sistema (capitalista, pelo sistema de débito e crédito etc., pelo sistema de direito à riqueza), como uma embolia formada em uma parte de um organismo e que vai circulando pelo mesmo.

[...] todo o período pós-guerra [...] até o *crash* de 1929 e a depressão mundial de 1933, é uma única crise econômica que se manifesta sob diversas formas à medida que ela percorre e transforma o mundo. A crise econômica dos primeiros anos do pós-guerra não foram resolvidas – somente adiadas. O equilíbrio em um ponto era obtido deslocando o ônus do ajuste, deliberadamente ou não, a outros setores ou regiões econômicas. Quando chegou o inexorável dia do cálculo, ele não somente reacendeu os antigos fogos como também fez com que toda a crise ganhasse proporções que faziam todas as outras experiências parecerem pálidas comparadas a ela (POLANYI (1933) apud LEVITT, 1999, p. 30).⁶⁷

⁶⁷ A crise de 1929-33 marca, para Polanyi, a ruptura histórica – a Grande Transformação – que põe fim ao século XIX, nesse aspecto é que a autora analisa as crises financeiras (e outras questões) dos anos 1990, isto é, se estas crises marcam o fim deste período iniciado com a grande transformação de 1929-33. Veja-se também Arrighi (1996) que suscita a hipótese de que os anos 1990 marcam o fim de um ciclo de acumulação e o início do “fim do império americano” e o surgimento de um novo “hegemon”. Tavares (2004) responde negativamente a esta hipótese: “As tendências e os limites da expansão do capital e dos impérios modernos não são da mesma natureza. A expansão do capital tem sua expressão mais geral na apropriação privada da riqueza e na vocação compulsiva para a acumulação sem limites, que se expressa na sua forma mais geral, o dinheiro, que é o deus do mercado. A expansão do capital não se processa, porém, sob a forma de crescimento contínuo. Tem ciclos endógenos de acumulação, de incorporação de progresso técnico, de valorização e de desvalorização do capital financeiro. A incorporação crescente de novos mercados, de novos consumidores e de novos trabalhadores a taxas de exploração variável e a própria concorrência são forças propulsoras iminentes da expansão do capital. Suas contradições internas levam concretamente a recessões e crises que podem dar lugar a deslocamentos econômicos, sociais e políticos, mas raramente produzem por si sós ‘crises sistêmicas’. Já a expansão do poder dos Estados nacionais com vocação imperial quase sempre se expressa em guerras mundiais com poderosos efeitos de ruptura sistêmica. A acumulação de poder das grandes potências pode ser igualmente compulsiva, mas a rivalidade imperialista não se processa da mesma forma que a concorrência capitalista. Os limites à expansão imperialista e à concentração de poder são sempre ‘externos’ já que nenhuma potência capitalista foi derrubada ou barrada sem que outra a detivesse pelo poder das armas, em geral em aliança com outras potências rivais. A ligação entre a expansão geográfica do capitalismo e a expansão dos impérios – decisiva para a história do sistema – não é dedutível do movimento iminente do capital, que tenderia a um capitalismo global unificado e centralizado, nem de uma teoria geopolítica abstrata que tenderia a um ‘império único’. [...] O fato é que, mais uma vez, estamos num momento de descompasso entre a geoeconomia e a geopolítica tanto na Europa quanto na

Com o crédito a produção pode seguir avançando sem que a queda da taxa de lucro manifeste-se, na forma de crise, de imediato. Com o que se pode ir expandindo as forças produtivas como se só a capacidade absoluta de consumo da sociedade importasse, ao mesmo tempo em que se mantêm em estreita base as relações de consumo, presas que estão aos antagonismos das relações de produção capitalistas.

Mas, se na hora de repartir os lucros essa repartição tende a se uniformizar dada à magnitude do capital adiantado, na hora de repartir as perdas, inevitáveis para a classe capitalista, conflitam capitalistas contra capitalistas e as perdas costumam se dar de forma bem diversa do modo como se repartem os lucros na concorrência. Enquanto um capital é posto na ociosidade outro é destruído de todo, outro apenas em parte etc. Positiva-se a contradição entre os interesses individuais de cada capitalista e os interesses enquanto classe (capitalista).

Essa depreciação do capital existente é-lhe meio imanente de deter a queda da taxa geral de lucro, isto porém acarreta perturbação nas condições em que se efetua o processo global da produção capitalista, podendo levar a paralisações e crises neste processo global de produção capitalista. E assim de reprodução dos capitais, portanto, de reprodução das relações sociais de produção nesta forma capitalista. Assim, como diz Tavares, a expansão capitalista envolve ciclos de incorporação de progresso técnico (em Marx: avanço das forças produtivas e conseqüente aumento da CO dos capitais) e de desvalorização do

Ásia, sem esquecer a situação das periferias sul-americanas e africanas. Não estão à vista nem o 'fim do império americano' nem o surgimento de um novo 'hegemon', mas tampouco desapareceram os Estados nacionais, que são hoje a forma de organização política que mais se generalizou depois da descolonização. Apenas a hierarquia dos Estados mudou e seu raio de manobra para fazer a guerra e políticas financeiras autônomas é mais limitado, como sempre ocorre em períodos de intensa globalização financeira e concentração de poder político." (TAVARES, 2004,, grifo do autor. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2902200412.htm>>). A citação de praticamente todo o artigo se deu em razão de que: primeiro, a análise do movimento do capital feita por Tavares segue Marx, com diferença que as contradições agora *aparecem* na órbita financeira, assim, supõe-se a incorporação de Hilferding (1985) na análise, isto é, crises financeiras em lugar das crises comerciais. Em segundo lugar, esta análise, sobre o sistema capitalista, posiciona-a em relação a autores como Wallerstein (1998, 2002) e, como dissemos, Arrighi. E é importante também pela conclusão de que a história do sistema não pode ser deduzida apenas do movimento imanente do capital (que é do que trata nosso trabalho), posição que abre as portas e permite todo um debate com estes referidos autores, e mesmo com Hardt e Negri (2001) no seu *Império*.

capital financeiro. Aí então é que, com o desenvolvimento do sistema de crédito, das bolsas, do capital financeiro etc. sob *o modo de produção capitalista desenvolvido* (em que se tem formado já duas classes: proletários e capitalistas e o capital industrial) as contradições do processo global da produção capitalista em vez de aparecerem como crises comerciais sejam substituídas já por crises financeiras.⁶⁸

5.1 Conflito entre Expansão da Produção e Criação de Mais-Valia

A massa de mais-valia é igual a taxa de mais-valia vezes o número de trabalhadores. A valorização do capital não depende apenas da jornada de trabalho dos trabalhadores e sim da parte desta que representa trabalho excedente que, materializado nas mercadorias, fazem delas produto do capital, da produção capitalista. O desenvolvimento da força produtiva do trabalho permite aumentar a parte excedente da jornada de trabalho, portanto, aumentar a taxa de mais-valia. Ao mesmo tempo porém leva a redução da massa global de trabalho aplicada por determinado capital, se antes 100 u.m. de capital empregava 20 u.m. de capital variável, que representava, digamos, 20 trabalhadores, agora 100 u.m. de capital emprega 18 u.m. em capital variável que representa agora 18 trabalhadores (a uma

⁶⁸ No que parece um retorno ao passado, desde seus primórdios (antes do desenvolvimento do capital industrial) o capitalismo apresentaria essas crises financeiras, anunciadora de novos regimes de acumulação (BRAUDEL, 1995-96, v. 3). Braudel vê no topo da pirâmide mercantil, nas altas esferas dos negócios, o *verdadeiro lar* do capitalismo (veja-se BRAUDEL, 1995-96, v. 2, cap. 4); a bolsa seria o *locus* por excelência do capitalismo e é exatamente ela que falta nas outras economias de mercado ao redor do globo (Índia, China, Japão) onde o capitalismo, como o Europeu, não se desenvolveu; e isso, para ele, tanto ontem como hoje. Porém: “Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. [...] Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade. [...] Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa. [...] Outro exemplo de situação diferente ocupada por estas mesmas categorias em diferentes estádios da sociedade: uma das últimas formas da sociedade burguesa são as *joint-stock-companies* (sociedades por ações). Mas aparecem também no princípio da sociedade burguesa nas grandes companhias privilegiadas de comércio, que gozavam de um monopólio” (MARX, 1978b, p. 122).

taxa de mais-valia maior). Essa compensação da redução no número de trabalhadores pelo aumento na taxa de mais-valia tem limites.

Dois trabalhadores que trabalham por dia 12 horas, não podem fornecer a mesma massa de mais-valia que 24 que trabalham apenas 2 horas, mesmo que vissem do ar e não tivessem absolutamente de trabalhar para si mesmos. Estamos vendo portanto que a compensação do número reduzido de trabalhadores com o aumento do grau de exploração do trabalho encontra certos limites intransponíveis; ela pode retardar a queda da taxa de lucro, mas não eliminá-la (MARX, 1991, p. 285).

O desenvolvimento da produtividade social do trabalho já se revela pela própria grandeza das forças produtivas produzidas sob o capital (que, portanto, aparecem como capital constante – fixo), assim no valor e no volume que o processo produtivo acarreta com base nestas forças produtivas e que as mesmas impõem, o que vai aparecer já no montante de capital acumulado. O surgimento das grandes indústrias supõe portanto acumulação e concentração de capitais e assim o desenvolvimento da sua própria capacidade de produzir capital mediante capital. O que implica no desenvolvimento das relações de produção específicas a esse modo de produção, isto é, desenvolvimentos das classes sociais dos proletários e dos capitalistas e das lutas, oriundas das contradições do processo, entre elas.

A burguesia começa com um proletariado que, por seu turno, é um resto do proletariado dos tempos feudais. No curso do seu desenvolvimento histórico, a burguesia desenvolve necessariamente o seu caráter antagônico que, inicialmente, aparece mais ou menos disfarçado, existindo apenas em estado latente. À medida que a burguesia se desenvolve, desenvolve-se no seu interior um novo proletariado, um proletariado moderno: desenvolve-se uma luta entre a classe proletária e a classe burguesa (MARX, 1989, p. 117).

Assim se compreende o fenômeno existente, como por exemplo o comunismo (e o porquê dele surgir no seio de uma classe e não nas outras), como necessário. Compreende-se o processo material da produção da própria vida e seus reflexos ideológicos (a forma em que os homens tomam consciência deste processo). Compreende-se a marcha do socialismo utópico ao científico.

Mas, à medida que a história avança e, com ela, a luta do proletariado se desenha mais claramente, eles não precisam mais procurar a ciência em seu espírito: basta-lhes dar conta do que se passa ante seus olhos e se tornarem porta-vozes disto. Enquanto procuram a ciência e apenas formulam sistemas, enquanto se situam nos inícios da luta, eles vêem na miséria somente a miséria, sem observarem nela o lado revolucionário, subversivo, que derrubará a velha sociedade. A partir dessa observação, a ciência produzida pelo movimento histórico, e que se vincula a ele com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e se torna revolucionária (MARX, 1989, p. 119).

O desenvolvimento da produtividade social do trabalho revela-se também na diminuta necessidade de trabalho vivo a ser empregado para movimentar esses meios de produção como capital, ou seja, para reproduzir e valorizar dado capital, o que supõe sua concentração. Um exemplo clássico, e atual, desse processo é o da indústria automobilística, em que nos últimos anos cresce a produção com redução absoluta no número de empregos, bem como se observa aumento do investimento em relação ao número de empregos criados.

O desenvolvimento da produtividade social do trabalho, na produção capitalista, ao levar a um aumento da composição orgânica dos capitais, portanto, do capital social, implica em mudança na composição dos seus *elementos*: cresce o elemento constante em relação ao variável. Do passado ao presente o capital permanece sendo o que é, mudou porém as condições em que ele se realiza enquanto capital, em que se afirma como ser existente e determinado. No passado, o processo se dava sob determinado estágio de avanço das forças produtivas, sob determinado estágio do processo de acumulação, concentração e centralização dos capitais. Hoje, o processo permanece sendo processo de produção capitalista, agora sob um estágio superior de desenvolvimento das forças produtivas, da produtividade social do trabalho. Cresceu também enormemente o montante de capital acumulado e a ser valorizado, ao mesmo tempo em que decresceu relativamente o montante de capital variável necessário a esta valorização dos valores existentes, isto é, cresceu a composição orgânica dos capitais.

O entendimento positivo do existente – o capital ou o processo (global) de produção capitalista – implica considerá-lo, captá-lo no fluxo desse seu movimento. E a partir daí se depreende os limites que o próprio capital se lhe impõe à sua auto-expansão, à sua auto-reprodução em escala ampliada; compreende-se que estes limites não decorrem da expansão da riqueza em si e sim do próprio capital e dos antagonismos inerentes à sua produção e reprodução enquanto tal, que se baseia assim na expropriação da grande massa dos produtores. Compreende-se que a produção capitalista é: processo de criação de mais-valia;⁶⁹ processo de produção de capital, portanto das relações de produção capitalistas (assim, da sociedade burguesa, dos viventes de lucro e salário, proprietários e não-proprietários);⁷⁰ e por fim é processo de produção de sua própria negação. Os três vetores da produção capitalista (os quais são separados apenas pelo pensamento, na realidade movem-se simultaneamente) (AUED, 2001). O primeiro vetor, da produção de mais-valia (de lucro) a economia política se não compreendeu de todo, investigou-o, atendo-se à sua forma transmutada de lucro. O segundo, por sua vez, não (a gênese do processo), tomou o existente como dado e absoluto,

⁶⁹ “Ou seja, o escravo, que trabalha para o senhor, reprime seus instintos em função de uma idéia, de um conceito. [...] Ao agir, ele nega, transforma o dado, a natureza, sua natureza; e o faz ... em função da idéia de um senhor, isto é, de uma noção essencialmente social, humana, histórica” (KOJÈVE, 2002, p. 170). Este trabalho abre caminho para sua libertação; por não ser realmente livre forma-se nele uma idéia não realizada de liberdade, um ideal de liberdade, que pode ser realizado “pela transformação consciente e voluntária da existência dada, pela abolição ativa da sujeição. [...] E é porque ele tem um ideal, uma idéia abstrata, que o progresso da realização da liberdade pode terminar por uma compreensão da liberdade, pelo nascimento da idéia absoluta (*absolute Idee*) da liberdade humana, revelada no e pelo saber absoluto” (KOJÈVE, 2002, p. 171). “E, convém já dizer, o saber absoluto, que revela a totalidade do Ser, só pode realizar-se no fim da história, no último mundo criado pelo homem. Para entender o que é o saber absoluto, para saber como e porque esse saber tornou-se possível, é preciso entender o conjunto da história universal. Foi o que Hegel fez no cap. VI” (KOJÈVE, 2002, p. 157). Da história universal humana. “E a história universal ... é a história da interação entre senhores guerreiros e escravos trabalhadores. [...] A história ..., a história universal nada mais é que a história da relação dialética, isto é, ativa, entre a dominação e a sujeição” (KOJÈVE, 2002, p. 166-167). Que acaba com a síntese dessa relação, que leve ao homem integral. O ser do homem é a ação, a negação do ser dado, do que é (KOJÈVE, 2002, p. 174). Ao criar mais-valia o trabalhador nega o mundo em que vive, transforma-o. “Logo, onde há trabalho, há necessariamente mudança, progresso, evolução histórica” (KOJÈVE, 2002, p. 172). E reprime seus instintos em função de um conceito: o capital.

⁷⁰ “O sr. Proudhon percebeu muito bem que os homens produzem os tecidos, o linho e a seda; é um grande mérito ele ter compreendido estas coisas tão simples! O que ele não compreendeu é que os homens, de acordo com suas faculdades, produzem também as *relações sociais* nas quais produzem o tecido e o linho. E compreendeu menos ainda que os homens que produzem as relações sociais, de acordo com sua produtividade material, criam também as *idéias*, as *categorias*, ou seja, as expressões abstratas ideais dessas mesmas relações sociais. Estas categorias são, portanto, tão pouco eternas como as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios” (MARX, 1987, p. 23, grifo do autor).

deixando-se impressionar pelo mesmo (deixando de ser crítica e revolucionária), tomou o processo capitalista como algo absoluto. Deste modo, houve história, agora não há mais.⁷¹ É claro que tampouco compreendeu o lado transitório (de negação) do modo capitalista de produção. E nenhum jovem de hoje escolhe as forças produtivas existentes, portanto, sua condição de emprego ou não; tampouco as condições que fazem com que, com o avanço dessas forças produtivas, escasseiem os empregos.

É supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher *suas forças produtivas* – que são a base de toda sua história – porque toda força produtiva é uma força adquirida, o produto de uma atividade anterior. [...] O simples fato de cada geração posterior encontrar as forças produtivas adquiridas pela geração precedente, utilizando-as como matéria-prima para a nova produção, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade [...] Suas relações materiais estão na base de todas as outras relações. Estas relações materiais são apenas as formas necessárias nas quais se realiza sua atividade material e individual (MARX, 1987, p. 15, grifo do autor).

Ao se desenvolver a produtividade do trabalho com a acumulação capitalista tem-se dois efeitos: redução do trabalho necessário (para reproduzir a força de trabalho) e aumento do trabalho excedente; e decréscimo da força de trabalho necessária para movimentar dada

⁷¹ “Os economistas têm procedimentos singulares. Para eles, só existem duas espécies de instituições, as artificiais e as naturais. As instituições da feudalidade são artificiais, as da burguesia são naturais. Nisto, eles se parecem aos teólogos, que também estabelecem dois tipos de religião: a sua é a emanção de Deus, as outras são invenções do homem. Dizendo que as relações atuais – as relações da produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que é nestas relações que a riqueza se cria e as forças produtivas se desenvolvem segundo leis da natureza. Portanto, estas relações são, elas mesmas, leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem, sempre, reger a sociedade. Assim, houve história, mas já não há mais. Houve história porque existiram as instituições da feudalidade e porque, nelas, encontram-se relações de produção inteiramente diferentes das da sociedade burguesa, que os economistas querem fazer passar por naturais e, logo, eternas. [...] A feudalidade também possuía seu proletariado – os servos – , que continha todos os germes da burguesia. A produção feudal também possuía dois elementos antagônicos, designados igualmente como o *lado bom* e o *lado mau* da feudalidade, sem se considerar que sempre o lado mau sobrepôs-se ao bom. É o lado mau que produz o movimento que faz a história, constituindo a luta. Se, na época da dominação da feudalidade, os economistas, entusiasmados com as virtudes cavaleirescas, com a bela harmonia entre deveres e direitos, com a vida patriarcal das cidades, com o estado de prosperidade da indústria doméstica nos campos, com o desenvolvimento da indústria organizada pelas corporações, confrarias, grêmios – entusiasmados, enfim, com tudo o que constitui o lado bom da feudalidade, resolvessem eliminar tudo o que tornava sombrio este quadro – servidão, privilégios, anarquia - , o que aconteceria? Ter-se-ia eliminado todos os elementos constitutivos da luta e sufocado, no seu embrião, o desenvolvimento da burguesia. Ter-se-ia colocado o absurdo problema de liquidar a história. [...] Quando a burguesia se impôs, não se colocou a questão do lado bom e do lado mau da feudalidade. Ela incorporou as forças produtivas que desenvolvera sob a feudalidade. Foram destruídas todas as antigas formas econômicas, as relações civis que lhes correspondiam, o estado político que era a expressão oficial da antiga sociedade civil” (MARX, 1989, p. 116, grifo do autor).

quantidade de meios de produção, de capital. São fenômenos que ocorrem simultaneamente e em que se manifesta a mesma lei (lei geral da acumulação capitalista). Mas são opostos quanto ao sentido em que operam sobre a taxa de lucro. O aumento do grau de exploração do trabalho, da taxa de mais-valia, eleva a taxa de lucro. A diminuição do número de trabalhadores empregados reduz a massa global de trabalho extraída e a ser transformada em mais-valia e daí apropriada como lucro. Cai assim o total de tempo de trabalho disponível à valorização do capital, diminui portanto o material para sua auto-expansão em escala ampliada. Impondo-se como meio de compensar essa diminuição o aumento relativo do mais trabalho (mais-valia relativa) em relação ao trabalho necessário. Mas estes meios de aumentar a parte excedente em relação à necessária implicam aumento da própria produtividade do trabalho, portanto, desenvolvimento ainda maior das forças produtivas. O meio de que se utilizou o capital para aumentar a mais-valia levou simultaneamente à diminuição do número explorável de trabalhadores (por um dado capital).

Para a força de trabalho empregada em determinado momento, o avanço subsequente da produtividade do trabalho implicará, assim, já que está presa a sua forma capitalista (isto é, é capital variável), em aumento do trabalho excedente e diminuição do número de forças de trabalho empregada por dado capital. Não importa ao capital a criação de tempo disponível para a sociedade como consequência do desenvolvimento da produtividade social do trabalho e sim o aumento do trabalho excedente da população trabalhadora por ele empregada. Pois produção é produção para o capital, é produção de lucro, daí que esta ocorre à revelia dos produtores. A missão histórica da produção capitalista, segundo Marx, sua positividade, é o desenvolvimento incondicional das forças produtivas. Há uma tendência atuante nesse sentido, porém atua como decorrência do seu afã de lucro. Assim, só quando o aumento da produtividade redundar em maior lucro é que se lança mão de condições de produção mais desenvolvidas e isto implica, para a população trabalhadora, o aumento de

tempo de trabalho excedente em relação ao necessário e ao mesmo tempo menor emprego de força de trabalho por dado capital. Daí o “desemprego tecnológico” em meio a um mar de indivíduos aptos ao trabalho.

Essa missão histórica o capital a trai muitas vezes, quando, por exemplo, dada a abundância de mão-de-obra, deixa de empregar maquinaria, quando o custo da implantação desta não é compensado pelo lucro resultante de tal aplicação, isto é, são casos em que os limites à expansão da riqueza (da produtividade) são postos não por barreiras inerentes à produção da riqueza em si, da produção *em geral*, e sim pelas relações de produção capitalistas. E quando esta tendência passa a se impor à outra é sinal de esgotamento de sua significação histórica, e de suas tendências civilizadoras, atinge a partir daí o ponto em que sua superação torna-se mais que uma possibilidade, uma necessidade. E a questão maior deixa de ser *porquê* superá-lo para se tornar *como* superá-lo.⁷²

Dada a taxa de lucro o montante de capital acrescido depende do montante de capital existente, acumulado até o presente. Agora, a própria acumulação (de uma magnitude de 100 u.m. a 1000 u.m. por exemplo) de capital depende do desenvolvimento da produção capitalista, do desenvolvimento das forças produtivas, da produtividade do trabalho. Para passar de uma magnitude à outra o capital também não pode queimar etapas. Pode-se aliviar as dores do parto, mas não suprimir a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas para se chegar de uma magnitude à outra, de um montante a outro de capital. Tampouco suprimir o desenvolvimento das relações de produção correspondentes. Este processo pode se dar de forma mais ou menos brusca, mas sempre a expensas da maioria (da população em geral e da trabalhadora em particular). Com o que a maioria chega ao final desse processo, em

⁷² “Aqui o modo de produção capitalista cai em nova contradição. Sua missão histórica é o desenvolvimento, inescrupuloso, impulsionado em progressão geométrica, da produtividade do trabalho humano. Ele se torna infiel a essa missão assim que, como aqui, se contrapõe ao desenvolvimento da produtividade, reftreando-o. Com isso, só comprova novamente que se torna senil e que, cada vez mais, sobrevive a si mesmo” (MARX, 1988, p. 188, esta passagem encontra-se entre chaves, há participação de Engels em sua redação, indo além em alguns pontos do material constante no manuscrito original).

que o estoque de capital (a riqueza da nação) há decuplicado, como nele há entrado: não-proprietários das condições de produção da própria vida. A necessidade de se relacionar com o capital permanece, mesmo que para reproduzir consideráveis padrões de vida. Estes padrões só se mantêm (reproduzem-se) na medida em que a acumulação do capital a permite, assim é preciso mais do que o desejo individual da maioria de mantê-los para que se os mantenha, trata-se de um processo que está além de cada um, de suas vontades individuais.

A maioria da população portanto chega ao final desse processo em que há decuplicado o capital existente da sociedade concentrada num pólo da relação de produção material da própria vida: como não-proprietários, donde a necessidade de trabalhar (seja para o capital em geral, seja para os proprietários em geral).⁷³ Trabalho que produz mais-valia, capital, a relação capitalista, bem como que permite o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Desenvolvimento que representa “a tarefa histórica do capital e o legitima. Exercendo justamente essa função cria ele as condições materiais de forma superior de produção, sem que esteja consciente disso” (MARX, 1991, p. 297). É por isso também que se considera um redundante atraso quando a maioria se vê em condições, postas por um mercado de trabalho, em que as oportunidades de trabalho que mais crescem são as de “autônomos” em geral (desde advogados, dentistas etc. nas classes médias até as de ambulante, fazedores de bico, domésticos nas baixas).⁷⁴

⁷³ “O trabalho, quando cria valor e se representa no valor das mercadorias, nada tem que ver com a repartição desse valor entre categorias diversas. Não é criador de valor ao assumir o caráter especificamente social de trabalho assalariado” (MARX, 1991, p. 945). “[...] o capital retém na forma de lucro parte do valor e portanto do produto do trabalho anual; a propriedade fundiária retém na forma de renda outra parte; e o trabalho assalariado, na forma de salário, terceira parte; em virtude dessa transformação, elas se tornam as rendas do capitalista, do proprietário fundiário e do trabalhador, mas sem criar a substância mesma que se converte nessas categorias diferentes. A repartição supõe a existência prévia dessa substância, a saber, o valor total do produto anual, e esse valor é apenas trabalho social que se materializou. A coisa, porém, não se apresenta dessa forma, e sim de forma invertida, aos agentes da produção, aos que exercem as diferentes funções do processo de produção” (MARX, 1991, p. 944).

⁷⁴ “Um estudo do professor Marcio Pochmann informa que a política Curupira (o índio de dentes verdes que tem os pés voltados para trás) revitalizou a figura dos agregados na sociedade brasileira. Agregado social é a tradução politicamente correta daquilo que já foi a senzala. Desde 1980, o trabalho doméstico-familiar tem sido a ocupação que mais cresce no Brasil. Cresceu a 4% ao ano, quase o dobro da taxa de aumento do emprego geral. Desde a primeira metade do século 19, quando o tráfico negreiro estava a velas soltas, não acontecia coisa parecida. A política Curupira levou o percentual de brasileiros em atividades domésticas em 2000 (19,6% da

A própria acumulação de capital traz em si o desenvolvimento de suas contradições. Querer ter um sem outro é propor, como diz Marx, “o absurdo problema de liquidar a história” (MARX, 1987, p. 15). Prova de que se podem amenizar as contradições porém, até agora, sem suprimi-la é de que um avanço nas forças produtivas realmente capaz de revolucionar a produção material, as bases da mesma existente hoje em dia, geraria crescimento do desemprego, um mal portanto.

O que separa uma magnitude de capital de outra é a materialização do trabalho social durante o período de tempo que as separam. Esse trabalho social materializado o é como capital (portanto: propriedade privada concentrada nas mãos de poucos), o que faz com que surja a idéia (o fetiche) de que o capital, em si e para si, se criou por si mesmo, se autodesenvolveu (do nada), gerou a si mesmo e ao desenvolvimento subsequente da produtividade. Assim, quando nos referimos ao capital como processo de sua autovalorização quer-se dizer que ele o faz à revelia dos produtores, da sociedade em geral, não estando sob controle (total pelo menos) de nenhum dos agentes da produção, ocorrendo quer tenhamos quer não consciência disto; e também porque na aparência o processo desenrola-se como se o capital fosse, em si e para si, um autômato (e sem limites *aparentes*).

E esse modo enfeitado e invertido desenvolve-se ainda mais no sistema capitalista de produção e com o capital, que constitui a categoria dominante do sistema, a relação dominante de produção. [...] Com o desenvolvimento da mais-valia relativa no modo de produção especificamente capitalista, que implica expansão das forças produtivas sociais do trabalho, essas forças e conexões sociais do trabalho no processo direto de trabalho parecem transferidos do trabalho para o capital. Em consequência, o capital se torna ser sumamente místico, pois todas as forças produtivas sociais do trabalho parecem provir, brotar dele mesmo e não do trabalho como tal (MARX, 1991, p. 949).

mão-de-obra) a números piores que os de 1940 (18,8%). Pochmann trabalhou com os números do Censo de 2000. Hoje, com mais quatro anos de ekiyeconomia, a situação deve ter piorado. Desde 1980, são as seguintes as profissões com maior demanda: copeiro, garçom, governanta (multiplicaram-se 9,3 vezes), vendedores ambulantes (4,3 vezes) e vigilantes (3,3 vezes). Quem lê os discursos dos maganos vê um Brasil que anda para a frente. Quem presta atenção no rastro do Curupira vê que em 1980 os agregados eram 14% do total de ocupados. Em 2000, eram 20%” (GASPARI, 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1403200410.htm>> Acesso em: 14 mar. 2004).

Ainda, com a intervenção do processo de circulação desaparece por completo a relação entre a produção original do valor e sua expressão na superfície como categorias autônomas e independentes entre si (salário, renda, lucro/juros). Como a mais-valia extraída, juntamente com os valores concernentes à reposição do capital adiantado, tem de realizar-se no processo de circulação, a aparência toma a forma de que esse *surplus value* decorre da própria circulação mesma, em si e para si, sem o mais sendo necessário do que a mera e contínua repetição do processo. A esfera de circulação torna-se *locus* do processo de reprodução do capital. Estejam ou não eclipsadas as relações de produção original do valor (e, assim, estejam ou não na consciência dos agentes) estas relações não deixam por isso de existir e de se reproduzir sob determinadas bases materiais. Assim é que um verdadeiro avanço das forças produtivas sociais do trabalho, hoje, destrói os antigos fios que ligavam os indivíduos a estes nexos causais internos, a estas relações de produção. Com o que se teria aumento da riqueza material de um lado com concomitante aumento da pobreza de outro. Isto é: uma *contradição*. Soma-se de um lado (bases materiais), subtrai-se de outro (relações sociais – de produção).

A esfera da circulação é a esfera da concorrência onde, para cada caso em particular, o acaso se faz presente. O processo real de produção, unidade do processo imediato de produção e do processo de circulação, gera novas configurações em que se perde cada vez mais o fio do nexo causal interno, as categorias que refletem uma relação de produção determinada (historicamente) assumem forma autônoma que as separa e que se ossificam como tais.

Tudo isso dissimula cada vez mais a verdadeira natureza da mais-valia e por conseguinte o motor autêntico do capital. Esse eclipse se acentua ainda mais quando o lucro se converte em lucro médio, e, os valores, em preços de produção, nas médias reguladoras dos preços de mercado. Interfere aí complicado processo social, o processo de nivelamento dos capitais (MARX, 1991, p. 951).

Esse nivelamento dissocia os preços médios dos respectivos valores e o lucro médio dos diferentes ramos da exploração real do trabalho pelos capitalistas particulares.

O valor das mercadorias só continua a aparecer de maneira direta na influência que a variação da produtividade do trabalho exerce sobre a alta e a baixa dos preços de produção, sobre o movimento, não sobre os últimos limites deles. [...] os lucros médios normais parecem imanentes ao capital, independentes da exploração [...]. A bifurcação do lucro em lucro do empresário e juro ... dissocia a mais-valia da respectiva forma, que se torna autônoma e se ossifica em relação à substância, à essência (MARX, 1991, p. 951-952).

No valor das mercadorias, enquanto produto do capital, está presente uma soma de valor que representa um sobre valor, uma mais-valia, e que dá o limite da valorização dos capitais existentes, reparta-se ela, a mais-valia global presente na soma das mercadorias, entre empresários e/ou especuladores da bolsa.

O período da assim chamada revolução industrial, desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, marca a supressão (superação) da produção individual que passa a se desenvolver sob base social (cooperação),⁷⁵ com base no trabalhador coletivo, capaz de pôr em movimento as forças produtivas então criadas. Como este desenvolvimento se dá na forma capitalista trabalho agora se identifica com a criação de propriedade alheia e esta com direto sobre trabalho alheio.⁷⁶ Daí se ver o socialismo/comunismo como o movimento histórico seguinte, em oposição ao existente hoje em dia. Representando o retorno dessa propriedade, mas agora com base nas condições de produção existentes: coletivizadas, propriedade individual baseada num processo social de produção material de nossas vidas (base de nossa história). Como seres sociais hoje, somos criaturas, não criadores, já que o

⁷⁵ “A virtuosidade do mundo burguês, principalmente após a Revolução Industrial Inglesa, é a união dos homens para produzirem a sua existência. Esta especificidade das relações sociais burguesas ... é o elemento mais desenvolvido que a humanidade engendrou no processo da constituição do ser social” (AUED, 2001, p. 21). Constituição que eleva a humanidade para além das condições naturais, em que suprime e guarda estas condições nesse admirável novo mundo social.

⁷⁶ “Mas o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada como exclusão da propriedade, e o capital, trabalho objetivo como exclusão do trabalho, é a *propriedade privada* como relação desenvolvida da contradição e por isso uma relação enérgica que tende para sua resolução” (MARX, 1978a, p. 6, grifo do autor).

processo material da produção de nossas vidas nos domina e molda a estrutura (de classes) de nossas sociedades. O movimento é o movimento da propriedade privada (daí a auto-alienação do homem).

A pergunta assim que se faz aos que consideram o até aqui exposto uma impossibilidade lógica e/ou histórica (uma não-ciência, uma completa falsidade) é: supondo-se uma revolução efetiva nas forças produtivas existentes, tal qual a ocorrida no período compreendido como Revolução Industrial, que conseqüências sociais trará? Quais seriam as *conseqüências sociais do avanço tecnológico* então? Desde já, crer que esse desenvolvimento das forças produtivas “libera” capital para os trabalhadores demitidos é o mesmo que dizer que as *enclosures* liberaram terra (condição de existência básica à época) para os servos expulsos das terras. É achar de novo que capital vem do céu e não do processo de trabalho na sua forma capitalista e do desenvolvimento das próprias forças produtivas *sociais* do trabalho. É a mesma abstração abstrata, a-histórica, a-crítica e vazia de sentido, de conteúdo (histórico, social e humano). Pois se o artesão foi superado pela manufatura, esta pela maquinaria e grande indústria e esta pela automação, cabe lembrar que a automação não transforma os trabalhadores da grande indústria em trabalhadores da indústria automatizada.⁷⁷

Uma mercadoria qualquer, enquanto valor-de-troca, tem materializado nela determinada quantidade de trabalho. Na mercadoria que é produto da produção capitalista porém está materializada uma quantidade desde o início *social* de trabalho (de uma coletividade de trabalhadores), daí ser a produção capitalista a negação da propriedade privada baseada no próprio trabalho.⁷⁸ Por isso é que, quando se passa dos valores aos preços

⁷⁷ “Um desenvolvimento das forças produtivas que diminuísse o número absoluto de trabalhadores, isto é, capacitasse realmente a nação inteira a efetuar toda a produção em menor espaço de tempo, acarretaria revolução, pois tornaria marginal a maior parte da população. Mais uma vez revela-se o limite específico da produção capitalista, e vê-se que não é de maneira alguma forma absoluta do desenvolvimento das forças produtivas e da criação da riqueza, colidindo com este desenvolvimento, a partir de certo ponto” (MARX, 1991, p. 302).

⁷⁸ “A Economia Política confunde por princípio duas espécies muito diferentes de propriedade privada, das quais uma se baseia sobre o próprio trabalho do produtor e a outra sobre a exploração do trabalho alheio. Ela esquece

de produção, na análise do capital, segue-se de perto o desenvolvimento histórico efetivo. Pois é pressuposto histórico da produção capitalista o desenvolvimento dos valores de troca, da relação de valor entre as mercadorias (donde o dinheiro como seu equivalente geral). Nos primórdios do capitalismo a produção não tinha ainda um caráter capitalista, esta vai dar um caráter próprio à produção (veja-se o caráter capitalista da manufatura em MARX, 1996, v. I, p. 473-482), onde a cooperação e a divisão do trabalho passa a se desenvolver dentro das manufaturas, das fábricas etc. Ambas têm em comum, a mercadoria capitalista e a pré-capitalista, serem frutos do trabalho humano e seu valor é diretamente proporcional ao tempo de trabalho objetivado nelas. Porém, compreende-se aí como não se pode apreender a forma mais complexa (forma superior de produção – capitalista) atendo-se unicamente a mais simples (à produção pré-capitalista). Nas duas a riqueza pode *aparecer* nessa forma, de mercadoria. Daí a importância ressaltada por Marx de se observar *como* se produz e não só o que se produz. Tanto antes como agora se produzem roupas, tecidos, alimentos, bens de luxo etc. Mas o que diferencia nossa época, economicamente falando, da precedente (pré-revolução industrial) é o modo diferenciado, superior, da produção (material), que representa exatamente o revolucionamento de formas de produção anteriores. Ora, se for observado na prática nunca se poderia ter a escala de produção de determinadas mercadorias atendo-se às condições pré-capitalistas de produção, isto é, não é só uma questão analítica, teórica, e sim prática: de modo algum se apreende as condições capitalistas de produção a partir das condições pré-capitalistas de produção (que desaparecem com o advento daquela).

Mas com o desenvolvimento da produção capitalista desenvolve-se também a relação dos capitais entre si e daí a manifestação das leis iminentes ao capital em geral e à produção capitalista. Para a mercadoria pré-capitalista não existe essa interferência do processo de nivelamento dos capitais, não na sua forma desenvolvida, que vem a atuar e

que a última não apenas forma antítese direta da primeira, mas também cresce somente sobre seu túmulo” (MARX, 1996, v. II, p. 383).

condicionar o próprio processo de (re) produção. Deste modo, estas não estão determinadas pelos preços de produção *dos capitais*. E o capital comercial e o capital usurário atuam como elemento externo à sua determinação de valor, as condições de produção são condições alheias a estas duas formas antediluvianas de capital.

Na produção capitalista a relação que se estabelece entre os capitais é já elemento determinante da reprodução dos mesmos em seu conjunto, em que se forma os preços de produção das mercadorias. Neste processo da passagem das formas antediluvianas para sua forma desenvolvida, em que o capital passa a ser produto e pressuposto de si mesmo, o que o capital leva consigo são as forças produtivas existentes, as quais passa a revolucionar constantemente e com isso as relações de produção. Ressalte-se que mais que uma questão teórica isso é uma questão eminentemente prática, efetiva, da produção. É só imaginar a construção de um Boeing nas condições pré-capitalistas de produção. É técnica, social, histórica e logicamente impossível. A superação dessas condições inferiores da produção social se deu historicamente na forma capitalista, as quais estão presentes e dominantes até hoje. Aí é que não se pode querer esta superação e querer descartar, sem o mais, as contradições imanentes a esta forma capitalista superior de produção (a exemplo: o desemprego tecnológico). Seria, pois, propor, como se viu, a questão de se liquidar a história. E a superação, diz Marx, se dá pela incorporação das forças produtivas existentes e daí pela elevação destas a um patamar superior de organização social da produção.

É com base nos preços de produção que se desenvolve a produção capitalista de mercadorias e é a partir desses mesmos preços de produção que se desenvolve o processo de reprodução dos capitais, que se dá a interação dos diversos capitais entre si. Se o mercado (seja local ou mundial), o local de circulação das mercadorias, não embute em si mesmo o princípio de sua auto-renovação, se é necessário que sejam colocadas sempre de dentro para fora as mercadorias, se é ele portanto fenômeno de um processo que se desenvolve às suas

costas (a produção capitalista), se sua existência imediata é pura aparência,⁷⁹ compreende-se porque para ele o preço de produção é um dado (da mesma forma que o é para o capital comercial⁸⁰). O mercado ou a circulação é um lócus de mediação do processo de produção do capital, onde se vai ter a relação dos diversos capitais entre si e a formação da taxa média de lucro.

A produção capitalista encontra um limite a si mesma no próprio desenvolvimento das forças produtivas. Esse mesmo desenvolvimento lhe serve de meio de acelerar a acumulação, em seu volume, ao mesmo tempo em que lhe diminui a sua taxa. E como nem os meios de produção nem a força de trabalho empregada são, em si e para si, capitais, essa barreira originada pelo desenvolvimento das forças produtivas não é uma barreira imanente às condições gerais da produção e sim às condições capitalistas. Ao fato de ter o capital subsumido e transformado as condições gerais da produção em condições capitalistas, com o fim único de se valorizar e assim produzir a si mesmo. Enquanto produção de lucro o “limite do sistema está no tempo excedente dos trabalhadores” (MARX, 1991, p. 302).

Demais, se o motor da produção capitalista (cuja finalidade única é a valorização do capital) é a taxa de valorização do capital todo, a taxa de lucro, a diminuição dela retarda a formação de novos capitais independentes, e se patenteia ameaçadora ao desenvolvimento do processo capitalista de produção, pois contribui para superpopulação, especulação, crises, capital supérfluo ao lado de população supérflua. Os economistas que, como Ricardo, consideram o modo capitalista de produção sistema absoluto, sentem que ele cria aí limite a si mesmo e por isso atribuem esse limite não ao sistema, mas à natureza (na teoria da renda). O que mais pesa porém no horror que os acomete diante da taxa cadente de lucro é o sentimento de que o modo capitalista de produção encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que nada tem com a produção da riqueza em si. E essa barreira peculiar evidencia que o modo capitalista de produção, com suas limitações, possui caráter simplesmente histórico, transitório, que não é modo absoluto de produção da riqueza, entrando antes em conflito com o desenvolvimento ulterior dela, ao atingir certo estágio de evolução (MARX, 1991, p. 278).

⁷⁹ $D - M - D'$, $D - D'$.

⁸⁰ Exemplo: o preço de produção de um automóvel, é assim um dado para as concessionárias de veículos; assim como a demanda originada pelo pagamento dos salários dos trabalhadores daquela indústria.

O capital é, essencialmente, um processo⁸¹ de produção de mais-valia, que é fonte de sua autoformação. Como produto de si mesmo, é ele um ser existente e determinado.⁸²

⁸¹ “O capital, enquanto valor que se valoriza, abrange não só relações de classe, mas determinado caráter social que repousa sobre a existência do trabalho como trabalho assalariado. É um movimento [...] Só pode ... ser entendido como movimento e não como coisa em repouso. Aqueles que consideram a autonomização do valor como mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa abstração *in actu*” (MARX, 1985b, p. 78).

⁸² “A filosofia de Hegel tem por objetivo explicar a história. Conclui-se que o tempo que ele identifica com o conceito é o tempo histórico, o tempo no qual transcorre a história humana, ou melhor, o tempo que se realiza não como movimento dos astros, por exemplo, mas como história universal” (KOJÈVE, 2002, p. 346). “Mas agir em função do desejo de um desejo é agir em função do que ainda não é, isto é, em função do futuro. E vice-versa: o futuro só pode predominar realmente se houver, no mundo (espacial) real, um Ser capaz de agir assim” (KOJÈVE, 2002, p. 348). E o capital é um ser capaz de agir assim. “E, para obter lucro, o capitalista antecipa seu capital em função de um resultado esperado no futuro. Assim, o hoje é determinado por esta expectativa do amanhã” (AUED, 2001, p. 24). “A presença real do tempo no mundo chama-se *homem*. O tempo é o homem, e o homem é o tempo” (KOJÈVE, 2002, p. 350, grifo do autor). “Enquanto o sentido (ou a essência, o conceito, o Logos, a idéia etc.) estiver encarnado numa entidade existente empiricamente, esse sentido ou essa essência, assim como essa entidade, *vivem*” (KOJÈVE, 2002, p. 352, grifo do autor). “É verdade que o Real dura no tempo como real. Mas, porque dura no tempo, ele é sua própria lembrança; realiza a cada instante sua essência ou seu sentido, quer dizer, realiza no presente o que resta dele depois de seu aniquilamento no passado; e isso que resta dele e que ele re-realiza é o seu conceito” (KOJÈVE, 2002, p. 354). “É o trabalho do escravo que realiza o desejo do senhor ao satisfazê-lo. Logo (e Hegel explicita bem isso no cap. IV), não há conceito sem trabalho; é do trabalho do escravo que nascem o entendimento ... e o pensamento ..., isto é, a compreensão conceptual do mundo. [...] Agora compreendemos por quê. É o trabalho, e só o trabalho, que transforma o mundo de maneira essencial, ao criar realidades verdadeiramente novas” (KOJÈVE, 2002, p. 356). “O conceito é o trabalho, e o trabalho é o conceito. E se, como observa Marx acertadamente, o trabalho é para Hegel ‘a própria essência do homem’ (*das Wesen des Menschen*), pode-se afirmar também que para Hegel a essência do homem é o conceito. [...] Ora, se o homem é o conceito, e se o conceito é trabalho, o homem e o conceito são também o tempo” (KOJÈVE, 2002, p. 356-357, grifo do autor). A essência subjetiva da propriedade privada é o trabalho (a substância do valor) e, no caso da propriedade privada capitalista, o trabalho alheio, daí a alienação do trabalho e a reificação das relações sociais, que aparecem diante das pessoas como coisas dotadas de vontade própria, daí o capital (seja na forma de dinheiro, mercadoria ou meios de produção) se apresentar como um ser místico, capaz de, em si e para si, gerar a si mesmo, o capital é um conceito alienado do homem. “Nesse caso, é preciso dizer em primeiro lugar que só há compreensão conceptual onde houver uma realidade essencialmente temporal, isto é, histórica, e em segundo lugar que só a existência histórica ou temporal é que se pode revelar pelo conceito. Ou, em outros termos, a compreensão conceptual é necessariamente dialética” (KOJÈVE, 2002, p. 357). “Porque a compreensão ‘dialética’ nada mais é que a compreensão histórica ou temporal do real. A dialética revela a estrutura trinitária do Ser. Em outros termos, em e por sua dialética, o real se revela não *sub specie aeternitatis*, isto é, fora do tempo ou como eternamente idêntico a si mesmo, mas sim como um presente situado entre o passado e o futuro, isto é, como um movimento criador ..., ou ainda como um resultado que é um projeto e como um projeto que é um resultado – um resultado que nasce de um projeto e um projeto gerado por um resultado; em suma, o real se revela em sua verdade dialética como síntese” (KOJÈVE, 2002, p. 357, grifo do autor). Pondo-a em pé, a dialética revela a estrutura trinitária do capital, revelando-o assim como realidade histórica e transitória. “Os capítulos XIII, XIV E XV do Livro Terceiro” (Natureza da Lei da Queda da Taxa de Lucro, Fatores Contrários a Lei e Desdobramentos das Contradições Internas da Lei, que são os capítulos de *O Capital* de que se trata aqui e no capítulo anterior) “podem ser considerados a sùmula conclusiva de *O Capital*. A aplicação da lógica dialética alcança ali raras culminâncias e desvela o complexo de antagonismos que constituem a dinâmica mais profunda do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo impelindo-o a desenvolver as forças produtivas e a engendrar, ele próprio, o limite da sua existência histórica” (GORENDER, 1996, p. 59). “O próprio Marx imaginou, nos *Grundrisse*, que o capitalismo alcançaria uma composição orgânica do capital tão elevada quando o trabalho vivo adicionado, por suas proporções insignificantes, tornaria inviável a aplicação da medida do valor. Tratava-se aí, não obstante, de extrapolação especulativa e, em *O Capital*, a lei da queda tendencial da taxa de lucro atua como contradição do desenvolvimento do capitalismo e não como mecanismo automático de sua derrocada. Na concepção marxiana, o surgimento do socialismo exige a ação política revolucionária dos operários” (GORENDER, 1996, p. 62). Atua como limite imanente, limite que o

5.2 Excesso de Capital e Excesso de População

O processo de acumulação do capital cria um exército industrial de reserva. Exército esse que não pode superar essa condição de dependência do capital de uma vez, em massa. Não podem suprimir essa relação de classe todos de uma vez, não sem suprimir a própria relação capitalista. E como o próprio desenvolvimento das forças produtivas vai se tornando cada vez mais um limite à própria valorização do capital, e à formação de novos capitais, ao capital acumulado, à pletora de capitais se alia uma população excedente, um excesso (relativo) de população. População que, enquanto enfrentar ao capital na condição de trabalhadores assalariados, continuará entrando no sistema como capital variável, permanecendo desse modo o trabalho excedente dessa população empregada o limite do sistema. Ao se atingir o estágio em que se tem excesso de capital com excesso de população, certo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, certo estágio do crescimento da composição orgânica do capital, a população trabalhadora vê-se diante da seguinte contingência: sua entrada no sistema está condicionada à valorização do capital, o que requer determinada proporção entre o trabalho excedente e o trabalho necessário. Ao se fazer uso de maior produtividade do trabalho para alcançar essa proporção diminui a necessidade do capital de empregar essa massa excedente de trabalhadores. Ou passa a atuar a tendência de, no lugar de um maior desenvolvimento das forças produtivas, de uma maior aplicação de capital constante em relação ao variável, utilizar-se mais intensivamente mão-de-obra (capital variável). Substituindo-se o avanço das forças produtivas pela necessidade do avanço do “emprego”,⁸³ da criação de mais postos de trabalho, para resolver o mal do desemprego e da

próprio capital não supera de todo, real e efetivamente, apenas com meios que põe estes mesmos limites mais adiante.

⁸³ Seja: nos trabalhos domésticos, serviços diretos, funcionalismo público, etc. “DAVOS – John Sweeney é mais ou menos o que Luiz Inácio Lula da Silva seria se fosse norte-americano: um líder sindical combativo, que não

miséria que o acompanha. De acicate ao desenvolvimento das forças produtivas o processo de produção material na sua forma capitalista torna-se um obstáculo ao mesmo. Isso poderia levar também a se querer então que as forças produtivas recuem, querer a destruição das forças produtivas e do capital existente (pois que é na forma de capital que as mesmas se encontram⁸⁴), para que se possa achar novos caminhos para o lucro, novas fontes de lucro. No lugar de se procurar novas formas de se produzir a vida em sociedade, novas formas de se organizar a produção então dessa vida em sociedade, como seres sociais (AUED, 1999 e 2001).

O processo de avanço histórico normalmente se dá pela incorporação das forças produtivas existentes transformando-se as condições sociais (as relações sociais) e as assentando em nova configuração social. Foi o que fez, diz Marx, a burguesia na sua luta contra o feudalismo. “Quando a burguesia se impôs, não se colocou a questão do lado bom e do lado mau da feudalidade. Ela incorporou as forças produtivas que desenvolvera sob a feudalidade” (MARX, 1989, p. 116). Caberia assim ao proletariado incorporar as forças

economiza palavras para defender a ‘classe trabalhadora’, como diria Lula, ou ‘the working people’, como prefere Sweeney. Mas é também parte da paisagem do establishment norte-americano e, por extensão, do capitalismo como presidente da AFL-CIO, o conglomerado de centrais sindicais. À beira dos 70 anos, Sweeney não perde a forma, como demonstrou ontem, em debate sobre a economia norte-americana no Fórum de Davos. Depois de quatro oradores terem despejado uma catarata de otimismo (justificado) sobre o crescimento da economia dos Estados Unidos, Sweeney fez a sua lista. ‘O governo Bush tem a pior performance em matéria de empregos de qualquer presidente desde a Grande Depressão’ (1929/30). Quinze milhões de trabalhadores perderam o emprego; não passou um mês, dos últimos 43, em que a indústria deixasse de demitir; ‘os salários estão estagnados’; o sistema de saúde ‘está quebrado’; as anuidades universitárias ‘dispararam’; nas escolas públicas, ‘professores são despedidos’; os ‘únicos empregos decentes’ que estão sendo criados aparecem no setor público, e por aí foi. Fechou com a avaliação de que o que considera a ‘grande riqueza’ dos EUA, sua portentosa classe média, está sendo aniquilada. Sweeney terminou de falar e fez-se um denso silêncio no auditório, majoritariamente ocupado por homens de negócio. Sweeney diz também que a recuperação econômica dos Estados Unidos está se dando sem recuperação igualmente do emprego, ‘de uma forma como nunca se viu antes’. É sustentável uma recuperação com essas características? Os outros debatedores acham que sim, porque emprego e salário entram pouco, hoje, nos cálculos de economistas e de quem decide políticas. Até que fale um Sweeney. Pena que Lula não seja mais um Sweeney” (ROSSI, 2004, grifo do autor). Sair em busca de empregos vai se tornando algo (tanto no aspecto individual quanto no de políticas públicas) como o movimento de um cachorro que sai em busca do próprio rabo.

⁸⁴ É propor então a repetição desse processo de desenvolvimento. A repetição da história, ou o eterno retorno. Uma destruição, de capitais, “criadora” (neste caso, da farsa). Cabe a pergunta: não seria melhor pensar sobre formas de superar as contradições da relação existente entre os agentes da produção nessa forma capitalista, que fazem com que o avanço das forças produtivas redunde em desemprego e não em criação de tempo disponível (para o gozo humano)? “Em seu desejo de conciliar as contradições, não ocorre ao sr. Proudhon nem mesmo perguntar se não deverá ser derrocada a própria base destas contradições” (MARX, 1987, p. 24).

produtivas que desenvolvera sob o modo de produção capitalista e dar-lhe nova configuração social, para tanto haveria de suprimir a relação de produção a ele imposta, em que os meios de produção são utilizados como capital, como meio de lhes extrair trabalho excedente para valorização dos valores existentes (que são propriedade privada alheia).

Com o que se poderia superar os limites do sistema impostos na sua forma capitalista (produção de lucro mediante exploração dos trabalhadores), superando assim as leis e tendências do capital, pondo no lugar novas leis, novas tendências da produção.⁸⁵ Aí é que, por exemplo, o avanço subsequente das forças produtivas em vez de atuar como lei à queda da taxa de lucro, de atuar como formador de superpopulação relativa ao lado de plethora de capital, pode passar a atuar no sentido de criação de tempo disponível para *toda* (e não só para parte dela, sob o capital a população empregada não tem garantia a priori de que esse avanço redunde em tempo disponível) a sociedade. É *um* meio de se superar as contradições, pode é claro não ser o único. Cabe bem uma discussão.

A própria destruição do capital e das forças produtivas existentes é meio imanente de o capital deter a queda da taxa de lucro e acelerar a formação de capital novo. Mas essa destruição envolve perturbações no processo global da reprodução do capital, envolve expropriações de uns capitalistas por outros, envolve a destruição de capitais e paradas no processo, com crises mais ou menos intensas.⁸⁶ A formação do exército industrial de reserva

⁸⁵ Daí não ser considerado o comunismo/socialismo por Marx e Engels a configuração última da produção social. “Mas, para todos que tomaram parte na discussão, a ‘sociedade socialista’ aparece não como algo em contínuo progresso e mudança, mas sim como uma coisa estável e fixada para sempre e que deve, em consequência, ter um método de distribuição fixado para sempre. Entretanto, tudo o que pode ser razoavelmente feito é: 1) tratar de descobrir o método de distribuição a ser empregado desde o começo e 2) tratar de encontrar a *tendência geral* do desenvolvimento posterior. Mas sobre isso não encontro uma única palavra em todo o debate” (ENGELS, 1987, p. 36, grifo do autor).

⁸⁶ Envolve enfim circunstâncias que não facilitam em nada a sobrevivência daqueles que se encontram nas camadas mais baixas da estrutura social. Nesse sentido, reforça-se a idéia da necessidade da ação política, ou ainda, de uma ação consciente por parte dos mesmos em direção à apropriação, por e para eles, das condições materiais de produção de suas próprias vidas. “*O Capital*, de Marx, surge do desejo de investigar a estrutura interna e as leis de movimento do modo de produção capitalista, assim como de oferecer provas da possibilidade e da necessidade da ‘grande mudança’ destinada a pôr fim à ‘auto-alienação’ humana. Só assim os homens se converteriam em ‘verdadeiros e conscientes senhores da natureza e de sua própria organização social’ (Engels). [...] A investigação materialista dialética do modo de produção capitalista conduz à confrontação entre este modo de produção e as formações pré-capitalistas, de um lado, e entre ele e o ordenamento social socialista, de outro”

está ligada ao desenvolvimento da própria grande indústria e com a necessidade de dispor desse exército que a acumulação de capital requeria, já que a grande indústria é fruto do desenvolvimento (histórico) da produção capitalista. Isto é, apareceu ao mundo nesta forma e nesse modo de produção, e não em qualquer outro.

De início esse exército vai sendo absorvido pela acumulação subsequente de capital, pelos novos capitais que vão se formando e mesmo nos (assim chamados) meios não puramente capitalistas. Esses meios, por mais ossificados que se encontrem, em si e para si, não impõem a dinâmica do processo. Esta dinâmica é imposta pela produção capitalista, que cria um modo de produção específico, cria as relações de produção, cria enfim as condições necessárias para sua própria reprodução. Cria a si mesmo como realidade concreta, existente e determinada e impõe muito mais às demais realidades sua própria dinâmica do que estas impõem à produção capitalista.

Há que, portanto, se analisar no processo de reprodução como e em que circunstâncias esses setores não puramente capitalistas se mantêm e qual a tendência dos mesmos na sua relação com o *capital*. Desde já, a hipótese é que estes setores vivem muito mais do privilégio do pequeno número (profissionais liberais, pequenos comerciantes, serviços públicos, etc., enfim a assim chamada classe média) e muito pouco sai daí no que se refere ao *projeto do homem* (no sentido hegeliano e marxiano do termo, ou qualquer outro). Mesmo participando do processo de acumulação de capital, mesmo amortecendo as contradições da produção capitalista, não só não a criam como não trazem em si o germe de sua superação, pois em si e para si, sua existência imediata é também em grande medida pura aparência, ou no máximo está mais diretamente ligada a outros modos de produção que, decerto, são também transitórios tal qual o modo de produção capitalista. Essas “terceiras pessoas” não são essenciais para a acumulação de capital (e sim o exército industrial, capaz

(ROSDOLSKY, 2001, p. 346, grifo do autor). Aí se tem a necessidade de se desenvolver o conceito do capital plenamente.

de pôr em movimento a grande indústria – na forma de capital, meios de produção postos como capital, para produção de lucro), podem parecer, mas não são. Se os valores de que se apropriam fossem apropriados pelos trabalhadores representaria muito mais um avanço histórico – por exemplo, maior possibilidade de produção e demanda efetiva em massa, maior possibilidade de crescimento dos fundos de pensão, abrem assim muito mais caminho para o crescimento desenfreado da “produção em geral”.⁸⁷

A análise da formação desse exército, que é fruto do desenvolvimento histórico (desenvolvimento da produção capitalista), juntamente com a análise da produção de mais-valia, de capital, mostra exatamente em que sentido o desenvolvimento da produção capitalista se dá a expensas da maioria.⁸⁸ A continuação desse mesmo processo de

⁸⁷ Sua não-essencialidade deduz-se do fato de que estas classes, em si e por si, não criam nada, não transformam, não trabalham e não lutam (a não ser para manter o seu privilégio resultante do pequeno número – os advogados e suas ordens são exemplo clássico disso, e também da mediocridade e a estultícia própria a este modo de ser). “Mas, no estado de coisas reinante, a reposição dos capitais aplicados depende, em grande parte, da capacidade de consumo das classes não-produtivas, enquanto a capacidade de consumo dos trabalhadores está limitada pelas leis do salário e ainda pela circunstância de só serem empregados quando puderem ser com lucro pela classe capitalista. A razão última de todas as crises reais continua sendo sempre a pobreza e a limitação do consumo das massas em face do impulso da produção capitalista: o de desenvolver as forças produtivas como se tivessem apenas por limite o poder absoluto de consumo da sociedade” (MARX, 1991, p. 556). “Disso não se depreende que aceitemos a teoria específica proposta por Rosa para descrever a acumulação. Segundo ela, a acumulação do capital só pode ser explicada com a ajuda das assim chamadas ‘terceiras pessoas’, ou seja, o intercâmbio com o meio não capitalista. [...] Em outras palavras: também Rosa Luxemburgo entendeu mal o papel desempenhado, na obra de Marx, pelo modelo de uma sociedade puramente capitalista. Não compreendeu que se tratava apenas de um princípio heurístico, útil para ajudar a mostrar as tendências evolutivas do modo de produção capitalista, libertadas ‘de qualquer circunstância acessória perturbadora’. (Desse ponto de vista, as intermináveis discussões sobre a possibilidade histórica de existir ou não uma sociedade puramente capitalista são completamente irrelevantes.) O objetivo desse procedimento metodológico é claro. Se até mesmo sob as premissas mais severas – ou seja, no interior do modelo abstrato de uma sociedade puramente capitalista – é possível realizar a mais-valia e acumular capital (dentro de certos limites), então não há necessidade teórica de buscar fatores externos, como o comércio exterior, a existência de ‘terceiras pessoas’, a intervenção do Estado etc.” (ROSDOLSKY, 2001, p. 409, grifo do autor). “Portanto, ao considerar as condições essenciais da produção capitalista, pode-se supor (já que isso ocorre aproximadamente cada vez mais, que é o objetivo principal e que só nesse caso as forças produtivas do trabalho se desenvolvem até seu ápice) que todo o mundo das mercadorias, todas as esferas da produção material [...] estão submetidas (formal ou realmente) ao modo de produção capitalista. Com essa suposição, que expressa o limite, que portanto se aproxima cada vez mais da exatidão, todos os trabalhadores ocupados na solução são assalariados, e então os meios de produção os enfrentam em todas essas esferas como capital” (MARX, 1980 apud ROSDOLSKY, 2001, p. 598). Deste modo temos um caminho para estabelecer a ligação entre a razão última de todas as crises financeiras e a razão última das crises sociais, isto é, da pobreza e miséria das massas.

⁸⁸ “O grande mérito de E. G. Wakefield não é ter descoberto algo novo sobre as colônias, mas ter descoberto nas colônias a verdade sobre as condições capitalistas da metrópole” (MARX, 1996, v. II, p. 384). “Para esse fim ele demonstra que o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, cooperação, divisão do trabalho, aplicação da maquinaria em larga escala etc. são impossíveis sem a expropriação dos trabalhadores e a correspondente transformação de seus meios de produção em capital. No interesse da assim chamada riqueza nacional ele procura artifícios para produzir a pobreza do povo. Sua couraça apologetica se estilhaça aqui,

desenvolvimento da acumulação capitalista leva, com o aumento da composição orgânica dos capitais que a acompanha, à diminuição da taxa geral de lucro. O que dificulta cada vez mais a absorção desse excedente populacional pelos capitais existentes ou pela formação de novos. Destarte, essa superpopulação relativa vai adquirindo um caráter permanente, vai se ossificando nessa forma.

A formação de superpopulação relativa ao lado de pleora de capitais como resultado de sua acumulação acelerada, do desenvolvimento da produção capitalista, são fenômenos que se completam, formam assim pólos opostos de um mesmo processo. A Europa foi a primeira região a se dar este processo. Com o que ao final do século XIX exportava, além de mercadorias, capitais e população supérflua.

Se o capital é remetido para o exterior, tal acontece não por impossibilidade absoluta de aplicá-lo no país. É que pode ser empregado no exterior com taxa mais alta de lucro. Mas, esse capital, de maneira absoluta, é capital excedente para a população trabalhadora ocupada e para o país de origem em geral. Existe ao lado da superpopulação relativa, o que mostra que ambos coexistem e reciprocamente se condicionam (MARX, 1991, p. 294).

5.3 Desdobramentos das Contradições e dos Limites da Produção Capitalista

A produção capitalista gera impulsos no sentido de aumentar a população trabalhadora empregada, através de acúmulo de capital, ao mesmo tempo em que esse acúmulo se dá com meios que geram superpopulação relativa. A baixa da taxa de lucro ocorre junto com o aumento da massa de capitais existente, cuja depreciação permite deter aquela

pedaço por pedaço, como madeira podre” (MARX, 1996, v. II, p. 384). Isso sem falar na interessante idéia de Wakefield de que esta expropriação se dá como num contrato social em que a humanidade se dividiu, por resultado de entendimento e combinação voluntária, em proprietários de capital e proprietários de trabalho. “Numa palavra: a massa da humanidade expropriou a si mesma em honra da ‘acumulação do capital’.” (MARX, 1996, v. II, p. 385, grifo do autor)

baixa e acelerar a acumulação de valor-capital. Por exemplo, se o capital acrescido ($C + \Delta C$) produzir a mesma massa de mais-valia, portanto, de lucro que o capital C antes de aumentado de ΔC cairia a taxa geral de lucro e com isso haveria paralisações, capitais colocados na ociosidade e, no geral, depreciação de capitais existentes. A destruição dos valores-capital (e também de forças produtivas existentes, de parte da substância material dos capitais, isto é, de parte dos meios de produção já criados) permite que a massa de mais-valia criada se relacione agora com uma magnitude menor de valor-capital, elevando-se assim a taxa de lucro e permitindo-se a continuação do processo de produção e de acumulação do capital.

Com o retorno das suas condições normais, por assim dizer, os capitais que estavam na ociosidade podem voltar a produzir. Os capitais novos que porventura tenham substituído os antigos no período de destruição de capitais são capitais que tendem a apresentar composição orgânica mais elevada. De qualquer modo, a produção permanece sendo produção de lucro e o limite do sistema permanece sendo o trabalho excedente dos trabalhadores. Com o que permanece assentada a produção sobre as mesmas condições e sobre as mesmas barreiras que levaram à necessidade da destruição de capitais existentes para restabelecer a continuidade de seu processo de produção de mais-valia, lucro, capital. Onde se tem que os meios de que dispõe a produção capitalista para resolver suas contradições iminentes são meios que permitem sua superação apenas negativamente, isto é, sem superá-las de todo. Com meios que de novo se lhe opõem esses limites, essas barreiras, mais adiante.

Durante todo o percurso segue também o desenvolvimento das forças produtivas, desenvolvimento que inclusive se torna necessário a algumas empresas como meio de garantir sua sobrevivência. Segue assim reduzindo-se a parte variável do capital em relação à constante. Segue atuando, portanto, a tendência à queda da taxa de lucro. Desse modo, para o capital social, para a classe capitalista em seu conjunto, o limite de sua expansão se encontra no seu relacionamento com a massa de trabalho que esse capital pode comandar da população

trabalhadora por ele empregada. Massa que não depende do valor do capital e sim “da massa de matérias-primas e auxiliares, de maquinaria e de elementos do capital fixo e dos meios de subsistência que o compõem, qualquer que seja o valor desses componentes” (MARX, 1991, p. 286). Aí o limite posto, e pelo próprio capital (que subsumiu, formal e realmente, o trabalho ou o trabalhador), é o trabalho excedente do conjunto dos trabalhadores por ele empregado. O crescimento, a acumulação, a *reprodução* desses valores se dá pela relação com a população trabalhadora por ele empregada, pela massa de trabalho movida pelo capital, massa essa que se divide em trabalho necessário e excedente, sendo este a fonte e o limite (oculto⁸⁹) da produção capitalista, do próprio capital.

Como estes limites não são limites imanentes à produção em geral e sim às condições postas pelo capital, pela relação de produção capitalista, é que se pode afirmar que o limite do capital é o próprio capital mesmo. Não é um limite que se origina da natureza das

⁸⁹ “Demócrito, para quem o princípio não se tornou fenômeno e permanece sem realidade e sem existência, tem, pelo contrário, à sua frente, como mundo real e concreto, o *mundo da percepção sensível*. [...] Por esse motivo Demócrito é impelido à *observação empírica*. Não encontrando plena satisfação na filosofia precipitou-se nos braços do *conhecimento positivo*” (MARX, [19-?] *apud* OLIVEIRA, 1997, p. 34-35, grifo do autor). O mundo da percepção sensível nos mostra, noite e dia, como o capital produz juros, a terra produz renda e o trabalho produz salário. Todos de forma autônoma e independente. E isto é assim pelo simples fato que assim é, não é preciso filosofia ou nenhuma outra forma de conhecimento para nos explicar tal fato, pois ele é resultado de causas e efeitos. Parte-se sempre do trabalho assalariado, não se o explica, parte-se das categorias sem explicar suas origens – sua essência recôndita. Desta forma, diz Oliveira, Marx acaba por concluir que a constante inquietude de Demócrito deriva da insuficiência própria de sua teoria: “O saber que ele considera autêntico é vazio de conteúdo; o que lhe oferece um conteúdo carece de verdade” (MARX, [19-?] *apud* OLIVEIRA, 1997, p. 35). Com esse trabalho, segundo Oliveira, Marx sai com um auto-esclarecimento o qual o leva a buscar na apreensão da realidade um método ou forma de argumentação que lhe permite explicar uma realidade total à base de um único princípio teórico, evitando o imediatismo que acompanha o empirismo positivista; e também, no que diz respeito à liberdade, esse modo de argumentação permite a crítica de uma realidade, como a capitalista, que pretensamente marca o fim (“o melhor dos mundos possíveis”) dessa possibilidade humana de liberdade. “Dito de outro modo, o conceito que se auto-apresenta enquanto fundamento das sociedades modernas só consegue constituir-se e reproduzir-se plenamente na medida em que nega o princípio do qual quer ser o guardião – a liberdade” (OLIVEIRA, 1997, p. 49). Da autonomia do capital decorre a não-liberdade do trabalhador. Também, sobre os resultados a que há chegado Marx em sua Dissertação sobre as diferenças entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro, diz Flickinger: “Além destes resultados, anunciava-se o papel desempenhado pelo conceito do aparecer ou aparência, conceitos estes que visam a relação entre a percepção da realidade e a substância por trás desta. O aparecer tornava-se, mesmo então, conceito mediador importantíssimo para a explicação teórica da realidade sócio-econômica” (FLICKINGER, 1986, p. 28). Para explicitação, por exemplo, d’ *As Ilusões Oriundas da Concorrência* (MARX, 1991, p. 977-1003). Sob o prisma capitalista, um camponês independente emprega a si mesmo, recolhe o lucro de seu capital e a renda da sua terra (Robinsonada). A faculdade que tem de apoderar-se de seu próprio trabalho excedente “ele a deve não a seu trabalho, mas à propriedade dos meios de produção (que então assumem a forma geral de capital)” (MARX, 1991, p. 1002). Robustece-se com isso “a ilusão de que as relações capitalistas são as relações naturais de todo o modo de produção” (MARX, 1991, p. 1003).

máquinas ou dos meios de produção em geral. Não é um limite tampouco próprio da natureza do trabalho humano e sim um limite próprio da natureza do capital e específico a esse modo de produção. Que faz com que a produção estagne no ponto exigido pela criação e realização da mais-valia, do lucro e não pela exigência de satisfação das necessidades sociais. Esta sua natureza que lhe é própria e específica, e que requer determinadas condições históricas, que impinge aos meios de produção um caráter capitalista e subsume a força de trabalho, que faz do processo de trabalho um processo de valorização do capital.

Os limites são também históricos, ligados a determinadas condições históricas, a determinado estágio de avanço das forças produtivas. São limites imanentes ao caráter capitalista do processo de trabalho e só a ele. Não são de modo algum limites às *condições gerais* da produção, isto é, limites eternos da produção em geral. E, por estarem ligados a determinadas condições sociais, históricas, os limites da produção capitalista, do capital, mostram que a própria produção capitalista, o próprio capital, é forma histórica e transitória da produção material e deste modo sua relação de produção correspondente.

Por exemplo, se o conjunto dos meios de produção em vez de enfrentar à população trabalhadora na forma de capital passar a não mais enfrentá-los e sim a servi-los, a serem postos como meios “de acelerar continuamente o desenvolvimento do processo vital para a *sociedade* dos produtores” (MARX, 1991, p. 287), o limite existente até então, sólido que era, desmancha-se no ar, pode ser real e efetivamente abolido, superado. Superado, nesse sentido, positivamente pois que as condições (essenciais) da existência desses limites foram abolidas juntamente com a transformação dos meios de produção de capital em meios sociais de produção da própria vida desses indivíduos (seres sociais). Superado com relação à sua forma (capitalista); conservado quanto ao conteúdo – humano, enquanto base material e real da história dos indivíduos. Superado de modo que o avanço ainda maior das forças produtivas, que vai eliminando a necessidade do trabalhador e do trabalho, de tendência à

queda da taxa de lucro, de tendência à criação de superpopulação relativa possa levar à tendência à criação de tempo disponível para *toda* a sociedade. Superam-se as contradições capitalistas que se tornaram uma base miserável frente ao progresso da produtividade social do trabalho, que se tornaram de acicate em barreira ao avanço das mesmas.

O capital deve seguir produzindo sobre uma base material existente, ele faz do avanço das condições materiais meio de crescer o valor-capital o máximo possível. Ao fazê-lo, ele expande as forças produtivas de maneira absoluta, ao mesmo tempo em que procura manter as forças produtivas assim criadas em estreita base, como meio de manter o valor-capital existente e de expandi-lo ao máximo. Isso leva a que se tenha periodicamente necessidade de se restabelecer a proporção adequada entre o valor existente, a mais-valia criada e as condições globais da produção através da destruição de capital existente e do desenvolvimento das condições materiais às custas das já existentes. Assim sendo, da mesma forma que a análise do capital nos mostra como ele pode acumular, isto é, produzir capital a partir de si mesmo, a partir dos elementos que o compõem (capital constante e capital variável), independente de sua relação com meios não-capitalistas, a análise mostra que os limites também surgem daí, de seus elementos, de si mesmo e não de algo exterior à esfera global da produção capitalista.

Patenteia-se aí no plano puramente econômico, isto é, sob o prisma burguês, dentro das barreiras da compreensão capitalista, do ponto de vista da própria produção capitalista, a limitação, a relatividade deste modo de produção, seu caráter histórico, vinculado à determinada época de desenvolvimento limitado das condições materiais de produção (MARX, 1991, p. 297-298).⁹⁰

⁹⁰ “O idealismo de Hegel que Marx ataca passa a compreendê-lo não mais como (simples) falhas da teoria, senão da própria realidade, da qual a teoria é uma forma adequada de representação” (OLIVEIRA, 1997, p. 69). “O trabalho, do que aqui se trata prioritariamente, é a crítica das categorias econômicas ou, if you like, o sistema da economia burguesa criticamente exposto. É simultaneamente a exposição do sistema e através da exposição a própria crítica” (MARX [19-?] *apud* OLIVEIRA, 1997, p. 69) “Ora, a compreensão deficiente sobre o ponto capital da dialética hegeliana – a negação da negação – fazia com que Feuerbach não conseguisse, de fato, ultrapassar o idealismo, senão apenas substituí-lo por um materialismo bruto. [...] Assim, a revalorização de Hegel oferecia a Marx a possibilidade de servir-se da negação da negação exatamente enquanto *movimento* negador, capaz de garantir a adequada compreensão dos processos sociais e materiais. [...] Na verdade, o que Marx condena na posição feuerbachiana é o fato deste não ter conseguido desenvolver o processo genético de constituição do real, ao invés de estabelecê-lo como pressuposição afirmativa” (OLIVEIRA, 1997, 76-77, grifo do autor). Em Hegel tem-se somente a expressão abstrata, lógica, especulativa do processo histórico. Haveria

Os limites intransponíveis do capital colidem com os métodos de produção que o mesmo necessita empregar para atingir seu objetivo de auto-expansão. Da mesma forma como esses meios – que implicam o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais –, de que se utiliza o capital para fazer do lucro, da valorização do capital existente, móvel e fim da produção, conflitam com esse objetivo limitado da produção. Estes limites fazem da produção capitalista um modo histórico, transitório da produção material e que está assim vinculado a determinado estágio de desenvolvimento das condições materiais de produção. E faz do capital a barreira efetiva dele mesmo. O capital é, enquanto produto de si mesmo, seu próprio pressuposto e seu próprio limite – para ele intransponível, na medida em que permanece sendo o que ele, o capital, é.

A barreira efetiva da produção capitalista é o próprio capital: o capital e sua auto-expansão se patenteiam ponto de partida e meta, móvel e fim da produção; a produção existe para o capital, ao invés de os meios de produção serem apenas meios de acelerar continuamente o desenvolvimento do processo vital para a sociedade dos produtores (MARX, 1991, p. 287, grifo do autor).

Compreende-se que embora o capital crie as bases materiais para outro modo de produção (e nisso consista sua tarefa histórica) ele não cria, em si e por si, outra relação de produção que não a que lhe corresponde, isto é, algo além da relação entre o capital (a classe

que se utilizar dessa construção mas partindo do homem enquanto sujeito pressuposto, partindo-se da história real e de suas bases reais (materiais). Para a análise do capital, Marx parte de um fato econômico contemporâneo: dinheiro na mão do capitalista é aplicado para retornar como mais dinheiro, valores adiantados como valores que se valorizam, fato que se repete ainda hoje. “Deste modo, torna-se evidente que o fracasso de Proudhon constitui-se no impulso de Marx. A possibilidade de uma apresentação do sistema econômico que contivesse em si mesma o germe da crítica só poderia obter sucesso no caso de serem reveladas contradições internas, inerentes à própria constituição e reprodução do capital que, somente neste caso, apresentar-se-ia como incapaz de realizar a síntese social pretendida; ou, dito de outro modo, só seria capaz de tal síntese se, e somente se, pagasse o preço de constituir e reproduzir também aquelas contradições” (OLIVEIRA, 1997, p. 115). “Agora, a partir da experiência com a crítica a Proudhon, Marx passaria a jogar apenas com e rede categorial imanente ao próprio objeto de estudo” (OLIVEIRA, 1997, p. 117). De Hegel, Marx tira também a importância de compreender a realidade enquanto “totalidade” – “Só o todo possui realidade concreta. A filosofia, ao estudar a realidade concreta, estuda portanto a totalidade” (KOJÈVE, 2002, p. 36) –, e daí passar a reconstrução do processo do capital enquanto produto de si mesmo. “A análise comparativa das filosofias da natureza de Demócrito e Epicuro tratava, na verdade, de experimentar a possibilidade de explicação de uma totalidade à base de um só princípio. As condições necessárias para que um tal princípio possa cumprir este papel são de que seja auto-explicado em si mesmo e que tenha a capacidade, inerente à sua rede de determinações, de abranger toda a realidade. Ora, o que Marx faz agora é tomar a sério a pretensão das sociedades capitalistas modernas que atribuem ao capital a tarefa de ser este princípio auto-fundante e onímodo” (OLIVEIRA, 1997, p. 119).

capitalista) e o trabalho (a classe trabalhadora). Se juntarmos, livremente e sem o mais, capitalista de um lado e trabalhador de outro desta relação não sai algo além de salário e lucro (juros, dividendos etc.). Não sai daí outra relação de produção que não a capitalista, permanece-se preso à lógica imanente a esta relação social.⁹¹ Isso leva à contradição entre sua tarefa histórica como meio de desenvolver as forças produtivas e as relações sociais de produção que lhe correspondem.

Para Marx, esta contradição entre o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção está presente desde que há na história da humanidade dominadores e dominados. E, para ele, a humanidade não costuma abrir mão das condições materiais adquiridas e sim das relações de produção em que até então se moviam os indivíduos (período de revolução social), quando estas se tornam de acicate em barreira ao desenvolvimento posterior das condições materiais (MARX, 1978b, p. 129-130). *Talvez* estejamos em uma situação que nos leva, senão ao fim da história e o último homem de Fukuyama (1992), ao fim da pré-história. Isto é, ao fim das épocas das revoluções sociais (que punham fim ao antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos) e que portanto esta formação social (burguesa-capitalista) não seja capaz de encerrar “a pré-história da sociedade humana” (MARX, 1978b, p. 130). Até porque, com o desenvolvimento das forças produtivas, os meios de destruição também atingem estágios de desenvolvimento que fazem com que estas revoluções (talvez) não possam ser levadas a cabo sem se correr o risco *real* de se eliminar toda a humanidade; isso sem falar nas decepções causadas pela experiência do dito “socialismo real” (tanto quanto às insuficiências materiais quanto à liberdade humana). E o fato, então, de o proletariado não estar atualmente organizado e rumo a imposição de sua ditadura represente, senão a possibilidade da negação do mundo dado em

⁹¹ “Se o resultado da produção capitalista são os próprios pressupostos do capital, então a classe proletária e a classe capitalista nascem em todos os momentos e em todos os lugares onde se produz a mais-valia” (AUED, 2001, p. 13). “A partir do momento em que a sociedade burguesa alcance seu grau de maturidade, estas condições nascem e se reproduzem como ato econômico inconsciente e impessoal em todo e qualquer lugar e em qualquer tempo” (AUED, 2001, p. 12).

seu conjunto, um sentido de sobrevivência. Pois não há história – humana – se os dois lados se aniquilam. Por outro lado, o mundo dado em seu conjunto – o sistema capitalista – pode levar também ao mesmo resultado. *Quo vadis?*⁹²

Não adianta portanto ao homem da luta matar o adversário. Ele tem de suprimi-lo dialeticamente. Ou seja, deve poupar-lhe a vida e a consciência, e só destruir-lhe a autonomia. Só deve suprimi-lo como seu oponente, como quem age contra ele. Em outros termos, deve subjugá-lo (KOJÈVE, 2002, p. 20).

Haveria que se subjugar à autonomia do capital, pelo menos no sentido em que a mesma age contra a população em geral e contra o próprio desenvolvimento das forças produtivas e mesmo do ser humano. Bem, com isso, estamos de volta ao início de toda a discussão, já que subjugá-lo implica, pelo menos em alguma medida, *luta*.

Os limites da produção capitalista não são limites absolutos, só são absolutos para o capital e suas condições específicas nas quais se move e tem que se mover. São limites relativos a esse modo de produção. Por isso não são limites que decorrem da incapacidade de se produzir novos valores de uso, da falta de matéria-prima ou de tecnologia etc. Nem tampouco na existência numérica da classe trabalhadora. Se os trabalhadores dos cinco setores do exemplo anterior (tabela 3) se juntassem, como proprietários coletivos, para decidir de comum acordo a produção poderiam, eles sim, produzir para satisfazer suas necessidades, algo que Marx recorrentemente nega ao capital e ao capitalista sob pena de mascarar completamente o caráter específico deste modo de produção.⁹³ Para o capitalista, enquanto

⁹² “Como tudo o que nasce, a história afirma-se e depois *autodestrói-se*. Porque não há, segundo Nietzsche, desaparecimento do que quer que seja por processo racional, por enfraquecimento, mas por autodestruição. A morte sempre trágica, dum trágico repetido, emparceira com a violência. Assistimos à autodestruição da história, simultaneamente como realidade e como racionalidade, como encadeamento e como ‘disciplina’. [...] Deste absurdo emergirá, enfim, o Sentido. O que as *Intempestivas* mostram, bem como as obras que se seguem, é a autodestruição simultânea da filosofia, da moral, da história. Juntamente com as do ‘humano’, da justiça, da lei. E as da Verdade e da cultura. [...] Nietzsche verifica o óbito da história, por suicídio (autodestruição). Esta verificação liberta [...] Já não temos que nos sentir solidários com um passado, responsáveis por um destino [...]. Já não temos que nos considerar ‘homens históricos’ nem que tomar a sério os que disfarçados brincam no teatro do mundo: dominantes e dominados” (LEFEBVRE, 1971, p. 118-120, grifo do autor).

⁹³ “Nunca deve portanto ser apresentada [a produção capitalista] como algo diverso do que é, digamos, como produção que tem por objetivo imediato o gozo do capitalista ou produzir para ele meios de fruição. Isto seria

agente do capital, a produção é produção de lucro. E para estes trabalhadores tratar os meios de produção, que cada conjunto de trabalhadores de cada setor tem em mãos, como capital e em concorrência uns com os outros pode vir a representar mais a guarda apenas das condições anárquicas da produção capitalista, abolindo-se as possibilidades do próprio lucro e da reprodução ampliada com base neste lucro. Dessa concorrência, no lugar de incentivo à expansão da produção e à exploração do trabalhador que o lucro embute no capitalista ter-se-ia o contrário, a tendência aí seria mais de restringir a produção. O incentivo e a *necessidade* agora seriam de se procurar organizar a produção de forma mais coletiva e consciente, fazendo brotar daí um limite ligado exatamente a esta capacidade de organização (e não mais ligado ao lucro e o trabalho excedente extorquido e realizado com a venda).

A queda da taxa de lucro, ligada a acumulação, leva a luta da concorrência entre capitais. Como o capital tem de regular a produção pela escala, isto é, precisa realizar uma massa de mercadorias para valorizar o total de capital adiantado cria-se recorrentemente discrepância entre essa necessidade de realização de uma grande massa de mercadorias e as bases estreitas em que se coloca o consumo da grande massa da população. Assim é que a queda da taxa de lucro leva à superprodução de capital; que representa claramente os antagonismos da produção capitalista pois aparece aí o paradoxo de se ter excesso de capacidade instalada em meio a uma população trabalhadora carente dos meios básicos de subsistência. População essa a qual não se produz meios de produção em excesso, pelo contrário, antes de tudo essa população é que foi posta na condição de superpopulação relativa ou de invalidez prática o que leva a mesma a condições miseráveis de trabalho e de produção. Não se permitindo que *a mesma* se coloque em condições de produção mais produtivas, capazes de reduzir o tempo absoluto de produção ou de trabalho pelo emprego de capital

omitir o caráter específico que se infunde no âmago de sua estrutura interna” (MARX, 1991, p. 280, colchetes e inserção nossos).

constante. O processo ocorre assim à sua revelia, absolutamente fora do controle individual de cada membro de tal população.

A superprodução de capital também, juntamente com a superpopulação relativa, vai adquirindo um caráter crônico, permanente. Aparece no excesso de capacidade instalada bem como no processo crescente de financeirização da riqueza (BARROSO, 2002). E ainda nos acordos comerciais em que todo mundo quer vender e poucos comprar, o que é claro dificulta enormemente o andamento de tais acordos. A exemplo dos acordos envolvendo o Gatt e agora a OMC, ALCA, etc.

Conforme já observei, houve alteração no ciclo, depois da última grande crise geral. A forma aguda do processo periódico com seu ciclo decenal parece ter cedido à intermitência – mais crônica, mais extensa, repartindo-se pelos diversos países, em tempos diferentes – de melhoria dos negócios relativamente curta e débil e de depressão relativamente longa onde não se entrevê uma decisão. Mas talvez o ciclo tenha somente se alongado. [...] estaríamos no período preparatório de novo craque mundial, de violência inédita? Os indícios são fortes. [...] na realidade foi a expansão colossal dos meios de transporte e comunicações ... que estruturou o mercado mundial. Vários países industriais surgiram ao lado da Inglaterra, [...] abriram-se mais vastos e mais diversificados territórios à aplicação do capital europeu excedente [...]. Todos esses fatores suprimiram ou enfraqueceram bastante, na maior parte, os antigos focos e as conjunturas responsáveis pelas crises. [...] Mas as muralhas de proteção aduaneira são apenas armaduras para a última batalha internacional da indústria que decidirá do domínio do mercado mundial. Assim, todo o fator que se opõe à repetição das velhas crises traz consigo o germe da crise futura muito mais violenta. – F. E. (ENGELS in: MARX, 1991, p. 562)

É praticamente desnecessário chamar atenção para as semelhanças desta passagem com o período histórico recente – *Globalização*. Mas se o sistema não se destruiu por si só após Engels escrever estas linhas, como bem atesta a atualidade e a, em grande medida, repetição do processo em seus aspectos gerais e fundamentais (com a diferença que a aplicação de capital é de transnacionais, lideradas pelas corporações norte-americanas), tampouco se pode atestar com segurança quais serão os efeitos de um avanço significativo no que tange à eliminação das atuais barreiras aduaneiras e avanço na integração econômica entre países e blocos econômicos, e da crescente liberdade de movimento tanto dos capitais

produtivos quanto dos especulativos. De qualquer modo, a compreensão do que seja capital e, daí, dos seus limites, com base em Marx pode nos dar um caminho para a investigação e, assim, à compreensão da ligação entre as crises financeiras atuais (e à pletora financeira, portanto, de capital, e é capital na medida em que é direito à riqueza) e a razão última das mesmas. Isto é, que estas venham a ter por base real “a pobreza e a limitação do consumo das massas em face do impulso da produção capitalista: o de desenvolver as forças produtivas como se tivessem apenas por limite o poder absoluto de consumo da sociedade” (MARX, 1991, p. 556). Portanto, que as mesmas tenham por base a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção correspondentes – capitalistas.

A forma de desenvolvimento das forças produtivas sociais na produção capitalista aparece como um processo exterior aos indivíduos. Mas, na essência, o processo pode ser descrito como o seguinte: uma forma histórica da materialização do trabalho individual e coletivo dos indivíduos, isto é, a objetivação de uma essência humana, do trabalho social, materialização da força conjunta dos indivíduos (em um sistema de máquinas, por exemplo). Que implica a relação dos indivíduos entre si no decurso desse processo. Nessa relação, pode-se identificar dois pólos, num dos quais concentra-se essa atividade de objetivação, de materialização da capacidade humana, de sua potencialidade num complexo meio material de produção. É a realização real e efetiva (*práxis*) de uma potencialidade existente no ser humano, especialmente enquanto ser social. Daí também, crê-se, a observação de Marx a Hegel quanto a este ver apenas o caráter positivo do trabalho, isto é, não se observar o caráter negativo do mesmo.⁹⁴ Pois isso aparece na forma de capital, isto é, a relação entre os

⁹⁴ “A grandeza da *Fenomenologia* hegeliana e de seu resultado final – a dialética da negatividade na qualidade de princípio motor e gerador – consiste, de uma parte, em que Hegel compreenda a autogeração do homem como processo, a objetivação como desobjetivação, alienação e superação dessa alienação; em que compreenda então a essência do *trabalho* e conceba o homem objetivado, verdadeiro, pois esse é homem efetivo como resultado de seu próprio *trabalho*” (MARX, 1978a, p. 37, grifo do autor). Como ser genérico, ser humano, seu comportamento ativo e efetivo implica a exteriorização de suas forças genéricas, o que só é possível pela inter-

indivíduos é mediada por coisas, coisificam-se e aparecem como se fosse propriedade mesmo das coisas e não dos seres humanos enquanto seres sociais. E mais, ocorre em condições históricas que dão ao capital um poder místico, e uma autonomia que implica o cerceamento da autonomia do ser humano, portanto, da liberdade humana.⁹⁵ A materialização do trabalho em meios de produção (mais-valia em capital) é uma transformação real e efetiva da realidade dos indivíduos. É transformação e criação de base material e aí das relações de produção, isto é, relações “que os homens estabelecem no processo da vida social, na formação da vida social” (MARX, 1991, p. 1005). Desenvolvimento que guarda sua origem na *natureza humana*, que aguarda no entanto o retorno dessas forças produtivas assim criadas a esse

ação humana como resultado da história, que aparecem primeiro como objetos, “o que, por sua vez, só é de início possível na forma da alienação. [...] De momento anteciparemos apenas isto: Hegel se coloca no ponto de vista da economia política moderna. Concebe o *trabalho* como a essência do homem, que se afirma a si mesma; ele só vê o lado positivo do trabalho, não seu lado negativo. O trabalho é o *vir-a-ser para si do homem* no interior da *alienação* ou como homem *alienado*. O único trabalho que Hegel conhece e reconhece é o *abstrato, espiritual*. O que, em suma, constitui a *essência* da filosofia, a *alienação do homem que se conhece*, ou a *ciência alienada que se pensa*, isto toma Hegel como sua essência [...]. O que os outros filósofos fizeram – apreender momentos isolados da natureza humana e da vida humana como momentos da autoconsciência, e, na verdade, da autoconsciência abstrata – , isto *entende* Hegel como o *fazer* da filosofia. Por isso sua ciência é absoluta” (MARX, 1978a, p. 37-38, grifo do autor). Ao fazerem da propriedade privada (do capital) um sujeito, ativo, ao transferirem a essência do homem à propriedade privada, os economistas fazem dele, ao mesmo tempo, uma essência, como uma não-essência; reconhecem por princípio o trabalho (como fonte da riqueza, homem se fazendo homem, em si, embora não ainda para si), mas apenas de uma forma em que negue o próprio homem, transferindo sua essência para a propriedade privada. Do ponto de vista econômico, o ser humano aparece apenas como objetivação de trabalho, no ato dessa exteriorização; o cinismo dos economistas aumenta porque acompanha o desenvolvimento material (*indústria*), “vão estes sempre mais além que seus predecessores na alienação contra o homem, e isto *unicamente* porque sua ciência se desenvolve de forma mais verdadeira e conseqüente” (MARX, 1978a, p. 4, grifo do autor). *L'Horreur Economique* (Forrester, 1997). “Essa ‘outsider’ escreveu um livro de indignação sobre o desemprego e sobre o que chama de ‘caráter supérfluo’ para a economia adquirido por qualquer um de nós nos atuais tempos. Condena os economistas por sua complacência com o estado das artes” (CANUTO, 1997, grifo do autor. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo26.htm>> Acesso em: 30 maio 2004). Cony, na apresentação do livro de Forrester em sua versão portuguesa, cunha a expressão “novo holocausto” para se referir ao horror econômico: “Depois da exploração do homem pelo homem em nome do capital, o neoliberalismo e seu braço operacional, que é a globalização, criaram, mantêm e ampliam, em nome da sacralidade do mercado, a exclusão de grande parte do gênero humano. O próximo passo será a eliminação? Caminhamos para um holocausto universal, quando a economia modernizada terá repugnância em custear a sobrevivência de quatro quintos da população mundial? Depois de explorados e excluídos, bilhões de seres humanos, considerados supérfluos, devem ser exterminados? O raciocínio é bem mais do que uma hipótese. É um desdobramento lógico do horror econômico fabricado no laboratório dos economistas neste final de século” (CONY *apud* SILVA, 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/012/12pol.htm>> Acesso em: 30 maio 2004).

⁹⁵ “Desse modo, a produção capitalista ... produz, essencialmente, as condições de escravização do trabalhador. É este o contexto que permite a Marx determinar o trabalho capitalista como efetivação da necessidade, da não-liberdade”. Pois é uma necessidade imposta de fora, estranha, alheia – valorizar o capital e não a si mesmo, isto é, ao trabalhador, além do que produz sua dependência do capital, sua necessidade de trabalhar para o mesmo para viver. “Por oposição, a liberdade só pode ser o não-trabalho. [...] nas sociedades em que domina a produção capitalista, a liberdade só pode ser o não-trabalho” (OLIVEIRA, 1997, p. 174).

fundamento. Pois no início do processo⁹⁶ haveria que se ter em conta que ninguém de livre e espontânea vontade não só se expropriaria bem como trataria de passar a vida a trabalhar, a esgotar-se, em função disso. Quando as condições postas fazem da exteriorização do trabalho de um *conjunto*⁹⁷ de trabalhadores condição pura e simplesmente de sobrevivência, e continuamente, isto é, de uma forma que os mesmos sempre acabam nessa mesma posição (trabalhar para sobreviver), estavam criadas assim os meios (materiais) e as condições (histórico-sociais) para esse desenvolvimento. Agora, após esse desenvolvimento é que, em que a missão histórica do modo de produção capitalista vai sendo cumprida e se apresenta materializada nas forças produtivas sociais existentes, a classe trabalhadora⁹⁸ vai sendo posta numa condição de invalidez prática sem no entanto escapar à sua condição social: trabalhador

⁹⁶ Desde a acumulação primitiva de capital até o desenvolvimento da maquinaria e grande indústria e de um exército industrial capaz de movimentá-los e com lucro – com o que se mantinha o caráter dinâmico do processo, isto é, rumo por exemplo a um sistema automático, à automação, como a temos nos dias de hoje. Pode-se especular, com base nisso, sobre duas possibilidades: se a dinâmica permanece o desemprego tecnológico segue assombrando (espectro); se se extinguir essa dinâmica, o processo vai perdendo sentido, razão de ser, tornando-se *senil*. Afinal, qual seria então a utilidade dos capitalistas? Ficaria, assim, apenas o caráter de classe, de privilégios, como outrora os senhores feudais. Veja-se sobre a senilidade do capitalismo: Beinstein (2001). Onde o autor coloca em relevo a hipertrofia da esfera financeira e o caráter crônico, eternizado, da superprodução potencial, e que isso tende à mega-catástrofe final – pela exacerbação de décadas de parasitismo financeiro. Essa hipertrofia financeira outra coisa não é do que excesso de capital em uma economia globalizada em que se tem concomitantemente excesso de população, ambos pólos de um mesmo processo e de uma mesma realidade concreta. Em que, para esse excesso populacional o que se globalizou, ou melhor, se universalizou foi, conforme Aued (2001), a impossibilidade de se reproduzir sua existência sobre a forma burguesa.

⁹⁷ Este conjunto é capaz de criar uma força produtiva social, uma base assim social, coletiva. É o desenvolvimento da natureza humana social: ser social. Daí também ser o valor da mercadoria capitalista um valor social, isto é, fruto de um trabalho social. “A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista” (MARX, 1996, v. I, p. 439). “Portanto, a lei geral da valorização só se realiza completamente para o produtor individual tão logo ele produza como capitalista, empregue muitos trabalhadores, ao mesmo tempo, pondo assim em movimento, desde o início, trabalho social médio” (MARX, 1996, v. I, p. 441). Daí o salto qualitativo do modo de produção capitalista em relação à produção artesanal, manufatureira, de que emergiu e, em o fazendo, sepultou-a.

⁹⁸ A divisão de classes que parte do todo, da totalidade formada por um modo de produção e não de um indivíduo isolado. No modo de produção capitalista “[...] os assalariados, os capitalistas e os arrendatários de terras constituem as três grandes classes da sociedade moderna” (MARX, 1991, p. 1012). Da análise desse todo, tendo-o já como ponto de partida, depreende-se a formação (as condições e o processo histórico) dessas classes, a relação entre as mesmas, as transformações na base material sob a qual se mantém e se reproduz constantemente tal relação de classes e daí as leis de movimento e a tendência histórica desse modo de produção.

livre⁹⁹ (da subserviência direta e também dos meios de produção material de sua própria existência). Presos portanto na forma de trabalho personificado.¹⁰⁰

Trabalho, aqui, não rende salário por ser essa uma forma natural em que se apresenta o trabalho. Rende-o por ser antes capital, o pagamento de um capitalista pela compra de sua força de trabalho e isso implica que os meios de objetivação enfrentem os produtores diretos já com uma qualidade social específica: a de capital, e alheio, isto é, propriedade privada alheia. O que implica também já terem sido expropriados da terra os produtores diretos.¹⁰¹ Ao se viver do capital como capital variável ocupa-se determinada posição no processo social de produção (assalariado), diferente daqueles que vivem do lucro do mesmo (capitalistas). Como um e outro rendimento é repartição do trabalho objetivado (do valor, do produto) do conjunto dos trabalhadores assalariados trata-se, em última instância, de uma relação desse conjunto consigo mesmo.

É a relação entre o trabalho não-pago do conjunto dos trabalhadores e o trabalho materializado em geral ou, na forma capitalista, a relação entre o lucro e o valor do capital aplicado – a taxa de lucro – o *primus motor* da produção, fator determinante de sua expansão, e não “a relação entre a produção e as necessidades sociais, as necessidades de seres humanos socialmente desenvolvidos” (MARX, 1991, p. 296). Se a taxa de lucro é o que move a produção à frente então a produção avança até o ponto exigido pela produção e a realização

⁹⁹ “Por outro lado, o trabalhador só consegue viver se vender sua força de trabalho. Porém, como o capitalista não necessita mais dele, pois o substituiu por meios de produção, ele não tem mais como viver sob a lógica do capital” (AUED, 2001, p. 15). Tende a se generalizar ao lado da classe proletária, portanto, a pobreza e a miséria. “Passo a passo, o que assistimos é o próprio capital desintegrando os fundamentos de sua [da classe proletária] existência” (AUED, 2001, p. 15, colchetes e inserção nossa). Ao mesmo tempo em que fundamenta a produção com meios de produção em que a ciência é fator preponderante da produção da riqueza material, com o que vai se impondo a cooperação, a socialização do trabalho como fundamento da sociedade, impondo-se assim uma apropriação da riqueza assentada nesta base, portanto, uma apropriação social da riqueza. E como esta forma é uma antítese (negação) à forma capitalista (privada) de apropriação da riqueza, o capital produz “a sua própria negação e os fundamentos de uma nova sociedade. Dessa forma, metodologicamente, cada lugar no modo de produção capitalista é também tempo singular da produção da negação da própria sociedade burguesa” (AUED, 2001, p. 16).

¹⁰⁰ “Não é mister demonstrar de novo que a relação entre capital e trabalho assalariado determina de todo o caráter desse modo de produção, o capitalista e o assalariado, como tais, são meras encarnações, personificações do capital e do trabalho assalariado; caracteres sociais definidos que o processo social de produção imprime aos indivíduos; produtos dessas relações sociais definidas de produção” (MARX, 1991, p. 1007).

¹⁰¹ E “por conseguinte supõe determinada forma de propriedade fundiária” (MARX, 1991, p. 1006).

do lucro e não até o ponto em que se tenha a satisfação das necessidades sociais, afinal não é esse o princípio determinante da produção. Não sendo esse o princípio regulador da produção não há porque, sem o mais, esperar outro resultado que não o de se ter recorrentemente excesso de capacidade instalada, enfim, superprodução (de capital) de um lado e necessidades sociais insatisfeitas de outro, pletora de capitais de um lado juntamente com excesso de população de outro.

Sem lucro a produção capitalista perde o rumo, a direção, até mesmo o sentido.¹⁰²

E com isso a classe a ela subordinada vai perdendo a esperança de um prometido “futuro melhor”.¹⁰³ Vai se estreitando as possibilidades de ser incorporado nesse sistema produtivo (pois o lucro é determinante para formação de novos capitais e assim para absorção de força de trabalho excedente) e, mesmo para aqueles que o foram, de terem suas necessidades sociais atendidas. Portanto, sem lucro, as sociedades modernas vão perdendo a capacidade de melhoria real, efetiva e continuada da população trabalhadora e em geral; bem como a capacidade de seguir expandindo as forças produtivas. Aí a dita dicotomia (parcial) entre o capital produtivo e o capital financeiro/especulativo pode levar a se ter lucro (valorização dos

¹⁰² A não ser para aqueles que crêem que capital “brota” do céu ou simplesmente aparece com a mesma facilidade em que é capaz de surgir nos planos cartesianos da ciência econômica. “A taxa de lucro é a força propulsora da produção capitalista, e só se produz o que se pode e quando se pode produzir com lucro. [...] Que a mera possibilidade desse decréscimo tenha inquietado Ricardo demonstra justamente a profunda compreensão que tinha das condições da produção capitalista. A importância de Ricardo reside precisamente naquilo em que é criticado, isto é, que abstrai dos seres humanos, ao estudar a produção capitalista, considerando apenas o desenvolvimento das forças produtivas, qualquer que seja o custo em sacrifícios humanos e em valores-capital” (MARX, 1991, p. 297, grifo do autor). Desenvolvimento em que consiste exatamente sua tarefa histórica e legitimidade (sua relação com a natureza humana e sua história), e que cria base material para modo superior de produção, quer tenha ou não consciência disso. Só a crítica à obsessão pela eficiência apresentada pelos economistas, porta-vozes do capital que são, é insuficiente, é crítica da crítica crítica (moralizante).

¹⁰³ E em alguns lugares vai-se perdendo a esperança mesmo de qualquer futuro – *Cidades de Deus*. “Como há dificuldade de se reproduzir com lucro e salário, os homens têm adotado outras formas para se reproduzirem. [...] Dois são os caminhos que estão sendo percorridos pelos desprovidos do trabalho passado como propriedade privada, a prostituição e o banditismo, principalmente através do narcotráfico” (AUED, 2001, p. 19). Além do que os assalariados não podem voltar a ser o que eram, seja: pequenos camponeses, comerciantes, artesãos ou mesmo escravos, servos etc. Pois a terra, os meios de produção, as mercadorias, o dinheiro etc. têm dono, já se encontram na forma de propriedade (privada capitalista), para eles, alheia. “Se o trabalhador não consegue mais vender sua força de trabalho, ele estará aumentando o contingente dos desempregados, ou seja, do exército dos excluídos” (AUED, 2001, p. 19). *La dolce vitta* dos excluídos. E não voltam também porque a “produção material da vida não é mais um ato individual. [...] Atualmente, só é possível operar a vida socialmente e pela ciência; não mais individualmente e pelas mãos, o que caracteriza outra marca do nosso tempo” (AUED, 2001, p. 20).

ativos) e por conseguinte investimento (aplicação) nesse cassino global e não nas atividades ditas produtivas, com o que vai se esgotando a capacidade de ampliação das forças produtivas bem como de incorporação de novos indivíduos às mesmas.¹⁰⁴

Ficando a capacidade das classes dominantes de resguardar os benefícios que tal posição social lhe traz cada vez mais por uso da força (o poder e o dinheiro¹⁰⁵). O caráter de classe vai aflorando sempre mais na medida em que a produção capitalista atinge seus limites e que os mesmos se desdobram em contradições, nunca superadas de todo *pele capital*. Pois, na medida em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho gera uma lei, com a queda da taxa de lucro, que em determinado momento, atingido certo ponto se opõe, torna-se uma barreira a esse mesmo desenvolvimento da produtividade social do trabalho, ao desenvolvimento subsequente das forças produtivas gerais existentes, o meio imanente ao capital de superar essa barreira é por meio de crises, da destruição de capitais e da centralização dos mesmos.

O exército que antes era organizado e posto no processo de acumulação capitalista e de desenvolvimento da maquinaria e grande indústria por exemplo, é posto em condição de estreiteza quanto a seu futuro próximo, vai perdendo sua razão (capitalista) de ser. E o processo de reprodução, que é elástico por natureza, vai se enrijecendo, perdendo sua capacidade de expandir-se livremente e em progressão geométrica como anteriormente na medida em que esse processo é posto sobre a determinação do lucro cujas condições de produção e realização vão se escasseando. Ou bem é posto sob “um sistema puro e gigantesco

¹⁰⁴ A capacidade instalada e ociosa da indústria automobilística mundial, a forma da concorrência entre as empresas, a pressão dos sindicatos contra a automação e mesmo contra a transferência de unidades para países subdesenvolvidos e o vertiginoso crescimento das atividades financeiras dessas empresas é um bom exemplo de todo esse processo.

¹⁰⁵ “Enquanto isso, o grão-tucano FFHH se dá ao desfrute de enfeitar uma quermesse de deslumbrados reunida em Comandatuba, na qual ele e o doutor Antonio Palocci falaram sobre a economia nacional, enquanto as senhoras (dos deslumbrados) levaram roupinhas de onça para a festa noturna. O laboratório Pfizer presenteou os convidados com pastilhas de Viagra, e um dos times de vôlei aquático intitulava-se ‘Gostosos’. Entre um andar de cima que faz coisas desse tipo e um andar de baixo que sai atrás de João Pedro Stedile, é melhor pensar em se filiar ao MST” (GASPARI, 2004, grifo do autor. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0505200411.htm>> Acesso em: 14 mar. 2004).

de especulação e jogo” (MARX, 1991, p. 510). Cujos resultados levam “à centralização dos capitais e em consequência à expropriação na mais alta escala” (MARX, 1991, p. 510) e assim à expropriação dos capitalistas pelos próprios capitalistas: a negação da negação. Que aqui leva a um sistema de ações ainda preso às barreiras da produção capitalista (o trabalho excedente como fonte de autovalorização). É a abolição (*Aufhebung*), diz Marx, do modo de produção capitalista dentro desse modo de produção, é a supressão negativa desse modo de produção. “É a abolição do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista e, portanto, uma contradição que abole a si mesma e que *prima facie* se apresenta como simples ponto de passagem para nova forma de produção” (MARX, 1988, p. 316). A propriedade privada (aqui, dos capitalistas) é ao mesmo tempo abolida e preservada. “É produção privada, sem o controle da propriedade privada” (MARX, 1988, p. 316). A supressão positiva consiste em se abolir a propriedade privada (dos meios sociais de produção) dos capitalistas, suprimindo a autonomia do capital e deste modo suas contradições imanes; guardando a processo de produção social e transformando a propriedade individual em propriedade baseada diretamente na produtividade social do trabalho considerada patrimônio social e coletivo.

O crédito cumpre papel ambivalente, como diz Marx: de embuste e de profeta. Pois ele permite a continuidade do processo global da produção capitalista sem que o mesmo tenha que resolver suas contradições no mesmo momento em que estas surgem, permitindo também lhe romper o limite imanente. Mas o faz ao mesmo tempo em que a produção segue sendo capitalista, segue produzindo sob o antagonismo entre o capital e o trabalho. Rompe os limites surgidos daí, mas não suprime a contradição entre o caráter social de produção da riqueza e o caráter privado de sua apropriação e sim a desenvolve em nova configuração. Nem a liberta portanto das barreiras a que está presa a produção capitalista (produção e realização de lucro). Deste modo, crédito de capitais (fictício) pode trazer consigo essa

potencialidade (de crise), pode trazer consigo uma tensão e uma contradição que ainda aguarda um desdobramento, uma resolução real.¹⁰⁶

Quando essa tensão se desdobra em destruição de capitais suprimi-se realmente as barreiras postas naquele momento, mas só com meios que põem novas mais adiante, pois o processo permanece sendo capitalista. Essa resolução não é, nesse sentido, efetiva. Quando deixam de atuar os meios de produção como meio de extrair trabalho excedente dos produtores, isto é, como capital, passando a servi-los como meio de produção como seres sociais essa tensão é, segundo Marx, abolida real e efetivamente (positivamente), a partir de sua essência e substância real (histórica-humana); e para isso o crédito também cumpre papel fundamental.

O que se quer dizer é que o capital supera suas próprias contradições mas apenas negativamente, com meios que as colocam novamente mais a frente exatamente porque permanece sendo o que ele, o capital, é. E o processo de produção capitalista segue assim seu curso e com ele suas contradições imanentes seguem brotando. Com o sistema de crédito, essas contradições nascidas em diversos locais podem circular pelo sistema e nas mais variadas formas, especialmente na de capital financeiro (capital fictício), já que circula pelo e através do crédito. Assim este, crê-se, pode mais alavancar a produção e postergar as contradições e os limites daí surgidos do que eliminá-las, aboli-las, superá-las de todo e para sempre. Ele supera as contradições ou os limites existentes em dado momento ao mesmo

¹⁰⁶ “Apenas para ilustrar este último aspecto:”, sobre o crescimento deformado da economia americana no período 1992-2000, “bom, mas também não teria sido a bancarrota da Enron - e a cascata de falcatruas em oligopólios, que se pôs a nu, em seguida - que fomentou a ‘incerteza’ pró-recessão? Nada disso: em depoimento perante o United States Senate Committee on Governmental Affairs, (24/Janeiro/2002), Frank Partnoy, professor da Faculdade de Direito da Universidade de San Diego, explicou: ‘A Enron era, no seu núcleo, uma firma de comercialização de **derivativos**. Nada pode tornar isto mais claro que o projeto do extravagante novo edifício da Enron - ainda não terminado atualmente, mas ocupado na sua maior parte - onde os gabinetes dos executivos de topo no sétimo piso foram concebidos de forma a dar uma vista panorâmica à jóia da coroa do império Enron: uma cavernosa arena (pit) para a comercialização de derivativos localizada no sexto piso’ (in: *A nova face do capitalismo*, dos editores da *Monthly Review*, 6/2002)” (BARROSO, 2002, grifo do autor. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/diario/2002/1119/barroso_1119>. Acesso em: 15 maio 2004). A crise, diz Barroso, é uma “crise de civilização perpetrada pelo poder voraz do capital” (BARROSO, 2002). Mesma visão de Aued: “Em minha pesquisa ... é que a sociedade burguesa esgotou a sua possibilidade como processo civilizatório. [...] ela alcançou o tempo de sua própria degeneração” (AUED, 2001, p. 32).

tempo em que preserva suas origens. Ele acelera um processo existente.¹⁰⁷ O sistema de crédito em si e por si não pode dar um novo caráter à produção material, fazer com que a produção passe de sua forma capitalista para a socialista; ele proporciona os meios, o fim deve ser buscado pelos trabalhadores de forma cooperativa, conjunta e consciente. E a finalidade última da produção pode deixar de ser o lucro e a valorização dos valores existentes e vir a ser a produção consciente de suas vidas. “A solução para essa problemática tem que ser dada pelo futuro esperado. [...] A solução tem que provir de um ato consciente da sociedade” (AUED, 2001, p. 25). Da mesma forma que os agentes do capital agem em função do futuro engendrando assim o presente (história), há que se organizar, se unir para agir em função de um futuro esperado (consciente): a produção da vida humana.

Quando todos se unirem, não para produzir lucro ou salário, mas para produzir vida humana, é que estaremos muito próximos do tempo da emancipação humana. Quando o homem alcançar sua emancipação plena, o resultado de sua produção consciente será o próprio homem. Só após este momento é que a humanidade terá dado seus primeiros passos como ser social pleno (AUED, 2001, p. 29).¹⁰⁸

Dando início ao devir¹⁰⁹ de um novo modo de produção, sendo já forma concreta de transição a este.¹¹⁰

Se os capítulos XIII, XIV e XV do livro 3º d’*O Capital* representam a súmula conclusiva do capital, como diz Gorender, no sentido de que são a conclusão da crítica da economia política, e a partir e dentro de seus horizontes, sem se fazer uso de horizontes mais

¹⁰⁷ “O processo global se apresenta como unidade de processo de produção e processo de circulação [...] Aos três ciclos é comum: a valorização do valor como objetivo determinante, motivo impulsor” (MARX, 1985b, p. 75).

¹⁰⁸ E é claro que se a essa organização e esse ato consciente opõe-se uma parcela da sociedade estão dadas as condições da luta (cf. temos visto em Kojève, 2002), luta que por sinal não é de puro prestígio e sim de reconhecimento como um ser humano que precisa de condições de vida.

¹⁰⁹ “O homem só é o que é na medida em que ele se *torna*; seu Ser (*Sein*) verdadeiro é devir (*Werden*), tempo, história, e ele só se torna, só é história, na e pela ação negadora do dado, a ação da luta e do trabalho” (KOJÈVE, 2002, p. 162, grifo do autor).

¹¹⁰ “Esse sistema,” de crédito derivado do modo de produção capitalista “que constitui a base principal para a transformação progressiva das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, também proporciona os meios para a expansão progressiva das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. Tanto as empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado, com a diferença que, num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva” (MARX, 1991, p. 509).

amplos portanto, a passagem abaixo resume a conclusão a que chegou Marx em seus estudos – da mesma forma que no Prefácio de *Para a Crítica da Economia* (MARX, 1978b, p. 129-130) só que neste a conclusão é de caráter geral, isto é, referente aos vários modos de produção –, não só nesse aspecto geral, bem como específico ao modo de produção capitalista.

Como todos os anteriores, o processo capitalista de produção se efetua em certas condições materiais que ao mesmo tempo servem de suporte a determinadas relações sociais contraídas pelos indivíduos no processo de reprodução da vida. Aquelas condições e estas relações são, de um lado, requisitos prévios, e, de outro, resultados e criação do processo capitalista de produção; este as produz e reproduz. Vimos ainda que o capital no correspondente processo social de produção extrai dos produtores diretos, ou seja, dos trabalhadores, determinada quantidade de trabalho excedente [...]. Esse trabalho excedente é representado por mais-valia, e esta se corporifica em produto excedente. Haverá sempre, necessariamente, trabalho excedente no sentido de trabalho que excede o nível das necessidades dadas. [...] O capital, e esse é um dos seus aspectos civilizadores, extorque esse trabalho excedente de maneira e em condições que – para o desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais e para a criação dos *elementos* de nova estrutura superior – são mais vantajosos que as formas vigentes nas formas anteriores como a escravatura e a servidão. [...] Ademais, o trabalho excedente cria os meios materiais e o germe de uma situação que, em forma superior de sociedade, possibilitam a esse trabalho excedente situar-se dentro de tempo mais limitado do trabalho material. [...] A riqueza efetiva da sociedade e a possibilidade de ampliar sempre o processo de reprodução depende não da duração do trabalho excedente¹¹¹ e sim da produtividade deste e do grau de eficiência das condições de produção em que se efetua. De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. [...] A liberdade nesse domínio só pode consistir nisso: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente,¹¹² sem deixar que ela seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energia e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da

¹¹¹ Que é o limite do sistema de produção capitalista.

¹¹² Aqui pesa toda a dificuldade de se pôr em prática tal controle, a forma e o modo de se fazê-lo, como o dito “socialismo real” deu mostras claras e em alguns vários pontos inequívocas. Aí, talvez, antes de se preocupar com o controle total e a centralizado da produção mundial (se é que isto lá é possível) talvez seja hora de se avançar na transformação da propriedade capitalista em propriedade cada vez mais socialista (via, por exemplo, fundos de pensão e, no que depende do Estado, renda mínima). Até porque esse controle sendo feito por um país isolado leva ou levou no mais ao completo desmantelamento das forças produtivas, cedo ou tarde, pelo menos até agora esse tem sido o caso (URSS, Cuba, Coréia do Norte). Senão, que já se comece a pensar, quando da planificação da produção, como e em que condições sustentar 1, 3 bilhão de chineses (sem falar no 1 bilhão de indianos), e quando os mesmos podem e *devem* atravessar a rua.

necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho (MARX, 1991, p. 940-942, grifo nosso).

Não é o desenvolvimento de empregos que vai nos dar a medida inequívoca do tamanho e do crescimento econômico de uma nação, e sim o crescimento das forças produtivas sociais. Crescimento que, temos visto, vai sendo ameaçado na medida em que escasseiam as possibilidades de lucro ou que tem suas condições de desenvolvimento postas na dependência do estabelecimento de proporções adequadas entre os valores existentes (o quanto vale a propriedade de cada agente no processo) com destruição de capitais (e de meios de produção) para que se possa produzir com lucro. E com isso a crítica de Marx vai além da crítica dos chamados economistas vulgares e atinge a Economia Política (Smith, Ricardo etc.). Ricardo que, segundo Marx, tinha plena consciência do que poderia significar a queda da taxa de lucro para a produção capitalista. Essa consciência era possibilitada exatamente por partir Ricardo do valor(-trabalho), aí tinha então um caminho aberto para investigar a origem do lucro e daí seu movimento.

Na economia dita vulgar o preço compõe-se de salário (do trabalho), juros (do capital) e renda (da terra), com o que as relações de classe são não só tomadas como absolutas, como em Ricardo, mas formadoras independentes do preço (em abstrato e qualquer circunstância) ou do valor do produto. Desse modo, se formos calcular o preço de um bem produzido por Robinson Crusoe, teríamos que descontar os juros, a renda da terra e o salário. Mas, mesmo depois de equilibrada a escassez disso e daquilo, Crusoe ver-se-ia dispondo de seu trabalho para fazer crescer tanto seu capital como o espaço de terra cultivável,¹¹³ e aí se vê como para ele não há de fazer diferença tal divisão, vez que é ele o “dono” da terra, do capital e do trabalho. Agora, numa sociedade dividida exatamente em classes com base na

¹¹³ É por isso que a repartição, diz Marx, do valor do produto anual é repartição do trabalho social, que se divide entre as classes (capitalistas, terratenentes, assalariados – que criaram, pelo trabalho, esse valor a ser distribuído). Ou seja, finda a ação da lei da oferta e procura, uma vez que estas coincidem, há que se trabalhar para produzir mais meios de produção e terra cultivável. Pode-se ver como o trabalho produz o juro e a renda da terra do Robinson Crusoe pedindo-lhe por gentileza, em nome da ciência, que fique sem trabalhar por um ano para ver se brota juro do capital e renda da terra (ambos em dinheiro) durante este período.

propriedade desses fatores tal divisão importa e muito. Dividida ou não em classes, isso não muda o fato de que é o trabalho que vai permitir a produção capaz de assegurar a satisfação das necessidades sociais existentes e a criação de novas e em maior grau no futuro. Trabalho que, com o avanço das forças produtivas, na medida em que vai se materializando, transubstanciando-se na forma de capital, num sistema automático de máquinas, na aplicação da ciência etc., pode vir a deixar de ser o princípio fundamental e regulador da produção. Esse processo, como vimos, implica mudança na composição dos elementos do capital, com decréscimo da componente variável em relação à constante, o que leva à queda da taxa de lucro.

Aos proprietários de capital, seja na forma de capital industrial, comercial ou financeiro e mesmo aos proprietários de terras, o direito à riqueza proveniente do mesmo parece ser algo que surge simplesmente porque comprou com seu capital meios de produção, mercadorias ou títulos financeiros. Deste modo, a renda parece provir, em si e para si, porque meios de produção, mercadorias e títulos são comprados e vendidos, esse direito ao juro parece ser fruto do ato de troca em si. Esse direito não é criação desse ato de troca, esse apenas transfere um direito, já existente e que não é criado nem por esse ato e nem pela sucessão de atos de compra e venda. Esse direito é gerado pelas relações de produção, sob as quais se desenrola estes atos de compra e venda. E não é o simples ato de compra e venda da força de trabalho que origina a relação de produção capitalista, mas o fato de que força de trabalho (em massa) é vendida ao capital, por isso é capital variável – que representa a fonte material desse direito, o qual é tão eterno quanto à relação de produção de que é fruto. A liberdade de que dispõem os trabalhadores, por exemplo, é a de trocar sua relação com um capital por outro. Estas relações sucessivas de compra e venda são elas mesmas possibilitadas, nessa forma específica, por já terem sido transformados e monopolizados os meios de produção em capital. E da mesma forma que sucessivas transações de compra e venda de

escravos não trazem em si o germe da dissolução da escravatura, a compra e venda da força de trabalho também não há de necessariamente trazer o germe da dissolução dessa relação de produção e assim da dependência dos trabalhadores livres para com o capital.

O fato é que o capital, hoje, permanece sendo o que ele é. E a produtividade segue aumentando e revolucionando as condições materiais e as relações de produção (exemplo recente é dado pelo avanço da microeletrônica), seja destruindo antigas profissões e erigindo novas, seja simplesmente eliminando postos de trabalho, ao mesmo tempo em que desenvolve a capacidade (potencial) produtiva existente. Com o que os limites à produção capitalista postos pelo próprio capital tendem a se fazer presentes cada vez mais intensivamente. No que depende a acumulação de capital (e para o capital é só o que importa) esse processo aparece também como diminuição progressiva da capacidade de expansão da demanda efetiva. Exemplo disso, é que nas empresas de médio e grande porte a possibilidade de redução de pessoal (de aumento da produtividade social do trabalho) vai sendo barrada por pressões dentro e fora da empresa. Entrando em cena um componente moral. Com o que se apregoa que não se deve buscar produzir com máxima eficiência quando isso resulte em redução dos recursos humanos aplicados. Defende-se, portanto, que se utilize esse recurso humano no *trabalho*, que não se os substitua por meios outros (materiais) de produção. Que não se os prive dessa abençoada maldição do trabalho, condena-os assim ao mesmo, priva-se-os simplesmente da liberdade do não-trabalho pela necessidade do emprego (pelo qual há que se dar graças). Erigindo-se ainda tal ação como ato moralmente correto, ser ou não ser um bom patrão. Não passa de nome essa moral (como qualquer outra) a que os indivíduos em sua linguagem têm como sendo verdade. A história, aqui como sempre, funda-se no trabalho e na luta como diz Kojève (2002, p. 162); moral é artimanha utilizada, seja por dominantes ou dominados, mas não é o princípio da história de qualquer ser humano, remoto ou presente. Produzir com capital e para o capital implica as contradições e os limites que lhe são

iminentes, não há postura moral, em si e por si, que mude (suprima) tal fato. Da mesma forma que o conceito de capital se completa, completa-se o conceito acerca da moral do trabalho (e, com isso, a moral da história). Enfim, a tentativa é de mostrar como as empresas dispõem de condições de eliminar mais do que já vêm eliminando os postos de trabalho e ainda de investir ainda mais em tal processo, diminuindo em progressão ainda maior tais postos e isso provocaria danos no tecido social. Bem se vê também que a massa dos trabalhadores (é só ver a atuação dos sindicatos) não só não participa, não trabalha ativamente no sentido de poder tornar menor o dispêndio de energia como luta contra tal processo, já que o mesmo, nas condições atuais, tende a torná-los redundantes, excluídos do processo material de reprodução social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Neste trabalho procurou-se compreender como que para Marx o capital vem a ser o limite do próprio capital. O que nos levou à necessidade da compreensão do próprio conceito de capital em Marx. A análise do capital e de seus limites a partir de Marx abre caminho para estudo cada vez mais aprofundado da origem e movimento dessa realidade concreta (tanto nas suas formas aparentes como essenciais) compreendida como sistema capitalista ou sociedades modernas. O modo de produção capitalista, peça chave e realidade fundamental desse sistema, vem se desenvolvendo e com ele suas contradições iminentes.

A importância de se ter em mente o significado do capital nas sociedades modernas pode-se bem observar pela dificuldade de se montar qualquer discurso econômico sem que se utilize essa palavra. É muito difícil imaginar um discurso que pretenda descrever alguma realidade econômica que possa prescindir desse *conceito*, que ele não venha a surgir num ou noutro ponto do discurso. E se devemos entender por conceito uma realidade concebida, revelada correta e completamente pelo discurso coerente que tem um sentido (Logos), que deve portanto, enquanto verdadeiro, revelar o ser tal como ele é ou tal como ele existe (provindo daí a estrutura do pensamento) assim, para esse conceito – capital –, que pode ser encontrado tanto em Marx quanto nos manuais de economia,¹¹⁴ é que se pede, antes de tudo, que se explicito o que se deva entender pelo mesmo quando o encontrarmos em qualquer discurso econômico. Sem o que, devemos confessar, tal discurso torna-se, em suas bases, impossível, senão de compreendê-lo, de ter-se precisa medida se o mesmo é capaz de revelar correta e completamente uma realidade econômica. E aqui se procurou ver também,

¹¹⁴ Nos quais as Robinsonadas fazem-se presente até hoje. Nada mais sintomático do profundo caráter e conhecimento histórico dessa ciência do que o fato de que o único personagem “histórico” que lhe aparece (que existe, que age, que faz história) nos seus manuais seja o ilhado Crusoé. Para esses, Hegel decididamente não existiu.

com base em Marx, como que o conceito de capital presente e dominante na ciência econômica de hoje, da mesma forma que a religião, carece de fundamento. Com o que são também incapazes de explicitar como vai se traduzir o avanço da produtividade do trabalho para as condições de produção de capital e de emprego. Tanto mais que os economistas acham que as condições capitalistas e as condições gerais são as mesmas na medida em que tomam o capital unicamente por uma coisa. Nem sendo este o maior absurdo, dizer que terra, o trabalho e os meios de produção são fatores gerais do processo de produção não encerra em si nenhuma falsidade e sim o de tomar por propriedade (natural) desses meios de produção a de produzir lucro/juros e aí, tenham ou não consciência disto, é claro que não se pode mais o tomar *unicamente* por uma coisa. Dizer que capital é todo e qualquer meio de produção não nos diz, não explica nenhum grau efetivo da produção material (portanto, histórico). Deste modo, carece de fundamento (lógico-histórico) a proposição de que maior produtividade libera trabalhadores e ao mesmo tempo capital; e mais, atingido certo estágio de desenvolvimento da produtividade material, vai se tornando sem sentido insistir na busca da criação de empregos, em se fazer políticas tendo por fim último à criação de empregos. Quando mais sensato é buscar políticas que expandam a produção e a própria capacidade da mesma, criem-se mais empregos com isso ou não.

Na medida em que essa concepção de capital como a temos nos manuais de economia carece de fundamento e se são elas que pretendem sustentar que as relações de produção capitalistas patenteiam-se, desse modo, relações eternas da produção, tal afirmação também carece de fundamento, tornando-se incapaz de revelar a realidade econômica já nesse aspecto, isto é, em sua temporalidade – finitude, em seu caráter histórico e humano. Ainda, sobre a liberdade: não há necessidade de muita explicação para fazer notar que, numa sociedade de trabalhadores *livres*, a falta de emprego não só lhes priva a liberdade como a própria garantia de sobrevivência, e mesmo para os que se encontram trabalhando sua

liberdade é condicionada pelo que o capital espera e permite a eles e não é algo que tem maiores garantias no futuro (ronda-os o desemprego), tanto mais no que depender do conceito de capital presente nas análises da assim chamada ciência econômica. A ela se aplica o mesmo que diz Marx de Demócrito.

Notamos como os limites à produção capitalista decorrem não das máquinas em si, da coisa, e sim das relações de produção entre os agentes através das máquinas, quando as mesmas são postas como capital e que estes limites podem vir a desaparecer caso sejam postas como meio social de produção, consideradas como patrimônio coletivo e assim sua produtividade. Daí que o avanço dessa produtividade poderia se traduzir em criação de tempo disponível e que isso passa pela abolição de um sistema econômico em que o trabalhador (o ser humano) só aparece após ter sido coisificado.

Vimos com Oliveira (1997) que *O Capital* de Marx pretendia mostrar os limites à emancipação humana, à liberdade humana impostos pelo próprio capital, pelo seu movimento imanente. Isto é, seu movimento não leva à emancipação plena do trabalhador, guarda-os numa relação em que os mesmos se comportam como escravos, subsumidos ao capital, aos meios de produção que se tornam seus senhores, comprando-os e vendendo-os, que se tornam autônomos frente aos trabalhadores. Ao mesmo tempo, retrata a própria formação da sociedade, seu movimento, pois o capital como elemento fundamental dessas sociedades torna a produção material produção das relações capitalistas, assim, de trabalhadores assalariados e de capitalistas, produzindo a relação de classes entre as mesmas. E onde quer que se produza capital vai se produzindo tais relações e a realidade vai assim se formando, se sintetizando, tendo por base material a produção na sua forma capitalista.

Nosso tema mostra como o capital torna-se um limite a sua própria constituição e portanto uma forma delimitada de produção, delimitada pelo avanço das forças produtivas. Não representando de modo algum a forma natural e eterna em que se produz a riqueza, em

que se produz em sociedade e sim uma forma histórica, cujo sustentáculo nada mais são do que as relações capitalistas de produção cuja abolição leva consigo esse modo de produzir e a própria função do capital e dos capitalistas.

A limitação ao capital, seu caráter historicamente limitado, é feita por Marx a partir das categorias imanentes ao capital e seu movimento. Movimento que é de autoconstituição do capital, de sua produção, reprodução e acumulação. Em que ele subsume os elementos da produção material, utilizando-os como meio para produzir a si mesmo. Representa a possibilidade de satisfazer um desejo, o de lucro. Se a história da humanidade é a história dos desejos desejados, esse desejo de lucro mistura-se aos outros desejos dentro dessa realidade concreta, formando aí um conjunto dos desejos desejados. É um desejo que não só dá uma cor especial como se impôs aos demais, especialmente na luta para fazer brotar a possibilidade de tal desejo (burguesia versus feudalismo), a possibilidade de realizá-lo. Dessa luta a burguesia saiu vencedora, mas não sem criar o proletariado, seus escravos na relação dialética entre senhor e escravo. Esse desejo molda o presente dos agentes envolvidos. Molda-o negando o passado, fazendo do presente a realização de um projeto futuro, pela negação do dado, do existente. Daí o movimento. Nesse sentido, vê-se que não é o desejo desses agentes a construção de máquinas como um fim em si mesmo e sim como meio de fazer brotar lucro para o capital. Mas ao fazê-lo, ao desenvolver a produtividade social do trabalho, limitam a capacidade de seu capital de satisfazer seu desejo de lucro, limitando a própria capacidade do capital de se reproduzir (e dos indivíduos que dependem do mesmo para sua reprodução). O que põe em xeque seu aspecto civilizatório.

O processo de acumulação primitiva é também processo em que a burguesia vai incorporando as forças produtivas existentes, vencendo as forças da feudalidade que a ela se opunham. As forças produtivas existentes hoje ameaçam expelir grande massa de indivíduos pressupondo-se um real avanço nas mesmas. Além do que a busca por uma forma de vida

para a grande massa da população não deve prescindir dessas forças existentes. Impondo-se deste modo também à população a necessidade de guardar as forças produtivas existentes e de um modo, como diz Marx, que seu avanço redunde em criação de tempo disponível para toda a sociedade e não em aumento do exército dos excluídos.

Está em xeque também a certeza apresentada por Marx e Engels de que o proletariado venha a cumprir ou mesmo represente a classe cuja missão histórica seja a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes. Permanece no entanto, crê-se, fortemente sustentada a outra certeza: a de que a atual sociedade não é um cristal sólido, mas que é capaz de se transformar a partir de seu processo de reprodução material e de fato o vem fazendo. E que, portanto, as relações de produção (e, assim, de propriedade) capitalistas patenteiam-se eternas notadamente na imaginação dos economistas e das classes dominantes (incluindo-se aí, além dos capitalistas, os doutores da lei e sua cruzada em defesa dos sacrossantos “direitos adquiridos”). Tanto mais no que se refere às idéias correntes e dominantes do que seja capital, sua origem, movimento e papel real e efetivo nas sociedades. Sua *crítica à economia política* permanece capaz de solapar as bases dessas idéias correntes e dominantes, é um cristal bem mais sólido do que supõem e fazem supor seus adversários e, até onde nosso conhecimento alcança, parece não haver ainda nenhuma explicação melhor e mais completa do que seja capital e, portanto, de seus limites. Permanece, por fim, muito mais do que um cristal sólido, como um pensamento vivo e proeminente para tentativa de se desvelar à realidade que nos cerca.

Enquanto a economia permanecer um mistério, ou seja, enquanto a produção material permanece um mistério, a história dos indivíduos permanece um mistério indecifrável. Daí a importância para Marx em se investigar a produção material e as relações de produção a que incorrem os indivíduos neste processo; sendo este o ponto de partida para ele da pesquisa da realidade concreta a que estão envoltos os indivíduos em sociedade. Mas a

história guarda mistérios ainda maiores, para além dos mistérios da economia (para além, no caso, do capital). Pode-se dizer que desvendar o mistério da produção material (o segredo da produção de mais-valia) na sua forma capitalista é uma condição necessária, mas não de toda suficiente para que se desvende todos os mistérios que a história da humanidade encerra, para que se possa compreender seus caminhos e se determinar seu rumo futuro. Isto é, como diz Tavares (2004), não se pode deduzir a história do sistema capitalista somente a partir do movimento imanente do capital. Mas, crê-se, permanece, ao menos, a pergunta àqueles que pretendem fazê-lo e se encontram plenos de insatisfação com os resultados alcançados por Marx em seus estudos: o que é capital?

Ainda duas observações. Não se descarta de modo algum que a história do sistema não venha a ter o sentido que Marx dela esperava, a partir da ação revolucionária do proletariado. Que a história do sistema tenha o mesmo sentido que a história de nossa individualidade: um conto cheio de barulho e fúria, nada significando.¹¹⁵ Repete-se inusitadamente em vão. Caminhando em direção a sua autodestruição.

Não obstante, se cada um não sabe o que quer ou o que fazer, o capital sabe, ou melhor, segue se autovalorizando, mesmo que não tenha consciência de si e também de suas contradições e limites. Se lhe fazem acumular (e destruir), ele se acumula (e destrói), para ele a moral é nada, algo como o não ser de Parmênides: inconcebível, inefável (ou, como diz Flickinger [1986], “não-tematizável”). Mas, o capital, ao contrário, não é como o ser de Parmênides: ingênito e imperecível (tem origem com a acumulação primitiva e a formação do capital em geral ou do modo de produção capitalista, reproduz-se desde então), completo (vide sua ânsia de lucro), imóvel (dessa ânsia, a mais-valia e a acumulação, o movimento) e sem fim (do movimento, a negação e o limite, a finitude de sua existência histórica).

¹¹⁵ “O amanhã, o amanhã, o amanhã, avança em pequenos passos, de dia para dia, até a última sílaba da recordação e todos os nossos ontens iluminaram para os loucos o caminho da poeira da morte. Apaga-te, apaga-te, fugaz tocha! A vida nada mais é do que uma sombra que passa, um pobre histrião que se pavoneia e se agita uma hora em cena e, depois, nada mais se ouve dele. É uma história contada por um idiota, cheia de fúria e tumulto, nada significando” (SHAKESPEARE, 1981, p. 186).

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996. 393p

AUED, Idaeto M. Capital e Emancipação Humana: o ser social. In: AUED, Bernardete W. (org.). **Educação Para o (Des)Emprego**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 109-132.

_____. **Marxismo e Geografia**. In: PRIMEIRO ENCONTRO DE ESTUDANTES DE GEOGRAFIA, UNOESC, Chapecó-SC, 30 ago 2001. 40 p.

BARROSO, Aloísio S. **Marx e a superacumulação de capital hoje (I)**. 19 nov 2002. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/diario/2002/1119/barroso_1119> Acesso em: 15 maio 2004.

BEINSTEIN, Jorge. **O Capitalismo Senil**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII**, 3 v. São Paulo: Martins Fontes, 1995-96.

CANUTO, Otaviano. Best seller de Viviane Forrester Condena Complacência de Economistas. **Estado de São Paulo**, 21 fev. 1997. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo26.htm>>. Acesso em: 30 maio 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista. In: **Revista Cult**. 80.ed, ano VI, maio 2004. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/cult/entrevista.htm>>. Acesso em: 30 maio 2004.

ENGELS, Friedrich. Engels a Konrad Schmidt. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas Filosóficas & O Manifesto Comunista de 1848**. São Paulo: Editora Moraes, 1987, p. 35-38.

_____. Aditamento ao Livro Terceiro de “O Capital”. In: MARX, Karl. **O Capital, Livro Terceiro**. v. VI., 6. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p. 1015-1040.

FLICKINGER, Hans-Georg. **Marx e Hegel**: o porão de uma filosofia social. Porto Alegre: L&PM: CNPq, 1986.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GASPARI, Elio. Os Sábios Recriaram a Casa Grande. **Folha de São Paulo**, Caderno 1, 14 mar. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1403200410.htm>>. Acesso em: 14 mar, 2004.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O Capital, Livro Primeiro**. v. I, São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas), p. 5-66.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 2. ed., Rio de Janeiro: Record, 2001.

HILFERDING, Rudolff. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

JAPPE, Anselm. A Arte de Desmascarar. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, p. 5, 17 ago. 1997.

KOJÈVE, Alexandre. **Introdução à leitura de Hegel**. Rio de Janeiro: Contraponto: EDUERJ, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O Fim da História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971. (Coleção Universidade Moderna)

LEVITT, Kari Polanyi. De Volta para O Futuro: Karl Polanyi sobre a crise econômica mundial dos anos 30: lições para a iminente recessão global. In: AUED, Bernardete W. (org.) **Educação Para o (Des)Emprego**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 19-42.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo: Moraes, [19-?].

_____. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: _____; ENGELS, Friedrich. **Sobre a Religião**. 2. ed., Lisboa: Edições 70, 1972, p. 45-65.

_____. 1978a. Manuscritos econômico-filosóficos. In: _____; GIANNOTTI, José A. (org.) **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed., São Paulo: Abril Cultural, p. 3-48. (Coleção Os Pensadores)

_____. 1978b. Para a crítica da economia política. In: _____; GIANNOTTI, José A. (org.) **Manuscrítos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed., São Paulo: Abril Cultural, p. 103-257 (Coleção Os Pensadores).

_____. 1978c. O Rendimento e suas Fontes. In: _____; GIANNOTTI, José A. (org.) **Manuscrítos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed., São Paulo: Abril Cultural, p. 261-322 (Coleção Os Pensadores).

_____. 1978d. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____; GIANNOTTI, José A. (org.) **Manuscrítos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed., São Paulo: Abril Cultural, p. 325-404 (Coleção Os Pensadores).

_____. **Grundrisse**: Lineamentos fundamentais para la crítica de la economía política 1857-1858. Tradução de Wenceslao Roces, v. I e II, México: Fondo de Cultura Económica, 1985a.

_____. **O Capital, Livro Segundo**: O Processo de Circulação do Capital, v. III, 2. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985b. (Os Economistas)

_____. Marx a Paul V. Annenkov. In: _____; ENGELS, Friedrich. **Cartas Filosóficas & O Manifesto Comunista de 1848**. São Paulo: Editora Moraes, 1987, p. 13-27.

_____; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista de 1848. In: _____; _____. **Cartas Filosóficas & O Manifesto Comunista de 1848**. São Paulo: Editora Moraes, 1987, p. 59-140.

_____. **O Capital, Livro Terceiro**: O Processo Global da Produção Capitalista. t. 1, v. IV, 3. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas)

_____. **A Miséria da Filosofia**. 2. ed., São Paulo: Global, 1989.

_____. **O Capital, Livro Terceiro**: O Processo Global de Produção Capitalista, t. 1 e 2, v. IV, V e VI, 6. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. **O Capital, Livro Primeiro**: O Processo da Produção do Capital, t. 1 e 2, v. I e II, São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas)

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **Marx e a Liberdade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. [Coleção Filosofia – 62]

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

ROSSI, Clóvis. O Lula Deles. **Folha de São Paulo**, Opinião, p. A2, 24 jan 2004.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. 3. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SILVA, Antonio Ozaí. (In) Segurança: o horror econômico e político. In: **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II, n. 12, maio de 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/012/12pol.htm>> Acesso em: 30 maio 2004.

SHAKESPEARE, William. Macbeth, Ato V, Cena V. In: _____; MEDEIROS, F. Carlos de Almeida C (org.). **Romeu e Julieta; Macbeth; Hamlet, príncipe da Dinamarca; Otelo, o Mouro de Veneza**. Traduções de F. Carlos de Almeida Cunha Medeiros e Oscar Mendes. São Paulo: Abril Cultural, 1981, p. 117-191.

TAVARES, Maria da C. Globalização e Império. **Folha de São Paulo**, Caderno: Dinheiro: Lições Contemporâneas, 29 fev. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2902200412.htm>>. Acesso em: 29 fev. 2004.

THE NEW YORK TIMES. **Capitalismo produziu 200 milhões de desempregados na China**. 28 maio 2004. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/ult574u4056.jhtm>> Acesso em: 29 maio 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel ; HOPKINS, Terence (Coords.) et al. **The Age of Transition**. Londres: Zed Books, 1998.

_____. **Após o Liberalismo**: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

WOOD, Ellen M. **A Origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.